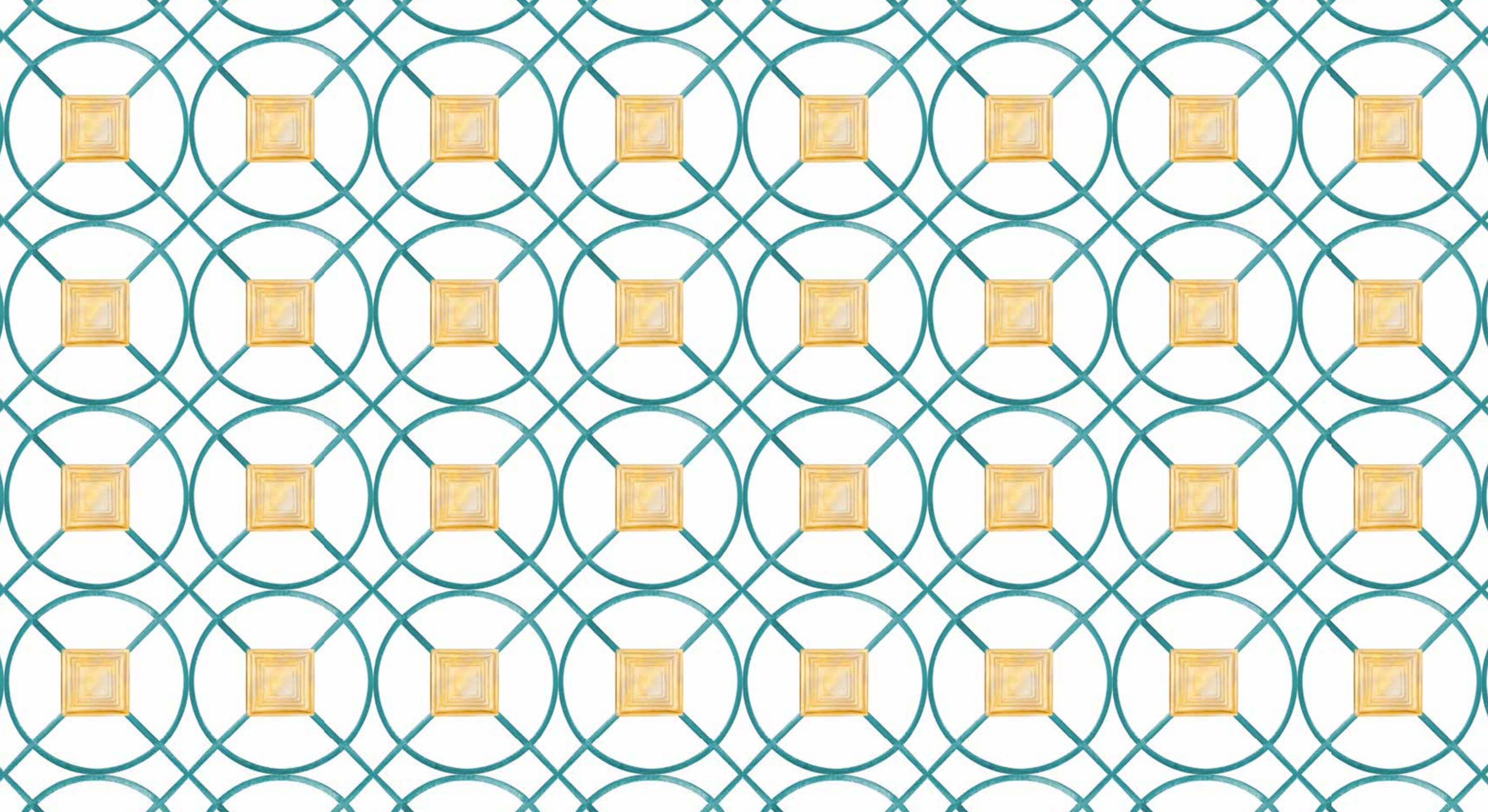




POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

HISTÓRIA, LIDERANÇAS E INFLUÊNCIAS

3ª EDIÇÃO



Jerônimo Rodrigues Souza *Governador*
Marcelo Werner Derschum Filho *Secretário da Segurança Pública*
Marcel Ahringsmann de Oliveira *Subsecretário da Segurança Pública*
Heloísa Campos de Brito *Delegada-Geral*

GESTÃO SUPERIOR

Elaine Nogueira da Silva *Delegada-Geral Adjunta – DGA*
Edenir de Macedo Cerqueira *Corregedoria da Polícia Civil – CORREPOL*
Maurício Ribeiro Chaouí *Chefe de Gabinete*

GESTÃO ESTRATÉGICA

José Fernando Oliveira dos Santos *Academia da Polícia Civil – ACADEPOL*
Cristiano Marcos Pitangueira Manguiera *Departamento de Planejamento, Administração e Finanças – DEPAF*
Ivo Carvalho Tourinho *Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIP*
Leandro Sady Rodrigues *Departamento de Gestão Tecnológica, Telecomunicações e Inovação – DGTI*
Bárbara Santos Lima *Departamento de Gestão de Pessoas, Saúde e Valorização Profissional – DPSV*

GESTÃO TÁTICA

Rogéria da Silva Araújo *Departamento de Polícia do Interior – DEPIN*
Arthur José Pedreira Gallas e Souza *Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM*
Andréa Barbosa Ribeiro Magalhães Ribeiro *Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa – DHPP*
Márcia Pereira dos Santos *Departamento de Repressão e Combate a Corrupção, ao Crime Organizado e a Lavagem de Dinheiro – DRACO*
Christhiane Inocência Xavier Rodrigues Coelho *Coordenação de Polícia Interestadual – POLINTER*
Marcos Cesar da Silva *Coordenação de Operações e Recursos Especiais – CORE*
José Alves Bezerra Júnior *Departamento Especializado de Investigação e Repressão ao Narcotráfico – DENARC*
Thomas Victor Rodrigues Galdino *Departamento Especializado de Investigações Criminais – DEIC*
Patrícia Barreto Oliveira *Departamento de Proteção à Mulher, Cidadania e Pessoas Vulneráveis – DPMCV*
Artur Fernando Guimarães de Jesus Costa *Coordenação de Operações de Polícia Judiciária – COPJ*
Giovanna de Andrade Bomfim *Coordenação de Conflitos Fundiários – CCF*

SUPORTE OPERACIONAL

Daiane Lima Silva *Assessoria de Comunicação – ASCOM*
Cleandro Pimenta Bastos Neto *Coordenação de Fiscalização de Produtos Controlados – CFPC*
Omar Andrade Leal *Instituto de Segurança Pública, Estatística e Pesquisa Criminal – ISPE*
Andreza Caroline do Amaral Teixeira *Coordenação de Controle Interno – CCI*
Márcia Xavier Barbosa *Ouvidoria*
Laura Maria Cerqueira Lima Moura *Departamento de Infraestrutura e Logística – DILOG*
Ilma Leonor Magarão Paiva *Escritório de Gestão de Projetos e Processos – EGPP*



EDIÇÃO COMEMORATIVA

2024, Polícia Civil do Estado da Bahia
Concessão da Medalha de Mérito Policial “Cruz da Ordem”

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Jackeline Machado. CRB- 5/1482

B135p Bahia. Polícia Civil do Estado da Bahia
Polícia Civil da Bahia : história, lideranças e influências / Polícia Civil da Bahia. – 3ª ed. – Salvador : EGBA, 2024.
172 p.: il: color.

Edição comemorativa: Concessão da Medalha de Mérito Policial “Cruz da Ordem”.

1. Bahia - Polícia Civil. 2. História - Polícia Civil - Bahia
I. Título

CDD: 354.81



Acesse o livro
em formato digital



POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

HISTÓRIA, LIDERANÇAS E INFLUÊNCIAS

3ª EDIÇÃO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA
Rua 13 de Maio, s/n – Piedade
CEP – 40375-016 – Salvador – Bahia
Fone (71) 3116-6612
www.pcivil.ba.gov.br





APRESENTAÇÃO

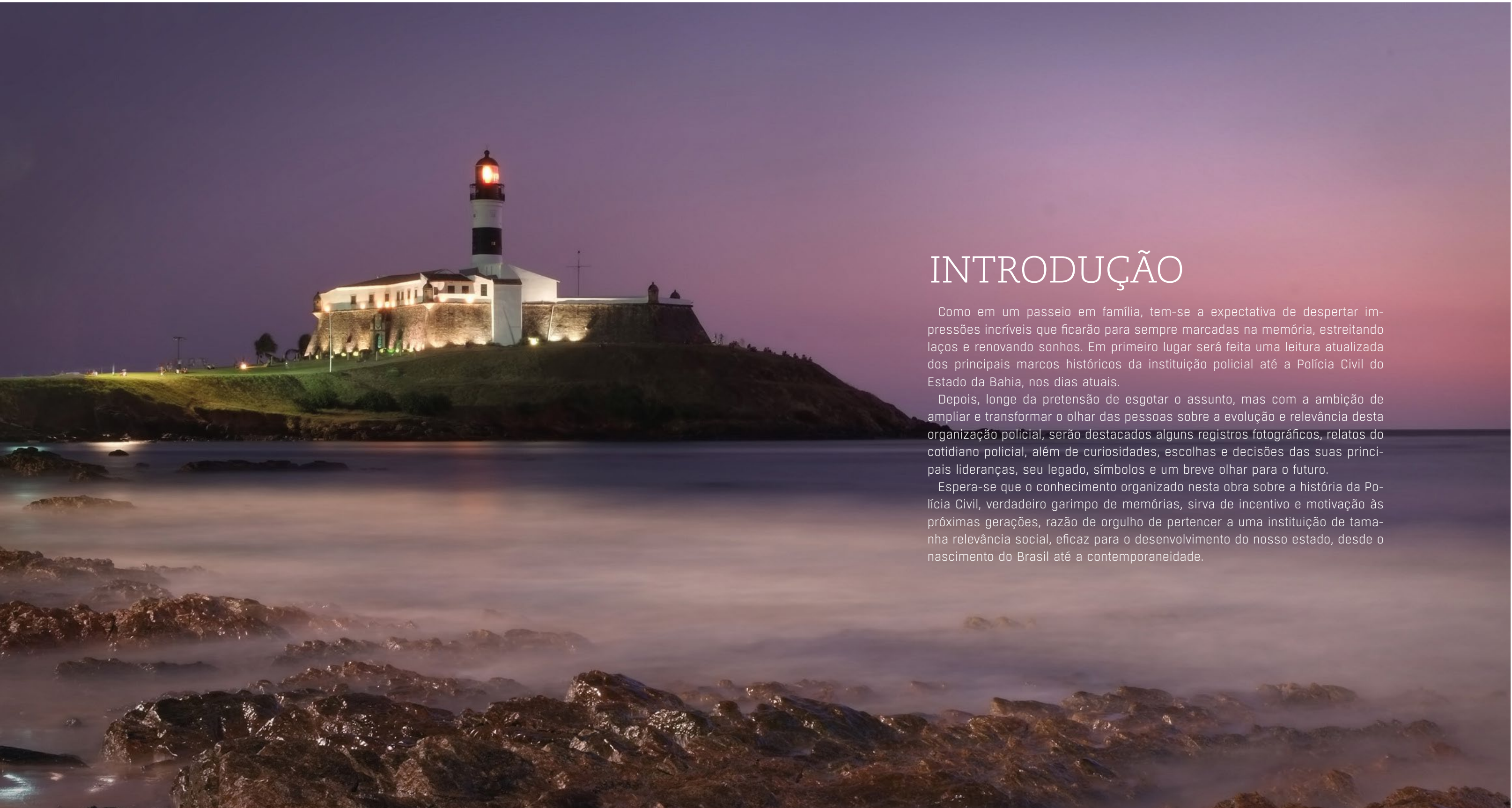
A Polícia Civil organizou este trabalho, construído com o objetivo de consolidar os valores, fortalecer a imagem, além de promover a cultura organizacional, por meio do levantamento de eventos históricos e do reconhecimento de pessoas que marcaram positivamente a memória desta instituição bicentenária.

O ponto de partida, consequentemente, é o início da atividade policial no Brasil e, particularmente, da Polícia Judiciária na Bahia. Na sequência, o leitor, por meio das informações e recordações oferecidas, poderá constatar o que há de mais extraordinário em uma instituição: a trajetória da sua gente.

Por meio da organização de dados e relatos da atuação das suas principais lideranças, colaboradores e influenciadores, em diversos momentos ao longo de sua existência, a história da Polícia Civil da Bahia será revelada. No trabalho serão considerados os limites espaciais e temporais, já que esta iniciativa de levantamento histórico não tem a pretensão de apresentar todas as informações ou respostas sobre eventos, comportamentos ou realizações dos homens e mulheres que representaram, e representam, a Polícia Civil do Estado da Bahia.

O convite ao leitor é explorar e tirar proveito dos inúmeros registros encontrados em uma breve pesquisa realizada durante 90 dias, por um grupo de trabalho, cujo maior temor foi esquecer-se um fato ou, principalmente, esquecer de alguém, considerando que este produto pretende, justamente, homenagear e exaltar a Polícia Civil e seus integrantes em período festivo que inaugura a outorga da Medalha do Mérito Policial Civil - “Cruz da Ordem”, instituída pela Lei Orgânica da Polícia Civil, nº 11.370, de 4/2/2009 e modificada e regulamentada pelo Decreto nº. 18.283, de 23 de março de 2018.

Edifício Sede da Polícia Civil do Estado da Bahia, inaugurado em 12 de outubro de 1939.

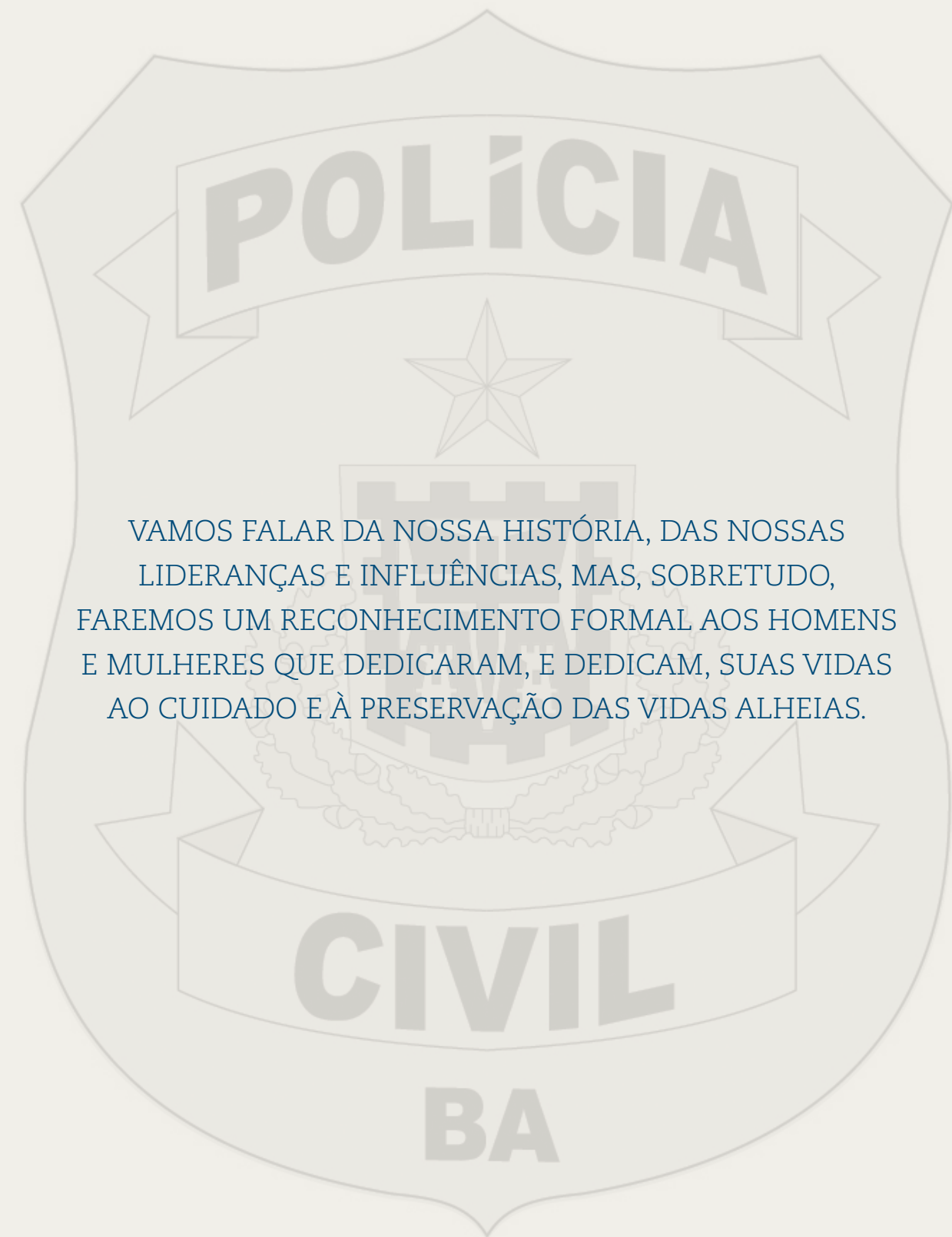
A photograph of a lighthouse situated on a grassy hill overlooking the ocean at night. The lighthouse is a white structure with a black band around its middle and a red light at the top. The hill is illuminated by warm lights, and the ocean below is dark with some rocks visible in the foreground. The sky is a deep purple and blue.

INTRODUÇÃO

Como em um passeio em família, tem-se a expectativa de despertar impressões incríveis que ficarão para sempre marcadas na memória, estreitando laços e renovando sonhos. Em primeiro lugar será feita uma leitura atualizada dos principais marcos históricos da instituição policial até a Polícia Civil do Estado da Bahia, nos dias atuais.

Depois, longe da pretensão de esgotar o assunto, mas com a ambição de ampliar e transformar o olhar das pessoas sobre a evolução e relevância desta organização policial, serão destacados alguns registros fotográficos, relatos do cotidiano policial, além de curiosidades, escolhas e decisões das suas principais lideranças, seu legado, símbolos e um breve olhar para o futuro.

Espera-se que o conhecimento organizado nesta obra sobre a história da Polícia Civil, verdadeiro garimpo de memórias, sirva de incentivo e motivação às próximas gerações, razão de orgulho de pertencer a uma instituição de tamanha relevância social, eficaz para o desenvolvimento do nosso estado, desde o nascimento do Brasil até a contemporaneidade.



VAMOS FALAR DA NOSSA HISTÓRIA, DAS NOSSAS
LIDERANÇAS E INFLUÊNCIAS, MAS, SOBRETUDO,
FAREMOS UM RECONHECIMENTO FORMAL AOS HOMENS
E MULHERES QUE DEDICARAM, E DEDICAM, SUAS VIDAS
AO CUIDADO E À PRESERVAÇÃO DAS VIDAS ALHEIAS.

MENSAGEM DA DELEGADA-GERAL

Sem dúvida, a urgência em torno de soluções para a problemática da violência e criminalidade sinaliza para que as instituições busquem alternativas inovadoras, o que requer um mergulho em suas origens, valores e princípios, aliado a conhecimentos de novos e modernos elementos, sejam de ordem técnica, tecnológica ou de pessoal, que influenciam fundamentalmente nas grandes motivações e transformações de paradigmas.

Pensando assim, como Delegada-Geral da Polícia Civil da Bahia, e acreditando que todo processo de mudança, essencialmente, envolve a alma das pessoas, deflagramos um movimento de tratamento sistêmico de profunda conexão entre o trabalho das pessoas e o seu desenvolvimento pessoal, institucional e social.

Esta obra, portanto, advém da adoção de uma filosofia administrativa embasada no entendimento de que o desenvolvimento de uma organização passa pelo conhecimento de suas origens, crenças e propósitos comuns, sua capacidade de aprender e de se adaptar, mas, sobretudo, pelo pensamento global que deve envolver todas estas questões.

Resgatando a sensibilidade, a visão e o espírito inovador dos gestores do final da década de 1979 (período de 1976 a 1979), foi idealizada esta obra: *Polícia Civil da Bahia: História, Lideranças e Influências*, com a finalidade de não só registrar parte do passado recente da nossa história, mas principalmente impulsionar corações e mentes ao planejamento e à construção do futuro da nossa instituição.

POLÍCIA CIVIL:
PROTEGER, SERVIR E CUIDAR, SEMPRE!



SUMÁRIO

12	CAPÍTULO 1. NOSSA MEMÓRIA
96	CAPÍTULO 2. PESSOAS E SEU TRABALHO
130	CAPÍTULO 3. SÍMBOLOS, CRENÇAS, VALORES E INFLUÊNCIAS
142	CAPÍTULO 4. LIDERANÇAS, SEUS GRANDES MARCOS E LEGADOS
162	CAPÍTULO 5. POLÍCIA CIVIL EM NÚMEROS
168	CAPÍTULO 6. UMA BREVE VISITA AO FUTURO

1

NOSSA MEMÓRIA:

DO DESCOBRIMENTO AOS DIAS ATUAIS



Desembarque de
Pedro Álvares Cabral
em Porto Seguro em 1500.
Pintura de Oscar Pereira da Silva.

HISTÓRIA E CONCEITO:

Tanto o conceito quanto a finalidade do serviço público policial sofreram uma evolução histórica no Brasil e no mundo, tendo hoje a função associada à manutenção da ordem pública e à implementação da segurança pública, conforme definição constitucional, constante da nossa Carta Magna, em seu art. 144, IV, § 4º, onde consta, inclusive, que será dirigida por delegado de polícia de carreira.

Na Bahia, a Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, estabelece que a Polícia Civil é órgão em Regime Especial de Administração Direta, integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Portanto, à Polícia Civil do Estado da Bahia, órgão autônomo e permanente do Poder Público, instituição essencial à função jurisdicional do estado, dirigida por Delegado de Polícia Civil, classe especial, da ativa, compete o exercício das funções de Polícia Judiciária, ressalvada a competência da União, cabendo-lhe ainda as atividades de repressão criminal especializada.

Como alma da sociedade, compete à polícia tudo o que interessa à ordem pública, à liberdade, à segurança e à tranquilidade das pessoas. Na sua ausência, resta comprometido o equilíbrio das estruturas política e social do estado, a sociedade passa a experimentar a anarquia, perdendo as referências de comunidade, instala-se o caos.

CURIOSIDADE

20 de novembro de 1530 – Marco histórico da instituição policial no Brasil. Nomeação de Martim Afonso de Sousa como capitão-mor e governador das terras do Brasil.

MARTIM AFONSO DE SOUSA



UMA VISITA ÀS ORIGENS

A evolução histórica da Polícia Civil da Bahia está fortemente marcada pelos aspectos políticos e sociais que descrevem a própria trajetória de desenvolvimento do nosso País. A gênese da polícia no Brasil e especialmente na Bahia nasce em um ambiente conflituoso, de múltiplos interesses, envolvendo disputas por territórios e poder. Esse cenário beligerante, tanto em relação à população nativa, quanto às investidas estrangeiras, conferiu às primeiras estruturas administrativas policiais um caráter nitidamente mais belicoso, adiando um pouco a transformação para uma organização exclusivamente civil, ficando aqui o registro de que, àquela época, a polícia era única e tinha mesmo múltiplas funções.

Esse processo de colonização influenciou a organização da polícia de ordem pública em território nacional. O modelo militar, calcado na hierarquia e na disciplina, esteve presente em Portugal, França, Itália, Espanha, Holanda, entre outros, e acabou por induzir a criação, mais adiante, também das Polícias Militares brasileiras. Há notícia de que foi o estado de Minas Gerais o primeiro a adotar o modelo, criando o Regimento Regular de

Cavalaria de Minas, em 9 de junho de 1775, considerado o embrião da polícia mineira. No decorrer do período imperial, outras polícias no formato militar foram criadas, sendo as principais: Rio de Janeiro em 13 de maio de 1809; Bahia em 17 de fevereiro de 1825; São Paulo em 15 de dezembro de 1831; Santa Catarina em 05 de maio de 1835 e Rio Grande do Sul em 18 de novembro de 1837.

Durante o período em que foi sede da capital do Brasil, a Bahia experimentou e influenciou na elaboração de normas, e as primeiras formas de atuação do governo como assegurado da tranquilidade e da defesa, síntese da formação histórica das polícias, e que se manteve assim, até um pouco mais da segunda metade do século XVIII, período em que a polícia ganhou um caráter mais científico e judiciário, mais próximo do que conhecemos hoje como Polícia Civil. As evidências históricas encontradas sinalizam a preocupação e o trabalho desenvolvido pelas pessoas que atuaram como titulares da polícia nos diversos contextos da formação policial, sempre com finalidade de assegurar a moral, a ordem e a segurança pública.

Imagem das capitanias na costa brasileira, feita em 1640, por Joan Blaeu.



FOI, DECISIVAMENTE, A CRIAÇÃO DA INTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA DA CORTE E DO ESTADO DO BRASIL, OCORRIDA EM 10 DE MAIO DE 1808, O GRANDE MARCO DAS POLÍCIAS CIVIS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.



Litografia de William Gore Ouseley, 1852.



TOMÉ DE SOUSA

GÊNESIS DA ATIVIDADE POLICIAL NO BRASIL

Além das referências históricas iniciais que apontam para a nomeação de Martim Afonso de Sousa, no dia 20 de novembro de 1530, como capitão-mor e governador das terras do Brasil, a nomeação de Tomé de Sousa para governar a recém-fundada cidade de Salvador, que passou a sediar a capital do Brasil em 1549, e mais adiante, a abertura dos portos do Brasil, por meio da carta régia de 28 de janeiro de 1808, marcando a gênese da atividade policial no país. Foi, decisivamente, a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, ocorrida em 10 de maio de 1808, o grande marco das polícias civis em território brasileiro, culminando com a primeira Constituição brasileira promulgada em 1824, e em 3 de janeiro de 1828 a edição do Regulamento Geral da Polícia da Corte, considerado o primeiro estatuto policial do Brasil.

GRANDES MARCOS

DA POLÍCIA CIVIL NA BAHIA

Na Bahia, o registro mais relevante para a instituição foi a nomeação dos primeiros chefes de polícia no ano de 1830, com Francisco Gonçalves Martins, Barão e Visconde de São Lourenço, este último posteriormente nomeado presidente da Província da Bahia; além das publicações da Lei nº. 261, em 3 de dezembro de 1841, que cuidou da reforma do Código de Processo Criminal e regulou a função do Delegado de Polícia no Brasil e, no ano seguinte, o Decreto nº. 120, de 31/1/1842, que definiu as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, colocando-as sob chefia suprema do Ministro da Justiça. Mais tarde, encontramos como base legal específica e mais consistente da Polícia Civil da Bahia, sobre sua origem, a relativa ao período de 1891 a 1978, tendo os seguintes grandes marcos representativos:

INSTITUCIONALIZAÇÃO E BASE LEGAL DA POLÍCIA CIVIL NA BAHIA: 1 - a própria Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 2 de julho de 1891, contemplando um capítulo da Milícia e Polícia e no Art. 118 definindo o serviço de polícia e segurança do estado; 2 - a Lei nº. 15 de 15 de agosto de 1892, que criou no Art. 128 a Polícia Administrativa e judiciária; 3 - o Ato de 9 de agosto de 1895, que definiu os primeiros Distritos Criminais, embriões do que viriam a ser as áreas de competência das atuais Delegacias Territoriais; 4 - a Lei nº. 115, de 16 de agosto de 1895, que distribui os serviços da administração pública por quatro secretarias, sendo uma delas a Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Interessante constatar que a estrutura formal de polícia antecede a sua organização administrativa por secretaria de Estado;



ESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL CIVIL NO ESTADO: 5 – o **Decreto de 24 de abril de 1896**, que além de regular os serviços das Secretarias de Estado, **cria o serviço médico-legal**; 6 – o **Decreto de 12 de junho de 1896**, define o regulamento especial da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, cria a denominação de chefe da Segurança Pública com a competência de dirigir as atribuições da força pública pelo Estado, contemplando os estabelecimentos detentivos, correccionais e penitenciários e o Regimento Policial, regidos por especial regulamentação; 7 – Lei nº 280 de 6 de setembro de 1898 e Decreto nº 30, de 9 de setembro do mesmo ano, que divide a capital em cinco circunscrições criminais: 1ª Freguesia da Sé, São Pedro e Vitória, 2ª Freguesia de Santana, Nazaré, Brotas e Itapuã, 3ª Freguesia da Rua do Passo e Santo Antônio, 4ª as Freguesias da Conceição da Praia, Mares, Penha e Pilar, e 5ª as Freguesias de Pirajá, Cotegipe, Paripe, Matoim, Maré e Passe; 8 – Lei nº 561, de 30 de agosto de 1904 e Decreto nº. 267, de 4 de outubro do mesmo ano, que reduz as Circunscrições Criminais para 4 (quatro) unidades;

DIVISÃO DA ESTRUTURA POLICIAL EM CIVIL E MILITAR: 9 – Lei nº. 613, de 14 de agosto de 1905, marco relevante de modelo de organização policial, quando define a estrutura da Polícia do Estado da Bahia em civil e militar, fixando normas para sua implantação; 10 – Lei nº. 633 de 29 de dezembro de 1905, define a centralização administrativa do Estado que reúne as quatro secretarias em uma só, denominada Secretaria de Estado, dividida em repartições, sendo uma destas a Repartição Central da Polícia, chefiada por definição, por um doutor ou bacharel em Direito com atribuições de Polícia Administrativa e Judiciária; outras normas foram publicadas, mas sem dúvida um grande marco foi: 11- Decreto nº 1151, de 17 de agosto de 1912, que cria a Guarda Civil do Estado da Bahia;

INOVAÇÕES E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIÇO POLICIAL: 12- Lei nº. 1.129, de 23 de março de 1916, voltam às 4 antigas secretarias, dentre estas a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, instituindo e organizando estruturas como as Delegacias de Polícia e no mesmo ano é criada a Escola Técnica Policial, com o curso superior de especialização para o ensino da polícia científica. Depois disso, ninguém seria nomeado ser ter o referido curso. Também foi criado o Museu Criminal do Estado, o Arquivo Especial, com organização técnica pelo sistema Bureau Criminal de Paris, transformado posteriormente do atual Arquivo Criminal, o Gabinete de Investigação e Capturas, subordinado ao Gabinete de Identificação e Estatística, com a finalidade de vigilância contra crimes de furtos e roubos, casas de tolerância, fiscalização do movimento de hotéis e similares;

A CONFORMAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL NA DÉCADA DE 1930: Depois da Revolução de 1930 a Secretaria de Polícia e Segurança Pública passa a ser chefiada por oficiais do exército e pelo 13 - Decreto nº. 7.897 de 31 de dezembro de 1931 são criadas 3 Delegacias na Capital, distribuídas em circunscrições, denominadas 1ª, 2ª e 3ª, na época havia delegados lotados na capital e no interior do estado; 14 - o Decreto nº. 8.226, de 27 de dezembro de 1932, dá nova organização aos serviços da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, contemplando, dentre outras coisas, a denominada Força Pública, posteriormente a partir de 1937, definida como a Polícia Militar, pelo Decreto nº. 10.521/37. No mesmo instrumento são definidas outras estruturas como: o Departamento de Polícia Preventiva, Delegacia de Ordem Política e Social, Departamento de Polícia Técnica, Departamento de Polícia de Trânsito, Delegacias da Capital e Delegacias Regionais, Plantão Central, dentre outros. No mesmo ano, foi celebrado o contrato para construção do Palácio da Secretaria da Segurança Pública na Praça 13 de Maio;

PROFISSIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NA POLÍCIA CIVIL: A estrutura orgânica da Secretaria da Segurança Pública passa a ter como referência os Decretos nº. 10.521/37 e 10534/38; 15 – Decreto-Lei nº. 171, de 17 de fevereiro de 1944, cria a Escola de Polícia Civil da Bahia e fixa sua estrutura orgânica.

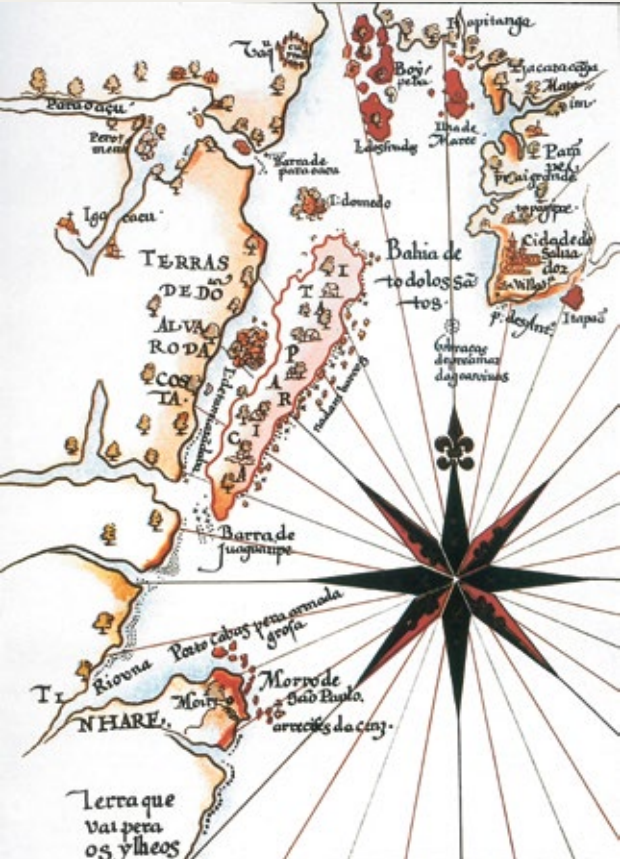
O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE 1976: Foram muitas as mudanças e incorporações de estruturas policiais; entretanto em 1976, por meio das Leis nº. 3.464 e 3.497, com a reestruturação da Secretaria da Segurança Pública foi instituído o Sistema Policial de Carreira Profissional, fruto de um Programa de Modernização Administrativa desenvolvido pelos Delegados de Polícia: Adhemar Martins Bento Gomes, Jurandir João Moisés e José Francisco de Carvalho Neto, sob o patrocínio do Governador Roberto Figueira Santos e o Secretário Luiz Artur de Carvalho. Nesta nova estrutura foi empossado em 28 de outubro de 1977, o primeiro Delegado-Geral Antônio Medrado de Alcântara, à época, denominado Superintendente da Polícia Civil.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E INSTITUIÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL: Depois do período de modernização ocorrido em 1976, a grande reestruturação ocorreu em 2009, com a Lei nº. 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, que Instituiu a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, conferindo ao órgão autonomia administrativa e financeira, definindo-o como Órgão em Regime Especial da Administração Direta do Estado. Em 2023, a Lei Estadual nº 14.580/2023 foi responsável por uma ampla reforma administrativa na Polícia Civil.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA CIVIL NA BAHIA

A partir de agora serão reveladas, em detalhes, as várias fases do processo de institucionalização da Polícia Civil na Bahia, que ajudam a contar a sua história. Para facilitar o entendimento, os eventos foram organizados de acordo com os seguintes marcos: I – O momento do descobrimento e a polícia no Brasil Colônia; II – A chegada da administração portuguesa: o Brasil ganha sua própria

estrutura de polícia; III – O surgimento do inquérito policial e a nomeação do primeiro chefe de polícia; IV – As estruturas de Polícia na República; V – Modernização do modelo de polícia baiana com a criação da Guarda Civil; VI – O Programa de Modernização de 1976 e, finalmente, VII – A Polícia Civil do Estado da Bahia na atualidade, por meio da Lei nº 11.370 de 4 de fevereiro de 2009.



Mapa quinhentista com a Bahia como Capitania Real.



"Terra Brasilis", 1519, mapa por Pedro Reinell e Lopo Homem.



Gravura que documenta o ataque holandês à Bahia, de Claes Jansz Visscher e Hessel Gerritsz.

I - O MOMENTO DO DESCOBRIMENTO E A POLÍCIA NO BRASIL COLÔNIA

Historiadores sinalizam que, embora o Brasil tenha sido “conquistado” por Portugal em 1500, apenas a partir de 1530 passou a ter uma estrutura de governo, com administração civil e militar, provendo oficiais de justiça e o que fosse necessário ao serviço público, visando principalmente policiar o litoral brasileiro das investidas francesas. O grande marco deste período foi a nomeação de Martim Afonso de Sousa, no dia 20 de novembro de 1530, capitão-mor e governador das terras do Brasil.

Documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao sinalizar a instituição policial no Brasil por meio da chegada de Martim Afonso de Souza, também menciona uma possível sede de

estrutura policial localizada no “Campo de Santana”, entretanto não há evidências seguras de que a localidade citada correspondesse ao território baiano, motivando interpretações de que a estrutura de polícia mais antiga poderia ter sido instalada no Rio de Janeiro ou no Maranhão.

Após o período correspondente ao descobrimento, e para racionalizar a exploração da colônia, Portugal implantou diversas legislações no Brasil, com o intuito de melhor administrar a colônia e principalmente para estruturar seu monopólio. O Direito no Brasil, nesta época, tinha total vinculação à metrópole portuguesa, que estava preocupada apenas em salvaguardar seu território para exploração de riquezas, sem necessariamente criar estruturas administrativas locais.

No período colonial, as ações do Estado eram respaldadas por leis de caráter geral, denominadas cartas de doação, e os Forais das capitanias, que centralizavam o poder nas mãos de Portugal e dos seus dirigentes no Brasil. Estes documentos constituem até hoje a principal referência sobre o regime jurídico no Brasil àquela época, e, portanto, também são as referências da base normativa das instituições policiais.

Também não há dúvida sobre a existência de manifestações de policiamento entre a própria população nativa. Os índios, para manutenção da tranquilidade nas comunidades, usavam rígidos dispositivos para punição dos transgressores. Prevalecia, à época, a justiça sob a Lei de Talião: “olho por olho, dente por dente”. Entretanto, a estrutura formal de Polícia Judiciária brasileira coincide com a unificação do sistema descentralizado das capitanias hereditárias, a instalação do governo geral no Brasil, com a nomeação em 7 de janeiro de 1549 de Tomé de Souza para o cargo de primeiro governador do Brasil.

Chegando à atual praia do Porto da Barra, Tomé de Souza veio fundar uma fortaleza e criar as condições mais adequadas para que a Baía de Todos os Santos fosse povoada e conduzida segundo os interesses do governo português. A estrutura policial estava então, constituída, para viabilidade da administração portuguesa. Tal marco, apresenta um novo reforço à tese de que a Polícia Civil da Bahia seria a mais antiga do Brasil.

Válido também destacar o processo de aperfeiçoamento dos instrumentos e estruturas da justiça e dos órgãos do Estado, ao longo do tempo, nesta fase. O que pode ser constatado em uma breve visita às características do Direito Penal do Brasil Colônia:

- Não havia presunção de inocência. Era inspirado no processo inquisitivo, com penas desproporcionais;

- A tortura era meio lícito e válido para a obtenção de provas;

- A confissão era suficiente para a condenação;

- Não havia contraditório nem ampla defesa;

- Havia pena de morte, por exemplo, por meio de enforcamento.

CHEGANDO À ATUAL PRAIA DO PORTO DA BARRA, TOMÉ DE SOUZA VEIO FUNDAR UMA FORTALEZA E CRIAR AS CONDIÇÕES MAIS ADEQUADAS PARA QUE A BAÍA DE TODOS OS SANTOS FOSSE POVOADA E CONDUZIDA SEGUNDO OS INTERESSES DO GOVERNO PORTUGUÊS.



O bairro da Barra, foto de Guilherme Gaensly, em 1870.

CURIOSIDADE

Interessante saber que era reiterada a ocorrência de crimes no Brasil do século XVIII, principalmente os chamados crimes de amor, e na Bahia daquela época os registros desta modalidade de crime eram tão significativos, que a cidade era considerada o lugar onde mais se matava por questões sentimentais. Tal situação resultou no primeiro ato de prevenção contra delitos públicos, registrado em 1683, que proibiu, na Bahia, aos homens, o uso das suas grandes capas adotadas como disfarce para o amor e para a morte.

Diante da crença, naquele tempo, de que por mais leis que se publicassem, nada mudava, e entendendo-se que havia a necessidade de se

criar uma estrutura administrativa para se ocupar do problema, em 14 de dezembro de 1757 foi publicado em Portugal um alvará com 21 artigos, instituindo a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino de Portugal. O instrumento concedia ao titular do cargo extremos poderes em matéria de Segurança Pública, sobrepondo-se a todos os ministros civis e criminais existentes. Com amplos poderes e ilimitada jurisdição, a atividade foi estendida para o Brasil, com o objetivo de garantir a ordem, a segurança e a paz pública. Este foi o primeiro passo para a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil.

II - A CHEGADA DA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA: O BRASIL GANHA SUA PRÓPRIA ESTRUTURA DE POLÍCIA - CRIADA A INTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA DA CORTE E DO ESTADO DO BRASIL, EM 1808.

A Bahia, à época, também obteve a mesma estrutura da organização policial vigente em Portugal, existindo delegados e subdelegados do Intendente, como seus representantes para atuação nas ruas da Colônia. Este tipo de serviço perdurou até a chegada do príncipe D. João ao Brasil, ocorrida em 22 de janeiro de 1808. Originariamente, a família real chegou à Baía de Todos os Santos, em Salvador, só depois, mudando-se para o Rio de Janeiro em 7 de março do mesmo ano.

O PELOURINHO E A FORÇA ERAM, À ÉPOCA, ELEMENTOS INTEGRANTES DA ATIVIDADE DE POLÍCIA E JUSTIÇA NA VIDA SOCIAL BRASILEIRA, FIRMANDO O SISTEMA DE GOVERNO DO PERÍODO COLONIAL.

Assim, foi a partir de 1808, com a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 10 de maio, e em 22 de junho do mesmo ano, instituída a Secretaria de Polícia no país, primeira estrutura administrativa da Polícia Civil no Brasil, seguida da criação do cargo de comissário de Polícia em 1810.

A Intendência Geral de Polícia, sediada no Rio de Janeiro, tinha a finalidade de proteger a Colônia contra espões, agitadores franceses, inimigos políticos e para executar a fiscalização de outros serviços de interesse da corte. Para isto, o Intendente-Geral Paulo Fernandes Vianna tinha sob seu comando ouvidores, corregedores, capitães, escrivães, alcaides, meirinhos e quadrilheiros e mantinha nas províncias um representante com a denominação de “Delegado da Intendência”, sendo este, portanto, o motivo de ser adotada como principal referência histórica da criação da Polícia Civil no Brasil.

CURIOSIDADE

Para apoiar a recém-criada Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, foi instituída, em 13 de maio de 1809, no Rio de Janeiro, a Guarda Real de Polícia, estruturada inicialmente com 218 integrantes para uma população de mais 60.000 habitantes. Em 1818 a Guarda Real de Polícia tinha apenas 75 homens, e, em 1831, devido a problemas de indisciplina, foi extinta. Em território baiano, entretanto, o Decreto do imperador Pedro I, datado de 17 de fevereiro de 1825, “manda organizar na Cidade da Bahia um Corpo de Polícia” .



DESEMBARGADOR PAULO FERNANDES VIANNA:
1º INTENDENTE DE POLÍCIA, 1808 -10 DE MAIO

PAULO FERNANDES VIANNA TINHA SOB SEU COMANDO OUVIDORES, CORREGEDORES, CAPITÃES, ESCRIVÃES, ALCAIDES, MEIRINHOS E QUADRILHEIROS E MANTINHA NAS PROVÍNCIAS UM REPRESENTANTE COM A DENOMINAÇÃO DE “DELEGADO DA INTENDÊNCIA”

III - O SURGIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL E A NOMEAÇÃO DO PRIMEIRO CHEFE DE POLÍCIA

Ainda em 1825, a crescente demanda pelo controle da criminalidade resulta na criação, pela In-

CURIOSIDADE

Em 3 de dezembro de 1841, com a publicação da Lei nº. 261/1841, a reforma do Código de Processo Criminal reestruturou a Polícia, estabelecendo em seu primeiro artigo que em cada município da Corte e em cada Província, haveria um Chefe de Polícia com seus delegados e subdelegados, nomeados pelo Imperador ou pelo presidente. Esta data é reconhecida pelas Polícias Cíveis do Brasil como comemorativa do Dia do Delegado de Polícia Civil.

Francisco Gonçalves Martins, Barão e Visconde de São Lourenço, em 1830, foi o primeiro Chefe de Polícia também nomeado posteriormente presidente da província da Bahia. Foram 42 chefes de polícia nomeados até 1889, segundo levantamento realizado pelo Delegado Walmir Maia Rocha Lima Filho, em documento organizado e distribuído por ocasião da celebração dos 200 anos da Polícia Civil do Estado da Bahia, em 2008, denominado *Polícia Civil: 200 anos a serviço da sociedade*.

Somente em 20 de setembro de 1871, pela Lei nº. 2033, regulamentada pelo Decreto nº. 4824, de 22 de novembro do mesmo ano, o sistema adotado pela Lei n.º 261 foi reformulado, separando-se “Justiça” e “Polícia” de uma mesma organização e trazendo algumas inovações que perduram até os dias atuais, como a criação do inquérito policial.

O primeiro registro de uma espécie de investigação preliminar data de 1841, coincidindo com o período de reforma da legislação processual penal no

tendência Geral, do cargo de comissário de Polícia, com atribuições de prevenir e reprimir infrações penais, proceder apurações e encaminhar os envolvidos perante um juiz.

FRANCISCO GONÇALVES MARTINS,
BARÃO E VISCONDE DE SÃO LOURENÇO.



Brasil, apesar de somente em 1871 ter sido o inquérito policial formalmente introduzido na legislação pátria, estando atualmente disciplinado no Código de Processo Penal.

Por meio do Decreto nº. 120, de 31/1/1842, definiram-se as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, colocando-as, naquela época, sob chefia suprema do Ministro da Justiça. A competência de legislar sobre a polícia, nesta fase estava centralizada no Rei.

Uma das primeiras determinações do primeiro Chefe de Polícia Civil do Brasil foi mandar retirar as fitas vermelhas e verdes das lanças identificadoras da polícia, substituindo-as por fitas pretas e brancas, simbolizando o trabalho diuturno da polícia, caracterizando uma nova fase de organização da força pública. Posteriormente, tanto os prédios das chefias de polícia quanto as delegacias eram pintados de branco com os detalhes (janelas, portas, etc.) em preto. Isso para que fossem identificados por qualquer pessoa em qualquer lugar onde estivesse na Corte. Em outra época, também era afixado nas residências dos delegados de Polícia um brasão de armas, indicativo do cargo, para que toda comunidade soubesse quem residia ali.

Na atualidade existe um movimento envolvendo todas as Polícias Cíveis do Brasil para que seja adotado em um único padrão gráfico as cores preto e branco.

IV - AS ESTRUTURAS DE POLÍCIA NA REPÚBLICA

O Brasil deixou de ser um Império com o golpe militar de 15 de novembro de 1889, que depôs Dom Pedro II. A partir do ato simbólico da Proclamação da República do Brasil pelo Marechal Deodoro da Fonseca, formalizado em 15 de novembro de 1889, um novo tipo de regime é estabelecido, assim, surgindo um novo período da história brasileira denominado Brasil República, que perdura até hoje, e com ele novas necessidades que configuraram no novo modelo de polícia.

Oscilações na nomenclatura dos corpos policiais

Foi no período da Proclamação da República que o adjetivo “militar” passou a fazer parte do designativo das polícias brasileiras de manutenção de ordem pública de modo uniforme, embora, com a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, surgiram pequenas oscilações na nomenclatura dos corpos policiais, como Milícia, Força Pública, Brigada e outros, e, ao longo da primeira década do século XX, a terminologia foi unificada como Polícias Militares, em quase todo o Brasil.

O estado de Minas Gerais foi o primeiro a adotar o modelo de Polícia Militar, criando o denominado Regimento Regular de Cavalaria de Minas, em 1775. Tal estrutura é considerada o embrião das Polícias Militares como se veem hoje. O formato militar também existiu embrionariamente antes mesmo da Proclamação da República, nos estados: Rio de Janeiro, em 1809, Bahia, em 1825, São Paulo, em 1831, Santa Catarina, em 1835 e Rio Grande do Sul, em 1837.

Já a Secretaria de Segurança Pública criada ainda no Segundo Reinado, com o nome de Secretaria de Polícia, não se enquadrou aos moldes da administração estadual, considerando-se que originariamente adotava o modelo federativo, desde a Primeira República. Foi a partir do governo de Severino Vieira (1900-1904) que as estruturas administrativas do Estado foram melhor definidas, inclusive a estrutura policial.

Definição da estrutura da polícia do estado da Bahia em Civil e Militar

A profissionalização da polícia brasileira, caracterizada pela divisão de funções e pela busca do cientificismo, teve início entre os anos de 1905 e 1907, ocasião em que houve a divisão entre Polícia Judiciária e Administrativa ou Preventiva. A Lei nº. 613, de 14 de agosto de 1905, foi um relevante sinalizador do modelo de organização policial, que definiu a estrutura da Polícia do Estado da Bahia em Civil e Militar. No período, a administração do estado foi centralizada em uma única secretaria, dividida em repartições, entre elas, a Repartição Central da Polícia.

O cargo de chefe de polícia era uma peça fundamental no regime republicano das primeiras décadas do século XX, isso porque o processo eleitoral era marcado pela coerção, compra de votos, fraudes nas urnas coletoras etc., tornando-se a polícia indispensável neste processo. No período, ocorriam muitas substituições de funcionários governamentais, principalmente delegados de polícia às vésperas das eleições.

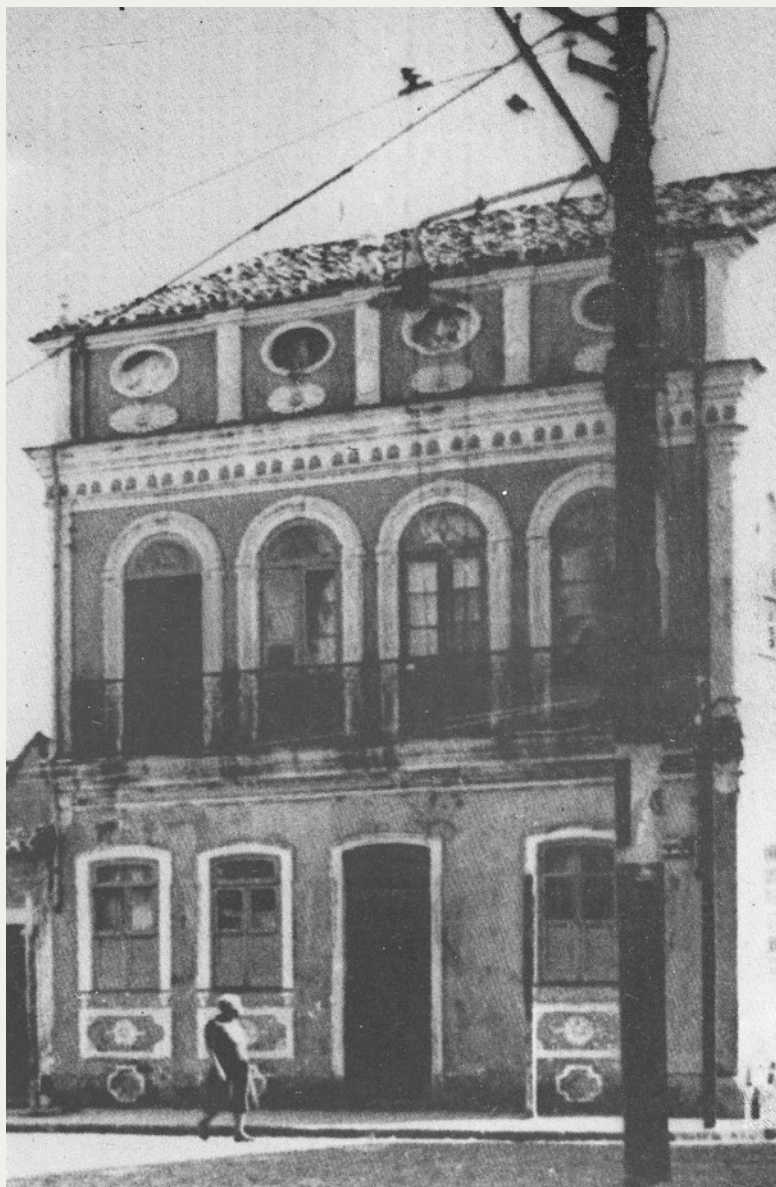


Edifício Sede da Polícia Civil do Estado da Bahia, inaugurado em 12 de outubro de 1938.

CURIOSIDADE

Estar à frente da chefatura de polícia na Bahia, significava comandar a maior Secretaria de Estado na Bahia, uma vez que o órgão reunia cerca de 69,4% dos servidores públicos estaduais, representando a maior categoria sócio-ocupacional do estado. Ainda nos dias atuais, a Secretaria da Segurança Pública representa um dos três maiores orçamentos dentre os órgãos do estado, bem como possui um dos maiores quadros de servidores. Ainda como curiosidade, consta que participou da edificação do prédio o sr. Theomar Soledade, filho de Corina Ribeiro Soledade. O neto de Theomar, Yuri Silva Soledade, atualmente é funcionário da Secretaria de Segurança Pública.

V - MODERNIZAÇÃO DO MODELO DE POLÍCIA BAIANA COM A CRIAÇÃO DA GUARDA CIVIL



Casa da Rua da Lapa, nº 1, onde no primeiro decênio do século funcionou a Secretaria da Segurança Pública.

Outro grande desafio conferido à polícia do século XX era o de combater os “grandes males” da civilização, tais como: a prática de jogos, o consumo excessivo de bebida alcoólica, a exploração à prostituição, a vadiagem, os desordeiros e os inúmeros marginais que infestavam a cidade. Para esta tarefa foi criada em 1912 a Guarda Civil, considerada na história das instituições de Segurança Pública, o maior símbolo de modernidade na polícia baiana, nesse período.

Apesar de ser criada em 1912, o projeto de implementação da Guarda Civil, já estava previsto em lei desde 1904, quando foi autorizada a divisão da polícia em Militar e Civil, sendo que a Civil deveria ficar responsável pelo policiamento da capital. O projeto de lei ainda pontuava que a fixação do efetivo da Polícia Civil poderia ser realizada assim que as condições orçamentárias do estado permitissem. Segundo a mesma lei, poderia o estado iniciar os trabalhos da Guarda Civil com pelo menos 100 guardas, a serem distribuídos pelos bairros mais populosos, e não sendo permitido ultrapassar o máximo de 400 guardas.

Desta maneira, em 17 de agosto de 1912, pelo Decreto nº. 1551, o Governador José Seabra criou a Guarda Civil do Estado, e em 14 outubro do mes-

mo ano, já estava instalada sua sede, no segundo pavimento do Teatro São João, sob o comando do major Justiniano Bonfim.

Ao entrar em operação, suas poucas vagas eram disputadas por jovens residente da capital, mas atraíam também pessoas do interior do estado que buscavam ter a honra de pertencer à Guarda Civil. Aos que se candidatavam à vaga, era exigido

um histórico de vida sem registro de quaisquer máculas, critério que se perpetuou durante toda sua existência e por isso lhe trouxe a credibilidade e o respeito até os dias atuais, lembrada e respeitada por aqueles que tiveram o privilégio de integrar ou compartilhar de suas atividades como instituição de Segurança Pública.



Polícia Feminina, em 1965.



Polícia Feminina, em 1959.



Polícia Feminina, em 1971.

Publicações e fotos históricas encontradas nos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na Fundação Gregório de Mattos (FGM) e na Fundação Mário Leal Ferreira, mostram alguns dos integrantes da Guarda Civil, em seus impecáveis uniformes. As mulheres usavam os cabelos bem penteados no padrão da época.



Secretário de Segurança Pública em reunião para policiamento no carnaval, 1969.



Depoimento. Edgar Medrado, 1971.



Delegado Lourenço Neto e o comerciante Raulindo, em 1972.



Coletiva de imprensa com os Delegados Gutemberg Alves de Oliveira, João Lourenço de Carvalho e Heládio Barbosa, em 1968.



Imagem representativa de depoimento em uma Delegacia de Polícia, em 1965.



9ª Delegacia de Polícia, em Salvador.



Investigador Antonio Barreto Ribeiro



Polícia feminina, em 1960.



Polícia feminina, em 1960.

CURIOSIDADE DA GUARDA CIVIL

Em 1912, os jornais ainda eram praticamente a única fonte de informação sobre os acontecimentos na Bahia, no Brasil e no mundo. Por esta razão, a história dos guardas civis pode ser encontrada nos inúmeros periódicos existentes de então, inclusive esclarecendo suas atividades relativas ao policiamento em praças e outros logradouros, tais como:

“permanecer asseados e atentos nos seus postos exercendo severa e incessante vigilância sobre os movimentos das ruas e os costumes dos moradores e dos transeuntes; prender e conduzir imediatamente à presença do comandante do corpo as pessoas encontradas na prática de algum crime, ou forem surpreendidas com algum instrumento apropriado para a execução de algum delito [...] Devem conduzir às estações policiais mais próximas, as pessoas encontradas com as vestes ensanguentadas, [...] As que estiverem danificando arvoredos, edifício, obras públicas, ou particulares, os cavaleiros, ciclistas ou condutores de veículos que causarem algum sinistro ou desastre, as pessoas encontradas conduzindo objetos, que se tornem suspeitos de terem sido adquiridos por furto ou roubo, os indivíduos em estado de embriaguez os alienados, os decrépitos, os que estiverem dormindo nas ruas, praças, adros de templo e edifícios públicos, as pessoas vestidas de modo ofensivo à moral e aos bons costumes pelas ruas e praças, ou a se banhar em lugar público. [...] Não permitir que os botequins e tavernas e outras casas de negócio fiquem abertos além das horas marcadas, intimar os indivíduos nelas envolvidos a se acomodarem sob pena de prisão” (Jornal de Notícias, 5/9/1912).

É possível encontrar matérias de jornal, principalmente nos anos 50 e 60, ressaltando as atribuições a serem cumpridas pelos guardas civis, que iam além da efetivação de prisões e averiguação. As matérias reforçam que, antes de tudo, o guarda deveria ter uma postura moral, civilizada e digna de uma capital que objetivava possuir um *status* de desenvolvida. Por isso devia se abster do jogo, da bebida e ficar distante das pessoas de maus procedimentos.

A conduta incluía tratar com delicadeza todas as pessoas, ainda que estas não lhes retribuíssem o mesmo tratamento, e com a máxima prudência atender os ébrios, os alienados, os mendigos, em geral a todos. Durante sua jornada, o profissional da Guarda Civil deveria ser amável, ceder o caminho a qualquer pessoa, principalmente crianças, senhoras, velhos, feridos e inválidos. Também aos guardas era recomendado que prestassem atenção ao funcionamento dos lâmpões de iluminação pública, se estavam acesos ou apagados, se estavam apagados por quanto tempo, além de fiscalizarem se nenhum veículo estava parado em cima das vias férreas ou carris, e se nenhum carregador estava transitando sobre passeios e praças.

Em 1972, por meio da Lei nº. 3056, foi criado no Quadro de Pessoal da Secretaria da Segurança Pública, uma parte suplementar, formada do cargo isolado de Inspetor de Polícia e dos cargos de carreira de Sub-Inspetor de Polícia e de Agente de Polícia, implicando na extinção da Guarda Civil.

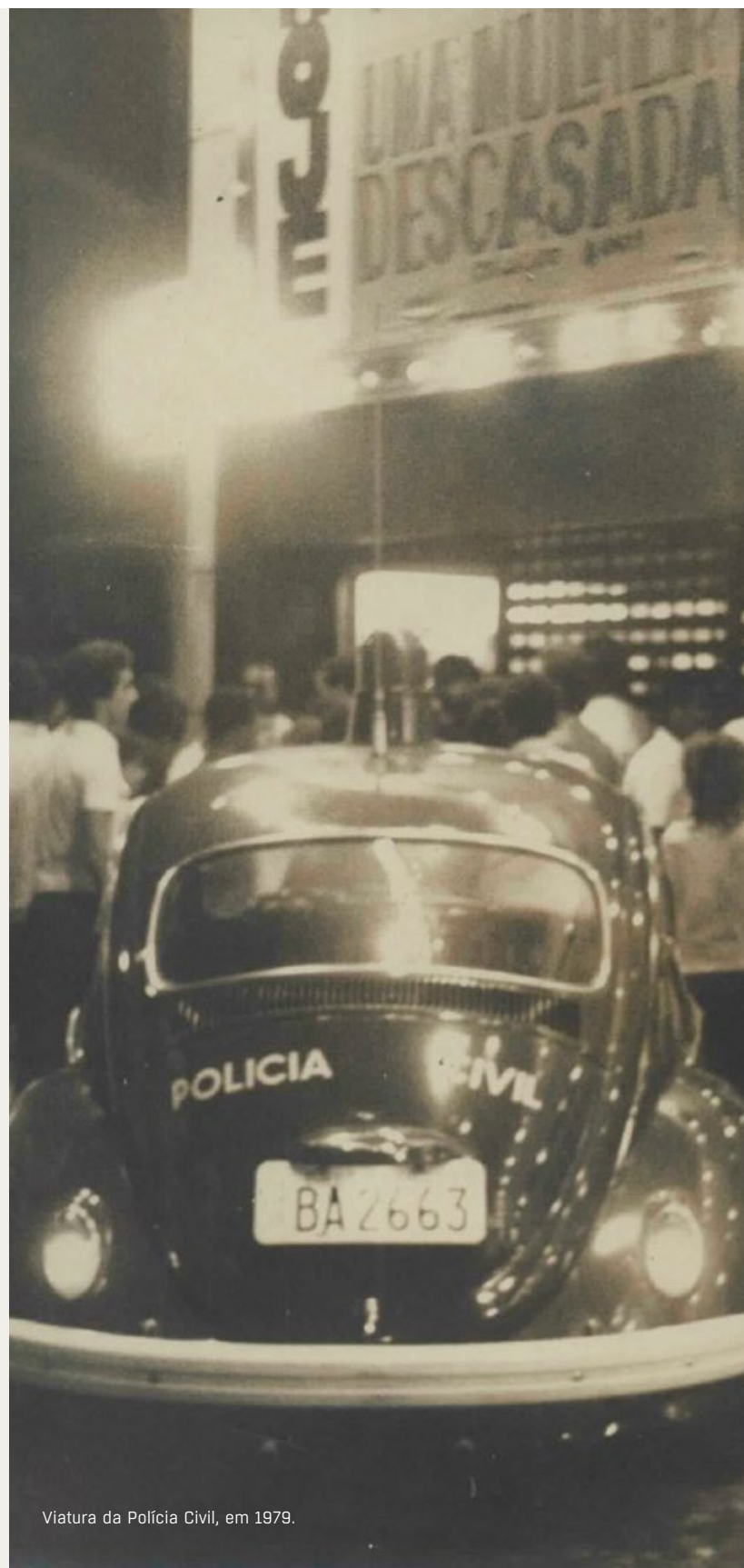
VI - O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE 1976

Em plena vigência da **Lei nº 3.374, de 30 de janeiro de 1975 – Estatuto do Servidor Policial Civil**, regulando direitos, deveres e prerrogativas desta categoria funcional, foi concebido e implantado o Sistema Policial Civil de Carreira Profissional.

O programa priorizou o aspecto humano e técnico profissional na estrutura de Segurança Pública. Considerou que o homem, como elemento-chave em qualquer processo de crescimento organizacional, necessitava de garantias institucionais para enfrentar a criminalidade impulsionada pelos problemas socioeconômicos, e o programa de modernização administrativa que estava sendo elaborado pela Secretaria da Segurança Pública, para ser viável, exigiria a consistência de uma equipe bem formada e estruturada para o exercício das suas funções atuais e futuras.

Nesse cenário, a Polícia Civil da Bahia teve sua estrutura e sua competência definidas a partir da edição da Lei nº. 3.497, de 8 de julho de 1976, com base na hierarquia e disciplina, sob a direção de um superintendente, com a finalidade de promover a prevenção, o controle, a repressão e a investigação criminal, visando à defesa social e à preservação da paz pública.

A grande preocupação da equipe de trabalho envolvida no desenvolvimento do Programa de Modernização de 1976 era aprimorar a qualificação das pessoas, destacando-se a busca pela profissionalização da carreira e a cientificidade da investigação. Então, sob a liderança inspiradora do Coronel Luiz Artur, Secretário da Segurança à época, o Sistema Policial Civil de Carreira Profissional simplificou nomenclaturas de cargos, estabeleceu,



Viatura da Polícia Civil, em 1979.

CURIOSIDADE

Os policiais eram enviados para cursos fora da Bahia e até para fora do país. Os padrões adotados, inclusive manuais de procedimentos, equipamentos e viaturas, eram norte-americanos. O grupo de trabalho responsável pelo planejamento e gestão do Programa de Modernização da Segurança Pública foi carinhosamente apelidado pelo Secretário Luiz Artur de Carvalho, como “Minha Sorbonne”, uma alusão à universidade francesa, e por considerar o grande preparo técnico e espírito empreendedor do grupo, integrado por José Francisco de Carvalho Neto, Delegado de Polícia aposentado, especialista em administração e mestre em Ciências Sociais, que atualmente trabalha no Tribunal de Contas do Estado.

em média, três classes para cada nova categoria funcional, e criou oportunidades de desenvolvimento do “homem de polícia”, instituindo cursos regulares, promovendo a seleção de “valores”, por meio da promoção e concurso interno, baseados no sistema de mérito. Outro desafio era o desenvolvimento da perícia, robustecendo os elementos de confecção para a investigação, dentre outros projetos, além da criação de um fundo para Segurança Pública, visando possibilitar os investimentos desejados”.

A GRANDE PREOCUPAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO ENVOLVIDA NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE 1976 ERA APRIMORAR A QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS, DESTACANDO-SE A BUSCA PELA PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E A CIENTIFICIDADE DA INVESTIGAÇÃO.

Viaturas adquiridas para a Polícia Civil, Polícia Militar e DETRAN - década de 70.



Naquela oportunidade, a Lei nº 3.497/76 reestruturou, em carreiras, não só a categoria de delegado de Polícia, mas, por igual, todas as demais, de natureza policial civil, absorvendo os 2.496 cargos existentes no âmbito da Secretaria da Segurança Pública. A implantação da nova estrutura, entretanto, ocorreu de maneira gradual e progressiva, ajustada às disponibilidades financeiras e administrativas. Foram realizados concursos públicos e cursos de formação profissional para provimento dos cargos já existentes: Delegado De Polícia, Perito Criminalístico, Perito Médico-Legal, Perito Auxiliar, Agente de Polícia, Motorista Policial e Operador Policial de Telecomunicações.

Os avanços foram substanciais. Na capital, todo o quadro de delegados passou a ser de carreira, entretanto, no interior, a situação do delegado comissionado, não integrante do quadro efetivo, denominado “delegado auxiliar de Polícia”, excepcionalmente, ainda continuou a ser admitida. O início da solução da problemática dos delegados no interior só viria, anos mais tarde, com a aprovação da Lei nº. 7.596, de 7 de fevereiro de 2000, com a extinção do cargo em comissão de delegado auxiliar de Polícia, e sua progressiva substituição por delegados de carreira.



A IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA, ENTRETANTO, OCORREU DE MANEIRA GRADUAL E PROGRESSIVA, AJUSTADA ÀS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS.

Grupo de trabalho responsável pela edição do livro “História da Polícia Civil da Bahia”: Alcides Passos Palma, coordenador; Waldemar Mattos, autor da monografia; Samuel Nogueira Filo e Mário Lessa de Carvalho, membros da Comissão



Edifício Sede da Polícia Civil do Estado da Bahia.

A estrutura organizacional da Polícia Civil da Bahia, nos termos da referida norma, compreendia:

- Gabinete do Superintendente (GSP);
- Corregedoria da Polícia Civil (CORREPOL);
- Academia da Polícia Civil “Nelson Pinto” (ACADEPOL);
- Serviço Médico da Polícia Civil (SEMEP);
- Serviço de Polícia Interestadual (POLINTER);
- Centro de Documentação, Estatística e Informática Policial (CEDEIP);
- Departamento de Prevenção Criminal (DEPREV);
- Departamento de Polícia Metropolitana (DEPOM);
- Departamento de Polícia do Interior (DEPIN);
- Departamento de Polícia Técnica (DPT);
- Conselho de Polícia Civil (CONPOL).

A equipe responsável por executar o programa de modernização administrativa, para dar conta do processo de inovação que estava sendo implementado, antes mesmo da publicação da lei de reestruturação administrativa, no mesmo ano, providenciou a criação do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL. O fundo foi criado pela Lei nº 3.464/76 e regulamentado por meio do Decreto nº. 25.552/76, com o objetivo de viabilizar os meios necessários para concretização dos projetos que integravam os subprogramas do denominado Programa Estratégico de Modernização Administrativa, contemplando:



Detalhe da central de operações.



Frota de viaturas da Polícia Civil.



Serviço odontomédico.



Conjunto arquitetônico do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil da Bahia.

A CRIAÇÃO DO SISTEMA POLICIAL CIVIL DE CARREIRA PROFISSIONAL, REPRESENTOU O ESFORÇO HISTÓRICO DE MAIS DE 40 ANOS.

a) Subprograma de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no qual o projeto do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional estava contemplado, dentre outros como o Censo do Servidor Policial, e o Projeto de Aperfeiçoamento de Pessoal;

b) Subprograma de Reequipamento (destacando os projetos: Telecomunicações Policiais e Transporte Policial);

c) Subprograma Instalações para os Serviços Policiais (destacando o Projeto: Sede do Departamento de Polícia Técnica);

d) Subprograma Racionalização Administrativa (destacando os projetos: Racionalização de Métodos, Técnicas e Procedimentos de Trabalho Policial Civil e Projeto de Integração Polícia e Comunidade);

e) Subprograma Informática Policial (destacando os projetos: Automação da Identificação de Impressões Digitais pelo Sistema Rockwell e Projeto de Introdução do Processamento Eletrônico de Dados e Microfilmagem na Polícia Civil).

A criação do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional, representou o esforço histórico de mais de 40 anos. A primeira tentativa tinha ocorrido nos idos de 1929, com a nomeação de bacharéis em Direito para a função de delegados de Polícia em vários municípios da Bahia. Outras tentativas ocorreram. Entretanto, a concretização só aconteceu em 1976.



Foto: Carol Garcia

Aula inaugural para os aprovados no concurso para a Academia de Polícia da Bahia, em 2015.

CURIOSIDADE

Apesar de estabelecer que os cargos de confiança eram privativos dos ocupantes das categorias funcionais do Sistema Policial Civil de Carreira, a limitação legal do seu quadro resultava na insuficiência do número de Delegados, Escrivães e Agentes (atuais investigadores) para compor o efetivo de unidades operacionais no interior, possibilitando a nomeação de Bacharel em Direito e Oficial da Polícia Militar para atuarem como Titulares nas Delegacias Circunscricionais e de Crimes Contra o Patrimônio. Assim, em Distritos Policiais, foram mantidos os cargos honoríficos de subdelegados, delegados auxiliares e seus suplentes.

Nova alteração no sistema policial civil de carreira profissional foi introduzida pela Lei n.º 4.965, de 19 de maio de 1989, que dispunha sobre a remuneração dos cargos das carreiras jurídicas da administração pública estadual. Esta lei desvinculou o Delegado de Polícia do Sistema de Carreira Policial Civil e, em adequação aos artigos 135 e 241 da Constituição Federal, incorporou-o aos cargos de carreiras técnico-jurídicas. Entretanto, isto também não foi suficiente para que apenas delegados de carreira chefiassem as delegacias no interior baiano; apenas com a aprovação da lei que extinguiu o cargo em comissão de Delegado Auxiliar de Polícia e sua substituição progressiva, toda a Polícia Civil do Estado da Bahia passou a ter apenas delegados de polícia de carreira profissional.

A turma de delegados formada em 1976 foi responsável pela consolidação e desenvolvimento da instituição nas décadas seguintes, e dentre os 45 Delegados de Polícia que ingressaram na carreira naquela turma, podemos citar alguns destes profissionais que se destacaram em funções de Diretor, Ouvidor, Chefe de Gabinete, Delegado Titular e até Delegado-Geral, como: Francisco Neto, José Carlos Travessa da Silva, Josélia Santana, Lindaiá Mustafa, Maria da Purificação Lira, Osman de Almeida Bagdêde, Regina Célia Boss Palmeira Sampaio, Jorge Monteiro, José Orlando Carvalho, Valquíria Barbosa da Silva, Domingos da Silva Matos Telma Dantas, Ana Maria dos Santos Silva, Maria Dirce dos Santos, Maria das Graças do Rosário, Celeste Glória, José Seixas, Raul José Sarli, José Alberto Fonseca de Carvalho, Sinésio Cabral Filho, Raimundo José de Gonzalez, Virgílio Antônio Paim, dentre outros.

A estratégia adotada no Programa de Modernização Administrativa em 1976 mostrou-se exitosa e influenciou positivamente a Polícia Civil já no início dos anos 80. O esforço concentrado e significativo de investimentos na estrutura de gestão e em outras áreas, como desenvolvimento de pessoas e infraestrutura, resultou em uma rápida elevação da imagem da instituição, que passou a atrair profissionais altamente qualificados e dedicados ao trabalho policial, em todos os níveis hierárquicos.

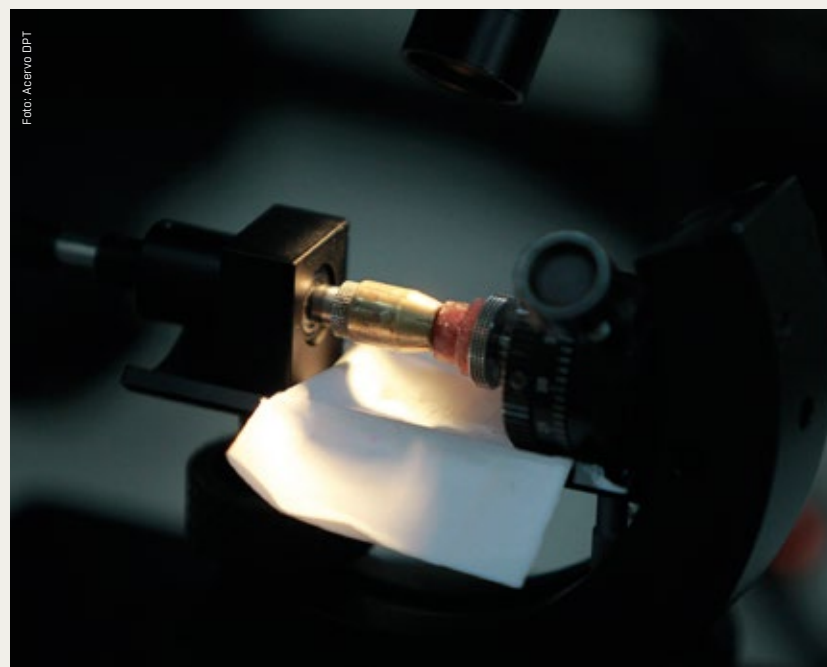
A visão da Polícia Civil foi atrelada ao aperfeiçoamento da sua função social nos aspectos ASSURATÓRIO, como garantidora de tranquilidade pública e de proteção dos direitos individuais; DISCIPLINAR, impondo e orientando a ordem pública; INSTRUMENTAL, como dispositivo a serviço da lei; EDUCATIVO, ao orientar e instruir, modelando

a conduta social do cidadão, e ASSISTENCIAL, atuando na ajuda, orientação e encaminhamento de enfermos, idosos, crianças e adolescentes, doentes mentais e outras pessoas carentes e em condição de vulnerabilidade.

Nos anos seguintes, foram criados ainda outros dispositivos normativos, com destaque para o Decreto nº 25.891, de 18 de outubro de 1977, definindo as atribuições, requisitos e formas de provimento de classes e período de trabalho, das categorias funcionais integrantes do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional e o Decreto nº 26.896, de 21 de setembro de 1979, que estruturou as Divisões Regionais de Polícia do Interior - DIRPIN, do Departamento de Polícia do Interior - DEPIN, integrante da Polícia Civil da Bahia, constituindo mais um passo decisivo no processo de interiorização da Polícia Civil de Carreira e, mais tarde, para a especialização do serviço policial. Outra mudança significativa foi a autonomia administrativa conferida ao Departamento de Polícia Técnica, por meio da Constituição Estadual de 1989.



Exame de microcomparação balística.



Detalhe do exame de balística.

CURIOSIDADE

Embora integrante do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional, o §5º, do Art. 146, da Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989, conferiu autonomia ao Departamento de Polícia Técnica - DPT, afastando-o da estrutura da Polícia Civil e subordinando-o diretamente à Secretaria da Segurança Pública. A Lei nº 6.074/91 modificou a estrutura da SSP, incorporando o DPT como órgão da administração direta desta secretaria. Em 1999, a Emenda Constitucional nº 7, de 18 de janeiro de 1999, revogou o §5º, do Art.

146, da Constituição Estadual, contudo, não houve o retorno do departamento à estrutura da Polícia Civil, situação mantida até os dias atuais.

Como órgão da administração direta, o DPT é subordinado à Secretaria da Segurança Pública, tendo a finalidade de planejar, coordenar, dirigir, controlar, fiscalizar e executar os serviços no campo da polícia técnico-científica, realizando perícias, exames, pesquisas e estudos, visando à prova pericial e à identificação humana civil e criminal no estado.



Análise de entorpecentes (capela) - Operação Mar Azul

A ESTRUTURA DA PERÍCIA DESDE SUA ORIGEM

A primeira estrutura de perícia data de 1896, com a criação do Serviço Médico-Legal da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, atual Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (IMLNR), que funcionava em regime de contrato com a Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1910 é criado o Gabinete de Identificação, atual Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM). Em 1937, durante a reestruturação administrativa da Secretaria da Segurança, o Serviço Médico-Legal passa a denominar-se Instituto Médico-Legal e de Investigação Criminal e, juntamente com o Instituto de Identificação, antigo Gabinete de Identificação, passam a compor uma só repartição pública, o Departamento de Polícia Técnica. Em 1938 o Instituto Médico-Legal e de Investigação Criminal é desmembrado, sendo criado o Instituto de Investigação Criminal, atual Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP). Em 1944 o Departamento de Polícia Técnica é extinto, ficando os seus institutos subordinados diretamente ao Secretário da Segurança Pública.

Em 27 de junho de 1973, com a publicação da Lei nº. 3.118, é recriado o Departamento de Polícia Técnica (DPT), agrupando todos os institutos e atividades de Polícia Técnica (perícia) em um só órgão, que também passou a contar com uma nova divisão - o Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT). Esta norma é considerada o marco de criação do atual DPT na condição de estrutura orgânica totalmente integrada. Com a reestruturação organizacional promovida pela Lei nº 3.497, de 8 de julho de 1976, o DPT passa a fazer parte da Polícia Civil da Bahia. No ano 1977 a atual sede do DPT em Salvador começa a ser construída. Em virtude da autonomia conferida pela Constituição Estadual de 1989, na década de 1990, por meio da Lei nº. 6.074, de 22 de maio de 1991, a estrutura do DPT passa novamente a integrar à administração direta da Secretaria da Segurança Pública, atuando com corpo funcional de caráter permanente - peritos e auxiliares, integrante do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional. Finalmente, por meio da Lei nº. 9.289, de 20 de dezembro de 2004, o departamento teve alterada sua finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão, passando também a contar com a Diretoria do Interior, unidade responsável pelo acompanhamento, coordenação e gestão do processo de interiorização da perícia.



Laboratório forense do Departamento de Polícia Técnica (DPT).

A POLÍTICA DE GÊNERO E SERVIÇO POLICIAL NOS ANOS 80

Fruto das discussões do movimento de mulheres e da realidade de violência a que estavam submetidas, no início dos anos 80 foram criadas as primeiras Delegacias de Proteção às Mulheres, posteriormente denominadas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM). O maior estímulo veio em 1985, quando foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e no mesmo ano, em São Paulo, foi criada a primeira DEAM. Logo nos anos seguintes, outras unidades foram instaladas em vários estados do país, inclusive na Bahia.

Em 1986, por meio do pioneirismo da DPC Marcia Telma, seguida pela DPC Isabel Alice Pinho e

Iracema de Jesus, referências como profissionais para toda a Instituição, o trabalho voltado à política de gênero foi fortalecido. A trajetória destas delegadas, na área, foi marcada pela busca ao reconhecimento do trabalho das equipes que atuam nas unidades especializadas de atendimento à mulher, assegurando que uma DEAM resulta do esforço e da sensibilidade de cada um dos servidores, pois, o grande diferencial deste trabalho na Polícia Civil da Bahia está na solidariedade e na compreensão das pessoas que buscam as delegacias especializadas no atendimento à mulher, acreditando que também na DEAM se constrói a cidadania feminina.



Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em Periperi.

CURIOSIDADE



Nota do Jornal ATarde, em junho de 1986.

O reforço à Política de Proteção à mulheres ocorreu de maneira determinante com a criação do Departamento de Proteção à Mulher, Cidadania e Pessoas Vulneráveis (DPMCV), em 02 de junho de 2023, por meio da Lei 14.580/2023 que alterou a LOPC nº 11.370/2009, sendo designada como diretora a DPC Patrícia Barreto Oliveira. No mesmo ano, mudanças trazidas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), pela Lei nº 14.550/2023 asseguraram a proteção contra todas as formas de violência em contexto de relações domésticas, familiares e íntimas de afeto. Em 2024 foram mais duas mudanças. Pela Lei nº 14.857, de 21 de maio de 2024, ficou determinado o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar. A segunda alteração chegou por intermédio da Lei nº 14.887, de 12 de junho de 2024, que passou a prever prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar junto ao SUS.

O REFORÇO À POLÍTICA DE PROTEÇÃO À MULHERES OCORREU DE MANEIRA DETERMINANTE COM A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO À MULHER, CIDADANIA E PESSOAS VULNERÁVEIS (DPMCV)





Delegacia de Proteção ao Turista (Deltur)



Delegada Lindaiá Mustafá, primeira delegada titular da Deltur, e equipe.

O Decreto n.º 336 de 12/9/1991 dispõe sobre a competência do Departamento Especializado de Investigações Criminais – DEIC, estruturando diversas unidades, entre estas a Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur, cuja primeira titular foi a DPC Lindaiá Garcia Mustafa Pereira.

Mais tarde, por meio da Lei n.º 7.146, de 27 de agosto de 1997, a estrutura do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional foi modificada de forma relevante, quando foram estabelecidos os seguintes princípios de organização e funcionamento:

I – organização em carreiras, identificadas à vista da similitude, complexidade e complementariedade das respectivas atividades funcionais, considerando, ainda, a natureza das atribuições inerentes aos cargos nelas abrangidos, o nível de conhecimento e o grau de especialização exigidos para o seu desempenho;

II – ingresso mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, visando à seleção de valores profissionais, morais e intelectuais para provimento dos cargos policiais civis;

III – treinamento introdutório de formação, por meio de cursos específicos de caráter eliminatório e atualização permanente de conhecimentos e de técnicas indispensáveis ao desempenho das funções inerentes ao cargo, de acordo com programas regulares de qualificação profissional, elaborados pela Academia da Polícia Civil – ACADEPOL;

IV – garantia de desenvolvimento regular e equilibrado dentro da carreira respectiva, asseguradas idênticas oportunidades e igualdade de condições;

V – vedação do exercício de atividades privadas que importem em prestação de segurança a pessoas físicas ou jurídicas, condução de investigações e outras similares;

VI – exercício da função policial civil fundamentado na hierarquia e disciplina.



Divulgação do Grupo de Teatro da Polícia Civil.

O referido diploma legal de agosto de 1997, também cuidou das carreiras profissionais, criando o cargo de Perito Odonto-Legal, transformando o cargo de Motorista Policial em Agente de Polícia nível 1 e o cargo de Perito Auxiliar em Perito Técnico de Polícia nível 2, além de reclassificar todas as carreiras.

Os anos 90 trouxeram outras inovações. Além da especialização voltada às mulheres, iniciada em 1989, a Polícia Civil aperfeiçoou seus serviços em todas as áreas relacionadas à legislação especial com destaque para: meio ambiente, consumidor e criança e adolescente. Além de delegacias especializadas, anos depois também foram

criados grupos de investigação e atendimento de determinados segmentos como: de Repressão a Roubos em Transporte Coletivo (GERC); para Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos/GEMACAU (2010), além do serviço de registro de Boletim de Ocorrência Digital, por meio da Delegacia Digital, como é conhecida, e, mais recentemente o Grupo Especializado de Repressão aos Crimes por Meios Eletrônicos (GME) e o Núcleo Especial de Atendimento à Mulher - NEAM, este último implantado em 2018, como um projeto piloto concebido para as sedes das Coordenadorias de Polícia do Interior - COORPINs, onde ainda não existem DEAMs.



Complexo Policial de Feira de Santana.

VII - A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA NA ATUALIDADE, POR MEIO DA LEI Nº. 11.370 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2009

Com o romper do novo século temos também um marco histórico relevante para Polícia Civil do Estado da Bahia. A Lei n.º 7.596, de 7 de fevereiro de 2000, no caput do Art. 3º define que as Delegacias de Polícia do Interior do Estado terão sua denominação acrescida da identificação da respectiva entrância, em cuja comarca judiciária esteja localizada, com vistas à ocupação da respectiva titularidade por delegado de polícia de carreira.

Com a Lei n.º 7.596, de 7 de fevereiro de 2000, e em observação à Constituição Federal, finalmente é estabelecido que:

“Os cargos em comissão de Delegado Auxiliar de Polícia, símbolo DAÍ-5, constantes do quadro de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública, serão extintos à medida que sejam nomeados ocupantes de cargos de provimento efetivo de Delegado de Polícia, para exercício na respectiva localidade.”

A adoção desta medida concretizava antigo anseio de muitos, ao longo de muito tempo, na Bahia e em todo o território brasileiro, de atribuir somente a delegado de polícia de carreira a chefia das unidades de polícia judiciária, localizadas tanto nas capitais quanto no interior dos estados da Federação. O contexto da globalização já apontava para um novo processo de administração das instituições policiais. Sabe-se que o salto qualitativo organizacional sempre dependerá da utilização adequada dos recursos humanos, pois só

isso possibilitará a mudança do perfil institucional. Depois da norma, passou a ser indispensável a habilitação em concurso público de provas e títulos para o cargo de Delegado de Polícia. Inicia-se um novo momento na Polícia Civil da Bahia.

Para implementar o processo de interiorização da Polícia de Carreira na Bahia, o número de delegados de Polícia, foi ampliado na ocasião. Nos anos seguintes, a instituição experimentou um relevante período de crescimento, com avanços significativos no desenvolvimento das pessoas, estruturas organizacionais e marco legal.

Alguns delegados experimentaram a experiência de atuar como delegados comissionados do interior, os quais, comprovadamente vocacionados, fizeram concursos para ingresso definitivo na instituição. Um exemplo desta escolha e determinação é a história da DPC Heloísa Simões: “ingressei por indicação do Delegado Edvaldo Lins, na Polícia Civil em outubro de 1991 na 3ª Dirpin, em Feira de Santana, com o DPC Regional foi Mauro Morais. A princípio, trabalhei como estagiária dos DPC Itamir Casal na DTE e DPC Rivail Brandão, titular da 13ª DT no Pelourinho. Heloísa conta ainda, que “ao chegar para o seu primeiro dia de trabalho em Feira de Santana, muito jovem, acompanhada de seus pais, foi logo apresentada ao plantão para um levantamento cada-vérico”. Em 1995, ingressou definitivamente na Polícia, após prestar o concurso para delegada de Polícia. Atualmente trabalha na Delegacia de Proteção à Pessoa – DPP do DHPP, onde são registrados casos de desaparecimento e posterior localização de pessoas.

OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS NA POLÍCIA CIVIL

Apesar da Polícia Civil em 1993 contar com uma unidade específica de operações especiais, denominada de Centro de Operações Especiais de Polícia Judiciária, vinculada ao Gabinete do Delegado-Chefe, atual Gabinete do Delegado-Geral - GDG, com a finalidade de supervisionar e coordenar as ocorrências policiais com reféns, de competência da Polícia Civil, além de realizar outras missões de caráter especial, vinculadas à função de Polícia Judiciária, apenas a partir de janeiro do ano 2000, a unidade foi consolidada como órgão, com a nomeação do novo Coordenador-Geral, DPC Hélio Jorge Oliveira Paixão, entusiasta e estudioso da temática operações especiais.

As operações especiais no âmbito policial são aquelas que ocorrem em ambientes e circunstâncias não comuns e pouco corriqueiras, reque-

rendo respostas especiais por parte das forças de segurança.

Além da chegada do novo Coordenador-Geral, houve também o ingresso de 20 novos investigadores, oriundos, em grande parte, do concurso de 1997, muitos deles com formação militar e conhecimentos específicos nas áreas de operações especiais, a exemplo do IPC Renê Almeida, professor da ACA-DEPOL, especialista em artes marciais e operações especiais, e do mestre Álvaro Castro, Investigador de Polícia, docente da Academia de Polícia e profundo conhecedor da doutrina de armamento e tiro. Em 2005, o então Centro de Operações Especiais começa a funcionar em sua nova sede nas imediações do aeroporto, e, com a Lei Orgânica da Polícia Civil de 2009, passa a denominar-se Coordenação de Operações Especiais – COE.



AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO ÂMBITO POLICIAL SÃO AQUELAS QUE OCORREM EM AMBIENTES E CIRCUNSTÂNCIAS NÃO COMUNS E POUCO CORRIQUEIRAS, REQUERENDO RESPOSTAS ESPECIAIS POR PARTE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.



Assista o vídeo institucional do COE

Ao longo do tempo foi formado um efetivo robusto, capaz de atuar em “qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora, de qualquer maneira”, conforme assegura o DPC André Viana, ex-coordenador da COE.



Equipe de operação do COE

Por meio da Lei 14.580/2023 que alterou a LOPC nº 11.370/2009 a unidade passou a denominar-se Coordenação de Operações e Recursos Especiais (CORE). Em 2024 o grande desafio da Core é implementar o projeto da sua nova sede, diz o atual Coordenador, o DPC Marcos César da Silva que em

setembro de 2024 iniciou a 9ª edição do Curso de Operações Táticas Especiais (COTE), com 32 candidatos. Em 2023 o curso iniciou com 64 candidatos à vaga de “Operador Especial”, tendo formado apenas 10 policiais, sendo 07 da Polícia Civil da Bahia e 03 estrangeiros.

A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

De 2000 a 2002 a integração surge como uma ampla política de Segurança Pública do Governo Federal, com repercussão nos estados e municípios;

À luz dessa diretriz, a estrutura da Segurança Pública é modificada, ao tempo em que é introduzido um novo modelo de unidade operacional – são criados oito DISEP – Distritos Integrados de Segurança Pública, pela Lei nº 7.596, de 7 de fevereiro de 2000. Na estrutura da Secretaria da Segurança Pública, entretanto, só foi possível implantar efetivamente três unidades: um em Vitória da Conquista, uma em Rio Real e uma no município de Campo Alegre de Lourdes/17ª COORPINJ. Nos anos seguintes houve a implantação de um DISEP em Salvador, no bairro de Periperi e, a partir do ano de 2015, o projeto foi ampliado, inclusive com um novo conceito de DISEP.

Sob os ditames da mesma lei, em 2000 são criadas mais seis delegacias na capital e uma de proteção ao turista no interior do estado, entretanto as unidades não são logo implantadas por problemas relacionados principalmente com deficiência de efetivo policial e na existência de estrutura física compatível para abrigar as novas unidades.

Em 2001, a Segurança Pública sofre com conflitos internos, envolvendo os organismos policiais, resultando em uma paralisação das atividades de Segurança Pública. O movimento gerou grande repercussão no campo administrativo, operacional e da própria cultura organizacional, causando, em consequência disso, profundas mudanças estruturais, principalmente no âmbito da Polícia Militar. Através da SSP, os órgãos de segurança foram envolvidos em iniciativas com o propósito de melho-

rias da gestão organizacional, com evidência para o programa de aperfeiçoamento APG - Programa de Gestão Avançada, por meio da empresa Amana-Key e o Programa de Desenvolvimento Gerencial Integrado – DPGI.

Em 2002 é criada a Coordenação Administrativa, fundamentada na Lei nº. 8.195, de 23 de janeiro de 2002, na estrutura da Polícia Civil, com a finalidade de administrar as atividades de recursos humanos, material, patrimônio, serviços gerais e transportes. Enquanto isso, a gestão financeira ainda permaneceria sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública. Anos mais tarde, a Coordenação Administrativa é incorporada ao Departamento de Planejamento, Administração e Finanças – DEPAF, instituído pela Lei Orgânica de 2009, oportunidade em que a Polícia Civil ganha sua autonomia administrativa.

O processo de modernização administrativa influencia outras áreas e novas formas de motivação e mobilização das unidades operacionais, com destaque para a liderança da DPC Josélia Reis Santana, que com apoios dos seus Coordenadores do Departamento de Polícia Metropolitana criam o Plantão Metropolitano para, diariamente, inclusive durante os finais de semana, realizar visitas e inspeções para verificar o funcionamento das delegacias da capital e RMS.

Não foi rápido o processo de amadurecimento da gestão na Polícia Civil, até adquirir sua completa autonomia administrativa. O primeiro coordenador administrativo foi o DPC Osman de Almeida Bagdêde que só conseguiu implantar a nova unidade em 2004, considerando a demanda de investimentos em recursos materiais e de pessoal qualificado. Todo o processo de implantação foi apoiado

À LUZ DESSA DIRETRIZ, A ESTRUTURA DA SEGURANÇA PÚBLICA É MODIFICADA, AO TEMPO EM QUE É INTRODUIDO UM NOVO MODELO DE UNIDADE OPERACIONAL – SÃO CRIADOS OITO DISEP – DISTRITOS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PELA LEI Nº 7.596, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2000.

pelo delegado Gildécio José de Souza, que no período era gerente de patrimônio da Diretoria Geral da SSP e, na sequência acabou por substituir o DPC Osman.

Em 2003 foi apresentado o projeto de recomposição do efetivo da Polícia Civil (ampliação e qualificação) para aumento do quadro de cargos de provimento permanente e em comissão de Delegados de Polícia, Escrivães de Polícia e de Agente de Polícia, integrantes do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional (nomenclatura da época), cujo propósito era atender às demandas crescentes de serviços de Segurança Pública no estado, notadamente para o funcionamento das delegacias de polícia.

Na época mesma época foi criada a Delegacia da 28ª Circunscrição Policial/Nordeste de Amaralina, na estrutura do Departamento de Polícia Metropolitana - DE-



Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP), em Andaraí.



POM da Polícia Civil, pela Lei nº. 8.825, de 29 de setembro de 2003. Foram ainda criadas 2 (duas) Coordenadorias de Polícia pela Lei nº. 8.574 de 13 de janeiro de 2003, com sedes uma no município de Euclides da Cunha e a outra em Santa Maria da Vitória, vinculadas ao DEPIN.

Iniciada em 2003, mas intensificada em 2004, a integração territorial operacional entre unidades da Polícia Civil (Delegacias Circunscricionais, hoje Delegacias Territoriais/DEPOM) e Unidades Operacionais da Polícia Militar (Batalhões e Companhias de Policiamento), com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e criminalidade, provocam reavaliação dos limites de competências de cada unidade em seus territórios. Sem dúvida, 2004 foi um ano de grandes mudanças e avanços para a Polícia Civil da Bahia.

Em 2004 por meio da Lei nº. 9.277 de 07 de outubro de 2004, são criadas 21 (vinte e uma) delegacias, sendo 11 (onze) Delegacias Circunscricionais na Capital/RMS e interior do estado, cujas nomenclaturas foram alteradas para Delegacias Territoriais e 10 (dez) Delegacias Especializadas na forma abaixo: 6 Delegacias Circunscricionais na Capital/RMS (Plataforma, Cajazeiras, Saramandaia, Canabrava, Monte Gordo/Camaçari e Portão/Lauro de Freitas), da estrutura do DEPOM; 05 Delegacias Circunscricionais no interior do estado (2 em Feira de Santana, 1 Luís Eduardo Magalhães, 1 Mucuri e 1 Porto Seguro) da estrutura do DEPIN; 3 (três) Delegacias de Repressão a Furtos e Roubo, vinculadas ao Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (Alagoinhas, Eunápolis e Jequiê); 2 (duas) Delegacias de Proteção Ambiental – DPA, sendo uma na capital, vinculada ao Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM, ainda não im-

plantada até 2018 e uma no município de Lençóis implantada, na estrutura do Departamento de Polícia do Interior – DEPIN.

No mesmo ano, foram ainda estruturadas 4 (quatro) Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM, implantadas nos municípios de Ilhéus, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista, hoje são 15 DEAM no estado. Na ocasião também foi criada 1 (uma) Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso – DEATI. Com a extinção do Departamento de Crimes Contra a Vida – DCCV, estas delegacias especializadas passaram a integrar o Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM e o Departamento de Polícia do Interior – DEPIN.

Ainda em 2004 foi instituído e executado o Programa de Capacitação de Gestores, Fortalecendo a Gestão e Instrumentalizando a Ação, por meio da Fundação Luís Eduardo Magalhães, voltado à melhoria da gestão organizacional da Polícia Civil.

O modelo de reuniões integradas de avaliação operacional passa a fazer parte da rotina da Segurança Pública, com a participação de gestores estratégicos, táticos e operacionais das Polícias Civil e Militar, Departamento de Polícia Técnica, além de representantes dos demais órgãos da mesma estrutura da SSP. O modelo foi criado e bastante utilizado na gestão da Secretária da Segurança Pública Kátia Alves, Delegada de Polícia Civil da Bahia, única mulher até os dias atuais a chefiar a pasta da Segurança Pública.

Atualmente o monitoramento dos dados estatísticos das Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública – RISP e AISP é feito pela Diretoria de Avaliação Operacional – DAO, chefiada pelo DPC Maurício Chauí, integrante da Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial – SIAP da Secre-

taria da Segurança Pública. O trabalho de monitoramento e análise criminal das ocorrências considera os dados consolidados pela Coordenação de Documentação e Estatística Policial da Polícia Civil – CDEP, hoje liderada pela DPC Márcia Xavier.

Naquela época, a concepção original dos DISEP, concebidos com a finalidade de viabilizar a integração na prestação dos serviços de Segurança Pública, envolvendo a Polícia Civil, Polícia Militar, Departamento de Polícia Técnica, Departamento Estadual de Trânsito e Diretoria Geral/SSP, além da comunidade, tinha como premissa a manuten-

ção das prerrogativas de comando operacional e responsabilidade territorial de cada dirigente, sob a supervisão da então Coordenação Integrada de Planejamento da Ação Policial – CIPAP, a qual em 2004 foi elevada à categoria de Superintendência da Gestão Integrada da Ação Policial – SIAP e em 2011 passou a ter DPC André Augusto Barreto de Oliveira como superintendente. Dada sua relevância e impacto na atuação policial, o DISEP pode ser considerado o marco regulatório do planejamento integrado entre os órgãos, que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública do estado

da Bahia, referência para o modelo de segurança pública adotado pelo estado da Bahia.

Neste período a Polícia Civil também contribuiu na elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública (2004-2007), utilizando metodologia aprendida nos Cursos de Análise Prospectiva realizados em Brasília e Rio de Janeiro e financiados pela SENASP. “O documento, elaborado sob a coordenação da SSP, tornou-se um marco para o planejamento em nível estratégico na Polícia Civil, com análise prospectiva do ambiente externo (oportunidades e ameaças à Segurança Pública) e inter-

no sob análise dos macroprocessos, recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, etc., identificando os pontos fortes e fracos”, segundo relatos de Edlamar Calazans, Delegada de Polícia Civil, que participou diretamente do processo, assim como outros tantos servidores da instituição.

Válido registrar que no período (2003 a 2004) o Governo Federal publicou o Plano Nacional de Segurança Pública, anunciando a pretensão de criar o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. No período houve a assinatura do protocolo de intenções entre a União e os estados criando os Gabi-



Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP), no bairro de Cajazeiras, Salvador.



Equipamento de análise de drogas - LCPT.



Capela - Unidade Móvel de Perícia.



Equipamento de análise laboratorial.

netes de Gestão Integrada em Segurança Pública – GGIs para coordenar o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública. Foram realizados vários eventos, como seminários para criação dos GGIs, construção do termo de referência; com efetiva instalação dos GGIs nos estados, além da realização de encontros regionais e operações integradas. Por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP, o processo de financiamento de projetos para as polícias, por convênios, também passou a ser uma realidade na Bahia.



Apreensão de drogas pela Polícia Civil.



Operação que descobriu plantação de maconha em Carfanaum.



Drogas apreendidas em Irecê.



“HOJE A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA CONTINUA SENDO UM OBJETIVO DA ORGANIZAÇÃO, QUE ENFRENTA O GRANDE DESAFIO DE AMPLIAR E MANTER SEU PARQUE TECNOLÓGICO, AVANÇANDO NA INFORMATIZAÇÃO DE UNIDADES, PRINCIPALMENTE NO INTERIOR DO ESTADO, ALÉM DE OFERECER NOVOS EQUIPAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVER SISTEMAS CORPORATIVOS ADEQUADOS À CRESCENTE DEMANDA DE SEGURANÇA PÚBLICA”

Valter Souza Barbosa, Coordenador de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – CTIT

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Em 2006 a Polícia Civil mergulha num processo de modernização tecnológica com a implantação de um sistema integrado de gestão das ocorrências policiais - o SIGIP - Sistema de Informação e de Gestão Policial Integrada, operacionalizado em unidades (delegacias) da Polícia Civil. O SIGIP desenvolvido pela empresa Software AG do Brasil, constituía uma das ações do Projeto de Modernização Tecnológica da Secretaria, tendo a Polícia Civil como principal beneficiária. As iniciativas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC durante muito tempo permaneceram centralizadas na Secretaria de Segurança Pública.

Existia apenas um Núcleo de Desenvolvimento e Análise - NDA que atendia a Polícia Civil e era gerenciado por uma servidora da Prodeb, Debora Fé, posteriormente este núcleo foi chefiado pela DPC Valquíria Barbosa, sendo criado mais tarde um setor específico de informática pelo Delegado Osman Bagdêde na estrutura da Assessoria de Planejamento - ASPLAN, que coexistiu com o NDA, até que em 2009 foi criada a CTIT, na Lei Orgânica da Polícia Civil.

“Hoje a modernização tecnológica continua sendo um objetivo da organização, que enfrenta o grande desafio de ampliar e manter seu parque tecnológico, avançando na informatização de unidades, principalmente no interior do estado, além de oferecer novos equipamentos de investigação e desenvolver sistemas corporativos adequados à crescente demanda de Segurança Pública”, explica o IPC Valter Souza Barbosa, Coordenador de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - CTIT.

Nos anos seguintes até 2007, a atuação do Governo Federal junto aos estados através da SE-

NASP, com reuniões estaduais dos GGIS e entrega de *kits* tecnológicos permaneceu intensa, com destaque para o início do planejamento dos Centros Integrados de Comando e Controle, implantados posteriormente em razão da realização da Copa do Mundo no Brasil. Naquela ocasião era constante a realização de várias operações como: Operação integrada para redução e controle de homicídios na Região Metropolitana de Salvador; Operação integrada de combate ao roubo de cargas nas rodovias federais e estaduais; Operação integrada de combate ao roubo em ônibus na Região Metropolitana de Salvador.

O trabalho integrado principalmente no Departamento de Polícia Metropolitana ocorre de forma intensa, o novo dimensionamento das RISP e AISP modifica definitivamente o método de trabalhos das Delegacias de Polícia. Nos anos seguintes no

DISEP de Periperi é instalada uma DEAM depois de uma ampla reforma ocorrida na 5ª Delegacia de Polícia. São criadas e implantadas duas novas delegacias, uma em Monte Gordo e outra em Portão. São iniciados os estudos para mudança no regime de plantão que deixaria de ser 24/72hs para funcionar no horário administrativo, e são implantadas as Centrais de Flagrantes. Em maio de 2018 a Delegada Emília Margarida Blanco de Oliveira é designada para coordenar a Central de Flagrantes, na capital.

Iniciado em 1999, o auge da integração passou a ocorrer durante a realização do Carnaval de Salvador. Entre 2008 e 2010, foram consolidados e implantados especialmente para o evento os postos integrados de policiamento.

“PM e PC passaram a compartilhar o mesmo espaço físico durante os plantões programados. Foi



Operação no circuito do carnaval.



Operação no circuito do carnaval.



Polícia Civil no carnaval



um período muito trabalhoso, com grandes inovações e controle exaustivo dos dados estatísticos. Lembro-me bem de que foram três anos consecutivos sem ocorrência de homicídio no circuito do evento, uma grande vitória para toda a equipe, lembrou o DPC Ruy da Paz, Diretor do Depom naquele período.

O lançamento do Programa de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI (2007 e 2008), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Justiça, inaugurou mais um novo momento de mudança na política de Segurança Pública.



INICIADO EM 1999, O AUGUE DA INTEGRAÇÃO PASSOU A OCORRER DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR. ENTRE 2008 E 2010, FORAM CONSOLIDADOS E IMPLANTADOS ESPECIALMENTE PARA O EVENTO OS POSTOS INTEGRADOS DE POLICIAMENTO.



O GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA POLÍCIA CIVIL

Em razão da demanda crescente de projetos e oportunidade de financiamento por meio de convênios com a SENASP e operações de crédito, a Polícia Civil, por meio da Portaria nº 78/2007, editada pelo então Delegado-Chefe, João Barbosa Laranjeira de Carvalho, organiza o GADIP – Grupo de Análise e Desenvolvimento e Implementação de Projetos da Polícia Civil, vinculado ao Gabinete do Delegado-Chefe - GDG, atualmente denominado Delegado-Geral. O GADIP estava voltado ao desenvolvimento e à execução de projetos que contribuíam para a eficiência da Polícia Civil; posteriormente a portaria de criação do GADIP foi revogada para instituição do Escritório de Projetos e Processos da Polícia Civil – EPP, em 2017. No ano de criação do GADIP, 13 (treze) projetos/convênios foram firmados entre a União, por meio do Ministério da Justiça/SENASP e Secretaria de Políticas para Mulheres e estado da Bahia, por meio da Secretaria de Segurança Pública. Trabalhavam na Equipe a DPC Edlamar Calazans (Coordenadora), IPC João Merques Santos Neto e a Sra. Genilda Cardoso Dantas e outros colaboradores.



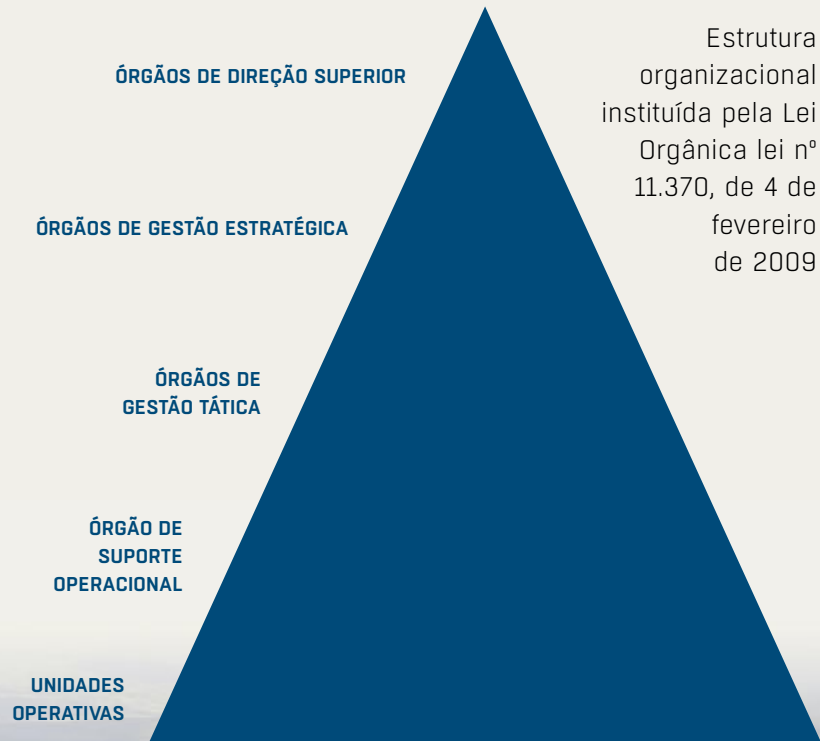
“É UMA GRANDE RESPONSABILIDADE E OPORTUNIDADE TRABALHAR NO EPPPC, CONSIDERANDO QUE JÁ EXISTIA UM TRABALHO QUE VINHA SENDO FEITO PELO GADIP. AO INGRESSAR NO SERVIÇO PÚBLICO POR MEIO DE UM PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA COMPOR A EQUIPE DO ESCRITÓRIO, MINHA GRANDE INSPIRAÇÃO FOI O EXEMPLO DE MINHA MÃE VERA LÚCIA, FUNCIONÁRIA DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, QUE ERA A PRIMEIRA A CHEGAR E A ÚLTIMA A SAIR, COM TOTAL DEDICAÇÃO PARA RECEBER E AJUDAR AS PESSOAS. NOSSO GRANDE DESAFIO É APRIMORAR O ATENDIMENTO NAS UNIDADES POLICIAIS, COM PROJETOS E MELHORIA DE PROCESSOS CAPAZES DE MOTIVAR E INTEGRAR AS EQUIPES PARA UM ACOLHIMENTO MAIS QUALIFICADO AO CIDADÃO. ACREDITO QUE A INSTITUIÇÃO JÁ COMEÇA A RESPONDER AOS ESTÍMULOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA EQUIPE DO ESCRITÓRIO”,

registra a Administradora Tatiane Álvares Dórea que passou a integrar a equipe do EPP/PC em 7 de abril de 2017.



LEI INSTITUI A ESTRUTURA ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

Fruto de um trabalho conjunto envolvendo representantes das diversas carreiras do Sistema Policial Civil, por meio da Lei nº 11.370, em 4 de fevereiro de 2009 é instituída a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, definindo a finalidade e as competências das unidades e órgãos que a compõem, dispondo sobre a carreira de Delegado de Polícia Civil e demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia, integrantes do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional, com a seguinte estrutura organizacional:



Estrutura organizacional instituída pela Lei Orgânica lei nº 11.370, de 4 de fevereiro de 2009



Imagem aérea do Parque Eólico de Guanambi.

Foto: Paula Fróes

NOVOS TEMPOS, NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PARA A POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

A partir deste marco legal, a Polícia Civil passa a integrar a estrutura da Secretaria da Segurança Pública, na condição de órgão em Regime Especial de Administração Direta, com organização, estrutura, competências, normas de funcionamento e atividades funcionais de seus membros estabelecidas em ato regulamentar próprio, aprovado mediante decreto específico do Governador do Estado, deixando, portanto, de integrar o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, como ocorria até então. O mesmo dispositivo indica que suas atividades deverão ocorrer de forma integrada com os demais órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, visando à manutenção da segurança e da ordem pública.



CURIOSIDADE

O primeiro passo foi a criação da Coordenação Administrativa, em 2002. Foi uma verdadeira quebra de paradigma, relata o atual Diretor do Departamento de Planejamento, Administração e Finanças - DEPAF:

“ANTES, DA DIÁRIA AO COMBUSTÍVEL, DOS PNEUS DAS VIATURAS ÀS CANETAS USADAS PELOS SERVIDORES, TUDO ERA ADMINISTRADO PELA DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, O QUE DAVA MARGEM A QUESTIONAMENTOS SOBRE DE QUEM ERA MESMO A RESPONSABILIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL”,

e complementa:

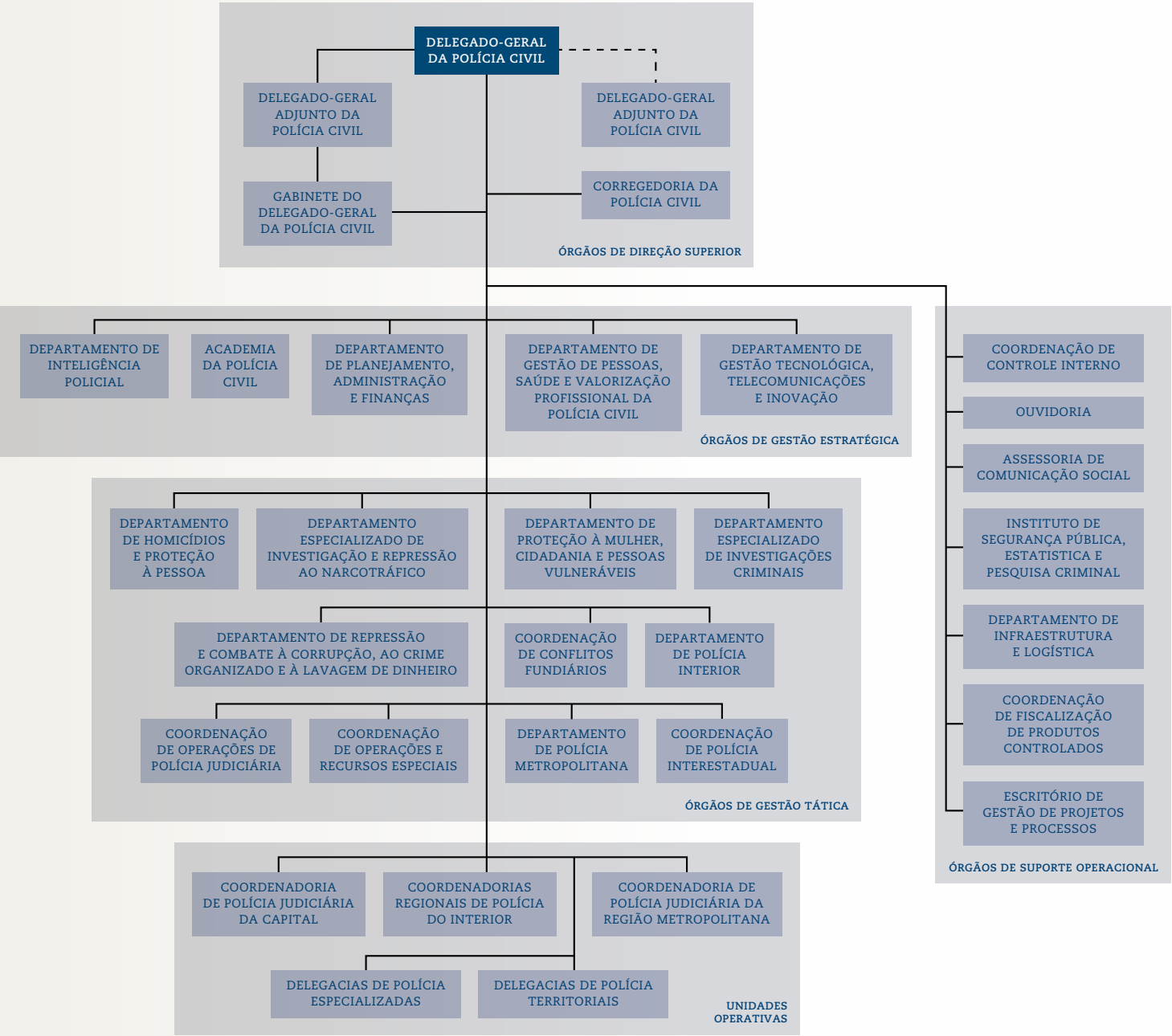
“A GESTÃO NÃO ACONTECE NO ISOLAMENTO. PARA GERIR A POLÍCIA CIVIL SEMPRE SERÁ PRECISO TOMAR DECISÕES COMPARTILHADAS, TANTO DENTRO DA INSTITUIÇÃO, QUANTO NO AMBIENTE POLÍTICO. DEVEMOS SONHAR COM UM AMBIENTE ORGANIZACIONAL VOLTADO PARA UM ESPÍRITO DE EQUIPE”,

diz o Diretor, o DPC Gildécio José de Souza.

Mesmo com a publicação da Lei Orgânica, o processo de autonomia ainda possuía algumas amarras, consolidando-se finalmente em 2011, quando a folha de pessoal passou exclusivamente para a Polícia Civil, com a criação de um cadastro próprio de identificação (nº 12). Registrem-se conquistas como as concessões de diárias para diligências policiais, verbas especiais para o custeio de operações e ações policiais, tudo sendo controlado pelo Gabinete do Delegado-Geral.



ORGANOGRAMA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA



DENTRE AS DIVERSAS INOVAÇÕES E AVANÇOS QUE A LEI ORGÂNICA JÁ TROUXE PARA POLÍCIA CIVIL, PODE-SE DESTACAR:

- os servidores passam a fazer jus à Gratificação de Incentivo à Titulação, pela conclusão, com aproveitamento, de cursos de especialização, mestrado e doutorado;
- autonomia administrativa e financeira, passando a ser órgão em Regime Especial de Administração Direta;
- definição sobre o ciclo completo da investigação policial;
- atendimento médico ambulatorial e hospitalar, psicossocial e assistência judiciária por ato ou fato decorrente do serviço;
- seguro de vida e de acidentes pessoais;
- equipamentos obrigatórios para a execução das funções policiais;
- garantia pelo estado do fornecimento individual de Cédula de Identificação Funcional, distintivo, carteira funcional, equipamentos de proteção individual, algema, arma de fogo, munições e os equipamentos necessários ao desempenho da função;
- avaliações médicas e psicológicas em caso de participação em ação policial em que ocorra grave violência, morte ou lesão, sem prejuízo de suas atividades;
- traslado, sepultamento e remoção em caso de acidente;
- nível superior para ingresso nos cargos da carreira;
- instrumentos de reconhecimento e valorização, como a Medalha de Mérito Policial;



Medalha Cruz da Ordem

CRIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL E O PROGRAMA PACTO PELA VIDA

Em 2011 o estado da Bahia também institui o Programa Pacto pela vida - PPV, que passa a tratar o tema Segurança Pública de forma transversal, articulada e integrada. Com sua implantação, foram criadas as Bases Comunitárias de Segurança em áreas críticas, com incremento de efetivo capacitado em policiamento comunitário, viaturas, câmeras de monitoramento, centro digital de cidadania, cursos de qualificação, ações sociais e um crescente investimento em segurança. Neste modelo o processo é liderado diretamente pelo Governador, fazendo a convergência de esforços de 13 Secretarias de Estado. No PPV, o objetivo principal é reduzir os índices de violência, sobretudo na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP.



Ações Sociais do Pacto Pela Vida

O SISTEMA DE DEFESA SOCIAL – SDS É FORMALMENTE CRIADO PELA LEI 12.357/2011 PARA FORMULAR, IMPLANTAR, MONITORAR E AVALIAR A POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA SOCIAL DO PPV.

São instaladas Câmaras Setoriais Temáticas (Segurança Pública, Prevenção Social, Articulação de Poderes, Enfrentamento ao Crack e Administração Prisional): definição de diretrizes e políticas setoriais para a redução das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI. O foco é nos 20 municípios prioritários que concentravam a maioria das ocorrências. Vale destacar a retirada de presos das delegacias da capital e o plano de expansão de vagas no sistema penitenciário para retirada dos presos das Delegacias da RMS e Interior. São destaques também os programas: Educação Profissional, em conjunto com a SEC, 12.612 alunos matriculados em áreas de Base Comunitária de Segurança; Universidade para Todos, também com a SEC, 1.975 vagas em áreas de Base Comunitária de Segurança, além do Programa de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e Comunidades Terapêuticas, em conjunto com a SJCDH.

NOVO MODELO DE GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO POR RESULTADOS - MONITORAMENTO DE INDICADORES DE CRIMINALIDADE E DE PRODUTIVIDADE DAS UNIDADES POLICIAIS

Entre 2012-2015, foi lançado e executado o Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP, materializado em uma série de projetos estratégicos, voltados para a melhoria das condições de trabalho, qualidade dos serviços e aprimoramento da gestão, dentre eles: implantação de modelo de acompanhamento e controle das ações policiais por áreas integradas de atuação – AISP e RISP; criação da Premiação por Desempenho Policial (PDP); construção de novos Distritos Integrados de Segurança Pública – DISEP e Delegacias de Polícia; fortalecimento do processo de interiorização da perícia; melhoria da estrutura física do Departamento de Polícia Técnica (DPT); criação dos mais novos órgãos de Gestão Tática da Polícia Civil: o Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (DRACO) e o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).



Sede do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em Salvador



Além de uma nova sede, também foi instalado no DHPP, o Serviço de Investigação de Local de Crime – SILC, atividade que visa ao registro da cena do crime conforme encontrada pela primeira vez, coletando informações relevantes e promovendo a preservação do local e de todas as evidências materiais ali existentes. O departamento também passou a contar com o apoio mais próximo do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), unidade instalada na Superintendência de Inteligência, fato que transformou a Bahia em referência regional no combate a esse tipo de crime, e lhe rendeu, na época, o reconhecimento como melhor unidade da instituição. O DHPP foi implantado pelo DPC Arthur Gallas, sendo sucedido pelo DPC Jorge Figueiredo e, atualmente, tem como Diretor o DPC José Alves Bezerra.

A implantação do DHPP foi um momento extremamente desafiador para os gestores da Polícia Civil. Na época também estava sendo introduzida a filosofia da gestão por resultados, com a criação do PDP e outros instrumentos. Não era fácil manter a autoestima dos Delegados Titulares das Delegacias Territoriais, considerando o *déficit* de efetivo e a necessidade de que todos os departamentos, e particularmente as delegacias do DEPOM, cedessem pessoas para compor a equipe do DHPP, como evidencia a fala da atual Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil da Bahia:

“AO ASSUMIR A CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL HAVIA UM SENTIMENTO DÚBIO: POR UM LADO ESTAVA HONRADA PELA MISSÃO, CONSIDERANDO QUE É A TERCEIRA NA HIERARQUIA FUNCIONAL, ENTRETANTO DEIXAR O DEPOM EXATAMENTE NO MOMENTO EM QUE ESTÁVAMOS TRABALHANDO AS RELAÇÕES PESSOAIS E INTERPESSOAIS DA EQUIPE, NÃO FOI TAREFA SIMPLES. IMPOSSÍVEL NÃO RECORDAR OS CURSOS E EVENTOS QUE ERAM REALIZADOS PARA ESTIMULAR E RECONHECER O TRABALHO DOS COLEGAS NAS DELEGACIAS...”.

Heloísa Campos Brito

Inquestionável como a implantação dos novos departamentos (DHPP e DRACO) impactou significativamente em toda a instituição, já que mobilizou elementos relacionados à estrutura, pessoas e equipamentos, além dos novos processos e padrões de investigação, provocando e exigindo a identificação, seleção e desenvolvimento de novas competências, como podemos constatar pelo relato da IPC Laurinda Aparecida da Silva Fernandes, conhecida apenas como “Laura”:

Aos 60 anos, casada, com dois filhos, natural de Rio Verde em Mato Grosso do Sul, ingressou em 2004 na Polícia Civil, sendo designada para a região da Chapada Diamantina. Ressalta o desafio que representa pertencer ao DRACO, unidade implantada pelo DPC Jorge Figueiredo, atualmente chefiada pelo DPC Marcelo Sansão. Ilustra como experiência uma diligência que participou durante 20 dias, longe de casa, com seu parceiro, IPC Carlos Oliveira, visando à captura de um traficante, tendo que atravessar os limites da Bahia e a fronteira do Brasil com o Paraguai. Uma vivência única com risco de vida real. Atualmente integra uma força de trabalho específica composta por: DPC André Garcia, DPC Andréa Barbosa Ribeiro, DPC José Mário, DPC Marcelo Calmon e IPC Carlos Oliveira para combater organizações criminosas que ambicionam atuar no território baiano.

A integração permanece como estratégia para atuação dos órgãos de segurança, repercutindo na estrutura e na gestão dos recursos materiais, informacionais e humanos, o que acabou motivando novo estudo de dimensionamento territorial que culminou na criação por decreto governamental das Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP e as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP: 16 em Salvador, 7 na RMS e 29 no interior, compreendendo um total de 52 AISP. Já em 2015, com a criação de dois novos Comandos Regionais da PM foi necessário revisar o dimensionamento das regiões e áreas integradas de Segurança Pública, o que foi formalizado por meio da publicação da Portaria da SSP nº 621/15.

A atuação conjunta nas RISP e AISP e principalmente em grandes eventos, originou outro relevante marco identitário para a instituição, a definição de um padrão de vestuário comum para todos os órgãos da Polícia Civil, específico para uso em grandes eventos. O padrão passou a ser contratado e distribuído pelo DEPAF em 2013.



O ano de 2013 ainda foi marcado, em Salvador, pela inauguração da delegacia de Plataforma, necessidade antiga que também foi concretizada com muito esforço pelo DEPAF da Polícia Civil. O departamento conseguiu identificar e alugar um imóvel no referido bairro, fazendo funcionar a unidade. A implantação da delegacia territorial favoreceu a consolidação do modelo de integração operacional, conferindo uma estrutura própria para atendimento da população e apuração dos crimes na AISP.

As mudanças e demandas estruturais ocorridas até 2014 com a política de especialização do serviço policial alteraram significativamente o funcionamento das unidades operativas, particularmente as Delegacias Territoriais – DT, conduzindo a Polícia Civil à necessidade de repensar seus padrões, métodos e estruturas, aprimorando sua área de Gestão Estratégica, Projetos e Processos.

Em 2015, um movimento de modernização dos processos de gestão de todo o Sistema de Segurança Pública é introduzido e para isso é criado um Escritório Estratégico de Projetos e Processos na SSP/BA, além de unidades congêneres nas Polícias Civil e Militar, Departamento de Polícia Técnica e Corpo de Bombeiros Militar, tendo como finalidade a execução do planejamento e monitoramento de ações da segurança pública, no contexto do Programa Pacto Pela Vida – PPV e do Plano Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública – PLANESP. Foi a grande oportunidade para a disseminação da cultura de planejamento estratégico e gerenciamento de projetos junto aos órgãos e instituições de Segurança Pública, mas principalmente de aprimoramento da capacidade de captação de novos recursos para investimento e a execução de projetos e convênios firmados.

Na Polícia Civil, a formalização da estrutura do Escritório de Projetos e Processos – EPP só aconteceu em 2017, sendo liderada pela Delegada Especial Edlamar Calazans, apoiada por uma equipe composta por especialistas em cada uma das áreas de conhecimento exigidas no EPP: DPC Cristiane Araújo (Processos), Jussara Souza (Gestão Estratégica), Sava Verbena (Projetos), além da assessoria técnica da administradora Tatiane Álvares e uma equipe de apoio.

A Atuação dos Escritórios na elaboração do Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública – SESP, PLANESP (2016-2025), foi fundamental para o avanço da gestão integrada na Segurança Pública. O PLANESP acolheu um modelo de gestão voltado para a busca de resultados, para o gerenciamento de projetos e a gestão por processos, mas sobretudo um modelo que contempla uma visão sistêmica para o funcionamento do SESP. Na sequência foi Instituído o Comitê de Gestão Estratégica – CGE, órgão consultivo cuja finalidade é contribuir com a política e a estratégia do Sistema Estadual de Segurança Pública, contemplando em sua composição o Delegado-Geral da Polícia Civil e demais dirigentes da SSP/BA, além do Secretário da Segurança Pública, que o preside.

O novo modelo de gestão adotado para o SESP trouxe uma importante inovação, a criação do Prêmio por Desempenho Policial – PDP, ocorrido por meio da Lei nº 12.371/2011. A instituição do prêmio visou ao reconhecimento do desempenho operacional dos operadores nas regiões e áreas integradas de policiamento. O pagamento do primeiro PDP, relativo ao desempenho no ano 2013, ocorreu em abril de 2014, beneficiando e reconhecendo o desempenho exitoso de todos os servidores in-

tegrantes da Segurança Pública, alcançados pelo Programa Pacto pela Vida. Foram 28.344 policiais beneficiados em todo o estado, sendo que os policiais das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP, com melhor desempenho, receberam valores.

No mesmo período foi realizado novo estudo de dimensionamento territorial que resultou na criação das Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP e as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP: 16 em Salvador, 7 na RMS e 29 no interior. Total de 52 AISP. Em 2015, com a criação de dois novos Comandos Regionais da PM foi necessário revisar o dimensionamento das regiões

e áreas integradas. Portaria nº 621/15 publicada, estas mudanças alteraram significativamente o funcionamento das unidades operativas, particularmente as Delegacias Territoriais – DT.

Em 2013 também houve a implantação em Salvador da delegacia de Plataforma, necessidade antiga que foi concretizada com muito esforço pelo DEPAF da Polícia Civil que conseguiu identificar e alugar um imóvel no referido bairro, fazendo funcionar a unidade. Em 2018 o *déficit* de efetivo ainda compromete a instalação das Delegacias Territoriais de Canabrava e Saramandaia.



Imagem representando operações integradas.



Foto: Jorge Cordeiro

O MODELO DE ATUAÇÃO INTEGRADA DO CENTRO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O processo de integração foi ainda mais fortalecido a partir de 2011. Os desafios para Segurança Pública foram ampliados e as demandas precisam se adequar ao contexto de um mundo globalizado, notadamente as relacionadas à atuação de organizações criminosas e ao tráfico de drogas.

Para responder a esse cenário, as ações de combate ao crime na Bahia deram um salto de qualidade com a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), no Parque Tecnológico da Bahia, unidade provisoriamente instalada até a finalização da construção de uma estrutura definitiva no CAB. O ciclo virtuoso implantado ganhou novos contornos, maior qualidade e aprimoramento com a entrega, no ano de 2016, do Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho – COI, o maior centro de operações policiais da América do Sul. O equipamento passou a reunir, em um mesmo ambiente físico, integrantes de todas as forças de segurança do Estado (Polícia Militar, Polícia Civil, Técnica e Corpo de Bombeiros), além de agregar outros órgãos federais e municipais.

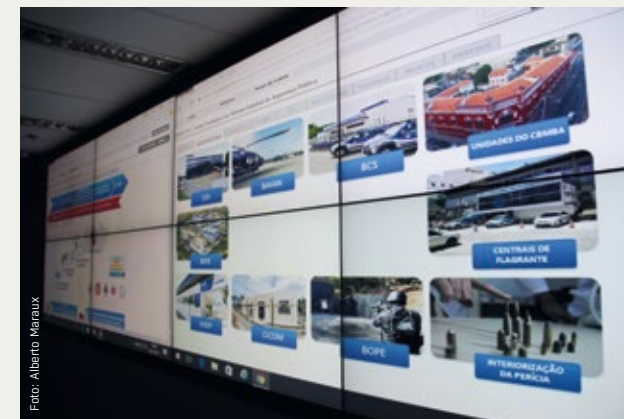


Foto: Alberto Maraux

No COI existem equipes da Polícia Civil trabalhando em diversas frentes, do atendimento de emergência, por meio do serviço 190, aos gerenciamento e acompanhamento de ocorrências críticas pelo Centro Integrado de Comando e Controle – CICCOC, estrutura responsável por monitorar as ocorrências de CVLI e roubo a instituições financeira, além do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCr) e as atividades do Centro de Inteligência e Tomada de Decisão Tática (CIDATA). O CIDATA é um ambiente de gestão tática, que funciona no conceito c2 -I (Comando, Controle e Inteligência), com a missão de ser o destinatário das demandas oriundas dos órgãos que atuam no ambiente operacional, exercendo o poder

A concretização do projeto COI decorreu de um esforço conjunto de todos os órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP), visando ampliar a capacidade operacional dos órgãos envolvidos, melhorando o desempenho do SESP. Foi uma decisão das mais importantes, influenciada pelo cenário de oportunidades resultante da Copa do Mundo que aconteceu no Brasil. O projeto teve o patrocínio do Governador Jaques Wagner e do Secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa. A decisão permitiu a concretização de outras iniciativas voltadas a ampliação da capacidade da Segurança Pública em adquirir e dispor das mais modernas tecnologias para uso integrado e compartilhado dos órgãos do SESP.

O DESAFIO DA GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E A POLÍCIA CIVIL NESTE CONTEXTO

O desenvolvimento socioeconômico de um povo é pauta central de qualquer política governamental, sendo que tal objetivo dificilmente será alcançado sem a existência de condições mínimas de harmonia e paz social. Não é de hoje que a Segurança Pública integra um dos maiores desafios, senão o maior deles, no panorama global de desenvolvimento sustentável do país.

Atualmente, a economia e a sociedade brasileira, sofrem os impactos do elevado gasto de recursos decorrentes do crescimento da violência e da criminalidade, fator que eleva os custos da produção e retiram do país boa parte de sua atratividade e competitividade no mercado internacional. Já em 2015 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA destacava algumas das principais consequências desta questão problemática:

- a perda de vidas, principalmente dos jovens;
- o aumento de despesas hospitalares, com dependentes químicos e outros tratamentos de vítimas da violência;
- a perda da acumulação de capital nas famílias.



A complexidade e conexão entre variáveis tornam ainda mais difícil a identificação de alternativas, fortalecendo algumas crenças e desafios, como a de que a redução da mão de obra produtiva resulta da precocidade das mortes na juventude, impactando no desenvolvimento do país; que o aspecto psicoafetivo negativo que a violência proporciona nas pessoas e em comunidades inteiras compromete significativamente a percepção de “bem-estar social”; e que a conjunção de circunstâncias relacionadas ao *déficit* social e normativo resultam em demandar dos Governos a ampliação exponencial dos investimentos públicos no aparato policial.

A eficiência na Segurança Pública passa a ser um diferencial estratégico para governabilidade e governança em todo território nacional. Bom recordar que, nos primórdios das estruturas policiais e de Segurança Pública no Brasil, já havia iniciativas de abrangência federal. O modelo de atuação policial e a estrutura de governança para a Segurança Pública permanece como a “grande questão” do dia, não apenas no cenário local, mas mundial. Tais questões influenciam diretamente o funcionamento da Polícia Civil, bem como, das suas decisões para o futuro.

Acredita-se que tal cenário reforça a relevância e responsabilidade dos órgãos de Segurança Pública como partícipes das suas possíveis soluções de melhoria. Então, que esta obra possa colaborar de alguma forma no amadurecimento da visão em torno de novas alternativas.

Reunião de instalação do Conselho Nacional de Segurança Pública em 17/9/2018. Colegiado instituído pela Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, como mecanismo de aperfeiçoamento da gestão da Política de Segurança Pública no Brasil.



CURIOSIDADE

É na Igreja do Senhor do Bonfim que os turistas amarram as fitinhas e fazem seus pedidos e onde acontece a famosa lavagem das escadarias do Bonfim. O evento está no calendário oficial da cidade e conta com a participação da Polícia Civil em escala especial de trabalho.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E O CENÁRIO PANDÊMICO

O ano de 2019 foi marcado pela deflagração do processo de modernização da Polícia Civil, com o lançamento do Plano Estratégico Organizacional PEO 2019–2025, instituído por meio da Portaria nº. 454 de 15 de julho de 2019, e que teve seu movimento de mudança impulsionado com o novo padrão de identidade visual, estabelecido pelo Decreto nº. 19 349 de 27 de novembro de 2019. No mesmo ano, as ações planejadas foram impactadas pela crise sanitária mundial da covid-19.

Com a pandemia instalada, o Estado da Bahia, assim como todo o planeta, foi obrigado a se submeter às restrições de convívio social e aos protocolos de higiene e de saúde, tendo tal condição, impactado profundamente a vida das pessoas e de todas as instituições. Como serviço essencial, as atividades de polícia judiciária permaneceram ofertadas de maneira ininterrupta. Assim, considerando as circunstâncias de grande complexidade e incertezas, foram mantidos os serviços de atendimento policial ao cidadão, especialmente para aqueles mais carentes.

Desta forma, a Polícia Civil teve que se adaptar ao novo cenário de mudanças, e às novas demandas. Os desafios foram conduzidos para a superação de deficiências na oferta de serviços policiais, com o uso de recursos tecnológicos, e ações voltadas à ampliação do suporte à saúde dos servidores, especialmente da saúde física e mental; à melhoria das condições de trabalho, particularmente em relação à rede física das unidades e para a capacitação profissional adequada à nova realidade.

Apesar do contexto pandêmico, é criada a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – (Ceccor – LD), através do Decreto nº. 19.997, de 15 de setembro de 2020, seguindo um movimento nacional de modernização das Polícias Cíveis do Brasil.

Ocorrida a mudança na administração geral da Polícia Civil, em dezembro de 2020, durante o ano foram executados aproximadamente R\$ 17 milhões na aquisição de equipamentos e serviços diversos, com destaque para itens de informática, de inteligência policial, como: extratores de dados, drones e rastreadores.

O ano de 2021 foi inaugurado com a transferência do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) da Superintendência de Inteligência da SSP para o Departamento de Inteligência da PCBA, por meio da Portaria SSP 092 de 31 de março de 2021. No mesmo ano foram instituídos os Núcleos Especiais de Atendimento à Mulher (Neam) - Portaria 206, de 13 de abril de 2021; o Serviço de Controle Interno - Portaria 212, de 22 de abril de 2021 e a Assessoria Executiva de Operações de Polícia Judiciária (AEXPJ) - Portaria nº 210, de 16 de abril de 2021.

Em 11 de junho de 2021, houve a decisão de criar um grupo de trabalho específico para planejamento e monitoramento das ações de modernização da rede física. A portaria nº 290 destacou policiais civis sob a liderança da DPC Silvia Maria Pitanga de Souza, visando, sobretudo, impulsionar o processo de modernização das unidades integrantes da Polícia Civil da Bahia (PCBA), com previsão de inovações dos serviços ofertados ao cidadão.

A ação tomou corpo e foram autorizados investimentos de mais de R\$ 83 milhões para melhoria

na estrutura física das unidades policiais, nas diversas regiões do Estado, prevenindo a construção de novas edificações, além da reforma de delegacias.

O investimento foi o maior já percebido pela instituição nos últimos 30 anos, em obras. As unidades foram planejadas para aperfeiçoar a oferta dos serviços de atendimento e investigação policial, bem como, oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais da segurança pública, com a definição de padrões de construção.



Foto: Haackel Renato Dias Silva



Foto: Haackel Renato Dias Silva



Foto: Haackel Renato Dias Silva



Foto: Antônio Jorge Ferreira dos Santos Silva (Tony)



Foto: Haackel Renato Dias Silva

Foram analisados modelos de outras Polícias Cíveis do Brasil, adotando-se o Projeto Básico utilizado na construção de Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, contemplando dois tipos de Plantas Arquitetônicas: Tipo 1 – tamanho grande e Tipo 1A, tamanho médio. Estas serviram de referência no desenvolvimento dos primeiros estudos para a implantação dos novos padrões da Polícia Civil do Estado da Bahia. Os modelos também inspiraram o desenho do novo padrão para Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) e para as Coordenadorias de Polícia do Interior - Coopins.

Todas as novas implantações foram planejadas para atender a um conceito moderno de Polícia Judiciária, com layout contemplando sala de atendimento padrão SAC, (serviço de atendimento ao cidadão), com registro individualizado de ocorrência, sala de investigação ampla, conjugada com o

serviço de reconhecimento e a sala de recursos especiais (meios), acesso individualizado para conduzidos, sala de triagem, sala de acolhimento com brinquedoteca, atendimento psicossocial, mini auditório para briefing e debriefing, dentre outras inovações.

Na primeira etapa do Programa foram contempladas 42 unidades policiais, sendo destas 04 Deams e 38 delegacias territoriais. Na segunda etapa foram licitadas mais 24 unidades policiais, distribuídas nas regiões norte/nordeste/região oeste/região sul. Numa terceira etapa o Programa contemplou além da requalificação de estruturas policiais da capital e interior, a nova sede da Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) e a Central de Flagrantes.

Assim, considerando o volume de projetos concomitantemente em implantação, um segundo GT foi instituído, sob a presidência do DPC Cristiano

Pitangueira Manguiera, para que junto com o primeiro, estruturasse o setor de obras no Departamento de Planejamento Administração e Finanças (Depaf), sob a direção do DPC Gildécio José de Souza. No mesmo ano, o Depaf melhorou os processos de trabalho da Coordenação de Recursos Humanos e reorganizou a sua Coordenação Administrativa nas atividades de licitações, compras, gestão de contratos e convênios.

Além da requalificação da rede física, o ano de 2021 foi marcado pela implantação do Inquérito Digital, através do Procedimento Policial Eletrônico (PPE), com o objetivo de possibilitar que o registro de ocorrências policiais fosse feito com mais agilidade, eficácia e menor custo. O lançamento do projeto, com a implantação da ferramenta foi realizado oficialmente no Centro de Operações e Inteligência da Segurança Pública (COI/SSP). Na ocasião estiveram presentes o Secretário da Segurança Pública Ricardo Mandarino, o Subsecretário DPC Hélio Jorge Paixão, superintendentes da pasta, a Delegada-Geral Heloísa Campos de Brito, a Delegada-Geral Adjunta Elaine Nogueira e diretores de departamentos da Polícia Civil que participaram da apresentação da ferramenta que foi 100% implantada no Estado.

“Trata-se de um grande progresso tecnológico e histórico para a Polícia Civil da Bahia, contudo, como todo avanço digital, demanda adaptação e conhecimento para o domínio mais eficaz da ferramenta. Neste diapasão é indispensável o empenho de todos para o domínio do novo Sistema.”, orientou a Delegada-Geral, no evento.

Outro relevante destaque ocorreu na área de ensino policial. A Academia de Polícia Civil (ACADEPOL), liderada pela DPC Joelma Jezler Franco

Palmeira, alinhada aos objetivos estratégicos organizacionais contidos no PEO 2019-2023, superou as limitações da crise sanitária mundial do covid-19, voltando o olhar para o público interno. Com reforço no volume de recursos financeiros e com um novo corpo técnico pedagógico, executou 355 eventos de capacitações, representando mais de 6 mil participações de servidores, nestes eventos, em sua maioria, servidores do Sistema Policial Civil de Carreira Profissional.

“O destaque foram as ações de educação corporativa voltadas ao desenvolvimento de competências no uso de novas técnicas, sistemas e serviços, como aconteceu na implantação do Inquérito Digital, exigindo a capacitação de Delegados, Escrivães e Investigadores na operação do Procedimento Policial Eletrônico (PPE). Foram 120 turmas realizadas, em todas as regiões do Estado, em 4 meses, contemplando 100% das unidades operativas da PCBA”, pontuou a professora Cristiana Lopes de Oliveira Coelho, Coordenadora de Desenvolvimento Educacional da ACADEPOL.

A Polícia Civil, através da Acadepol, atuou no desenvolvimento de capacidades relacionadas ao aperfeiçoamento do atendimento policial a Grupos Vulnerabilizados e Vulneráveis, com temas como gênero, raça e diversidade, racismo, rede de enfrentamento, além de capacitações em investigação criminal de feminicídio, crimes cibernéticos, ferramentas de análise criminal e doutrina de inteligência. Foram também trabalhados temas como saúde mental, gestão estratégica, controle interno e mantidas as ações continuadas relacionadas a técnicas policiais, atividades notariais, manejo e emprego de armas de fogo, explosivos e técnicas de defesa pessoal.



Imagem representando o projeto padrão. Fonte: CEIRF/SSP-BA

AS PESSOAS E O SEU TRABALHO

A Polícia Civil do Estado da Bahia exige para o ingresso nos cargos das carreiras policiais o diploma de conclusão de curso superior devidamente registrado no Ministério da Educação, além da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, em que se apurem qualificações e aptidões específicas, entre os candidatos habilitados.

As avaliações são constituídas de provas escritas, exame psicotécnico vocacional, exame biomédico, teste de aptidão física, investigação social, prova de títulos, estabelecidas em regulamentos e no edital do concurso. Todos candidatos a qualquer um dos cargos das carreiras policiais são submetidos à investigação social, ainda na fase do concurso público, com a finalidade de apurar e avaliar a conduta do candidato, sob os aspectos morais, sociais e criminais.

TODOS CANDIDATOS A
QUALQUER UM DOS CARGOS
DAS CARREIRAS POLICIAIS
SÃO SUBMETIDOS A
INVESTIGAÇÃO SOCIAL.



Os servidores integrantes dos cargos das carreiras de Delegado de Polícia e das demais carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia são remunerados por vencimento e gratificações, que consideram a importância, a natureza, o risco de

morte, as complexidades das atribuições e o grau de responsabilidade das funções por eles exercidas, envolvendo deveres específicos, que vão além daqueles inerentes aos demais servidores públicos civis do estado, como:

ATRIBUIÇÕES

- exercer o poder de polícia na defesa, garantia e promoção de direitos individuais, difusos ou coletivos, na forma da Lei;
- obedecer aos atos normativos regularmente expedidos;
- integrar comissão de processo administrativo-disciplinar, quando designado pela autoridade competente;
- velar pela dignidade do cargo e exercê-lo com independência;
- frequentar com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, curso instituído pela Academia da Polícia Civil ou por estabelecimento congênere, em que haja sido matriculado ou para o qual tenha sido convocado e devidamente autorizado;
- apresentar relatório das atividades desenvolvidas, quando solicitado por superior hierárquico;
- manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar.

A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

ESPECIAL	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III
Delegado de Polícia	Delegado de Polícia	Delegado de Polícia	Delegado de Polícia
Perito Criminal	Perito Criminal	Perito Criminal	Perito Criminal
Perito Médico Legista	Perito Médico Legista	Perito Médico Legista	Perito Médico Legista
Perito Odonto-Legal	Perito Odonto-Legal	Perito Odonto-Legal	Perito Odonto-Legal
ESPECIAL	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III
Investigador	Investigador	Investigador	Investigador
Escrivão	Escrivão	Escrivão	Escrivão
Perito Técnico	Perito Técnico	Perito Técnico	Perito Técnico

Cumpre destacar que os cargos de Investigador de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil e Perito Técnico de Polícia Civil possuem a mesma linha hierárquica quando se encontram na mesma classe, devendo ser respeitada a precedência na carreira e no serviço público.



Delegado Cleandro Pimenta - Cotidiano policial



AS PRERROGATIVAS DOS INTEGRANTES DA POLÍCIA CIVIL

I - uso das insígnias, vestes e documentos de identidade funcional, conforme modelos oficiais adotados;

II - livre acesso em locais públicos ou particulares sujeitos à fiscalização da polícia;

III - ingresso e trânsito livre a locais de acesso público;

IV - ser recolhido, em razão de flagrante delito ou decisão judicial provisória, em dependências da Corregedoria da Polícia Civil; na hipótese de sentença penal transitada em julgado, o recolhimento será isolado dos presos comuns;

V - prioridade em qualquer serviço de transporte e comunicação, público e privado, quando em diligência policial;

VI - porte livre de arma de fogo, na ativa ou na inatividade, na forma da legislação.

AS CARREIRAS NA POLÍCIA CIVIL

O DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Por definição constitucional, os Delegados de Polícia são investidos da função de presidir o inquérito policial, instrumento que formaliza a investigação criminal a cargo das Polícias Judiciárias brasileiras. São responsáveis por dirigir as Polícias Cíveis (Art. 144, § 4º da Constituição), bem como administrar todos os seus órgãos de direção superior, de gestão tática e unidades operativas, dentre estas, todas as delegacias de polícia territoriais e especializadas.

No desempenho de suas atividades devem garantir a formalização jurídica da investigação, coordenando e desenvolvendo suas equipes e direcionando as atividades de investigação e outros procedimentos legais, instrumentos e atos oficiais, no âmbito de sua competência. Possuem um papel de grande relevância na comunidade, atuando como referência de liderança na solução dos mais variados conflitos sociais, contribuindo decisivamente para aplicação da lei, do sentimento de justiça e do combate à impunidade.

ESCRIVÃES DE POLÍCIA

Suas atribuições são de assessoramento direto ao Delegado de Polícia e às equipes de investigadores, executando e controlando os trabalhos relacionados à formalização dos atos de Polícia Judiciária por determinação e orientação da autoridade policial a que estiver subordinado. São responsáveis pela gestão do serviço de todo cartório,

atividade privativa do escrivão de Polícia da ativa, definida em Lei Orgânica.

Atuam em inquéritos policiais, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, expedindo certidões de ofício, formalizando requisições como: as de perícias, por meio da emissão de guias periciais, ordens de serviço e intimações; documentando e acompanhado todo o desenvolvimento dos processos policiais, materializando seus atos.

Os ocupantes do cargo policial de Escrivão são pessoas de perfil profissional técnico e ético de grande capacidade e responsabilidade, não só pela razão de responderem pela guarda de bens, valores, documentos e instrumentos de crime entregues à sua custódia, dando-lhes a destinação legal, mas sobretudo porque nesta condição garantem a boa gestão das informações e do conhecimento produzido na unidade policial, procedendo e mantendo registro estatístico inerente aos trabalhos policiais, devendo ainda zelar pela manutenção do sigilo necessário à elucidação dos fatos e às investigações.

O perfil deste profissional exige, além do nível de escolaridade superior, possuir capacidade de identificar e lidar com problemas simultaneamente, discriminando partes de um todo, englobando-as em uma percepção geral. É preciso ser atento, possuir boa memória e raciocínio lógico, além da capacidade para estabelecer relacionamentos interpessoais de modo cortês, criando um clima de confiança, cordialidade e respeito mútuo.

INVESTIGADORES

São os profissionais responsáveis pela operacionalização das atividades de investigação criminal. Executam atividades como: levantamento de provas em local de crime ou em outros lugares,



OS DELEGADOS DE POLÍCIA SÃO INVESTIDOS DA FUNÇÃO DE PRESIDIR O INQUÉRITO POLICIAL, INSTRUMENTO QUE FORMALIZA A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL A CARGO DAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS BRASILEIRAS.

atendimento e entrevista de pessoas, estudo de fatos, dados, circunstâncias, laudos, interceptações; análises estatísticas, financeiras e de vínculos em geral, além de cumprir as ordens de serviço, mandados, realizar prisões e apreensões de pessoas, objetos e documentos. Como produto das investigações, os investigadores elaboram relatórios investigativos, formalizando os trabalhos desenvolvidos, com a finalidade de subsidiar os elementos de convicção de autoria e materialidade

para o inquérito policial conduzido pelo Delegado de Polícia, este último responsável pela apuração da infração e indiciamento do autor, se for o caso.

Como profissional essencial no levantamento de fatos e dados, e na descoberta dos indícios de autoria e materialidade dos delitos, os investigadores devem trabalhar em equipe, participando junto com o Delegado, o Escrivão e o Perito policial, na gestão de dados, informações e conhecimentos pertinentes à atividade investigativa. É uma das carreiras da Polícia Civil em que também é exigido o nível superior para ingresso. Realiza, ainda, outras atribuições próprias de Polícia Judiciária, tais como: prisões, buscas, fiscalizações, registro de boletins de ocorrência, trabalho de inteligência policial, controle de acesso de pessoas em unidades policiais, gerenciamento de operações especiais,

cuidado com a carceragem, pessoas custodiadas, onde houver, dentre outras atribuições.

Historicamente a atividade é das mais antigas e já possuiu outras definições para o cargo, inclusive com terminologia diferenciada para a hierarquia funcional, tais como: inspetores, detetives, comissários, agentes de Polícia e investigadores de Polícia, nomenclatura atual.

Na Bahia, a partir de 2009, para ingresso no cargo de Investigador, a instituição passou a exigir nível superior, sinalizando a tendência de modernização das suas atividades, cuja eficiência exige cada vez mais a multidisciplinaridade, inclusive no recrutamento e desenvolvimento de pessoas em diversas áreas de conhecimento, considerando que é atribuição deste servidor proceder à investigação criminal e exercer a função de Polícia



Equipe da Unidade Móvel de Perícia em operação durante os Jogos Olímpicos de 2016.

Judiciária, exceto as relacionadas à matéria militar, participando do planejamento, coordenação, supervisão e fiscalização das atividades operacionais e administrativas do setor sob sua responsabilidade.

O perfil profissional dos investigadores deve envolver as capacidades técnica, física e emocional para cumprir diligências, mandados e outras determinações de autoridades competentes, sendo responsável pela produção de dados, informações e conhecimentos em áreas especializadas sobre ciências criminais, inteligência policial e estatísticas de crimes, além de participar de programas e operações de prevenção, repressão, controle da criminalidade, reconstituição e outras ações necessárias para o bom resultado e segurança das investigações.

INTEGRAM AINDA O SISTEMA POLICIAL CIVIL DE CARREIRA PROFISSIONAL:

O Perito Criminal – sua missão primordial é realizar perícias na área de criminalística, por meio de exames em locais de infração penal e em laboratório, além de outras perícias especiais solicitadas pelas autoridades, contribuindo para a investigação e elucidação das infrações penais;

O Perito Médico Legista – sua função é realizar perícias na área de Medicina Legal, por meio da realização de exames no ser humano vivo ou em cadáveres e suas partes, também com o objetivo de contribuir para elucidação das infrações penais;

O Perito Odonto-Legal – tem a função de realizar perícias no âmbito da Odontologia Legal, por meio de exames antropológicos e em quaisquer vestígios correlatos que tenham interesse odonto-legal;

O Perito Técnico – sua função é executar tarefas de apoio à realização de exames e perícias.

EQUIPE DE COLABORADORES DA POLÍCIA CIVIL

Existem ainda na Polícia Civil os funcionários administrativos, ocupantes de cargos de provimento temporário, incluindo os antigos servidores administrativos e motoristas oficiais, que atualmente permanecem na instituição exercendo funções internas, por meio da nomeação em cargos de confiança.

Como retrato da essência da Polícia Civil da Bahia, será feita uma visita à vida pessoal e profissional de determinados colaboradores e influenciadores da instituição, buscando desvendar alguns dos inúmeros momentos do cotidiano corporativo que não raro, confundem-se com as biografias singulares dessas pessoas, ajudando a compreender, mais um pouco, a trajetória desta instituição bicentenária.



Foto: Carla Ornelas

LEMBRANÇAS E PERCEPÇÕES

Mesmo sem a ambição de revelar todas as informações ou oferecer respostas sobre os eventos, comportamentos ou realizações dos homens e mulheres que representam a Polícia Civil do Estado da Bahia, o leitor poderá explorar o universo particular e inédito das memórias e percepções de alguns servidores escolhidos para ilustrar o habitual da instituição, por meio das pessoas e seu trabalho.

Durante as pesquisas e entrevistas, muitos outros profissionais da Polícia Civil tiveram seus nomes citados pela atuação no cenário institucional, pessoas com múltiplos perfis e habilidades, alguns inclusive facilmente encontrados nas publicações dos órgãos de imprensa e mídias sociais. A instituição abriga profissionais de muitos talentos e sensibilidade para a música, poesia, as artes de uma forma geral, dentre outros. Em homenagem a todos os profissionais que honraram, enalteciram e enaltecem a instituição, foi selecionada uma poesia de autoria de uma jovem policial, retratando a vida, o amor, as paixões, os filhos e seus destinos, ilustrando muitos dos sentimentos revelados pelos policiais durante suas falas, nos encontros ou entrevistas, em que descrevem a relação de amor e dedicação, encontros e despedidas que envolve a carreira de um policial. Gente como os que serão citados nesta obra, outros inominados, que se farão representar por pessoas como:

Adhemar Martins Bento Gomes, José Francisco de Carvalho Neto, mais conhecido por “Netinho”, Antônio Medrado de Alcântara, este último empossado na chefia geral da Polícia Civil em 28 de outubro de 1977, na condição de Superintendente, como era denominada a função de Delegado-Geral, seguido por Jurandir João Moisés, em 16 de março de 1979, permanecendo até 1987, quando é substituído por Américo Fâscio Lopes, em 18 de março de 1987; Antônio Matos, Alcides Passos Palma, Samuel Nogueira Filho, Mário Lessa Carvalho, Milton Menezes Vilas-Boas, Nelson de Almeida Pinto, professor Raul Sá, estes últimos, inclusive, ajudaram a fazer o registro histórico da Polícia Civil em 1976, bem como tantos outros da história recente, tais como:



Jacinto Alberto, Sergio Malaquias, José Carlos Travessa, Josélia Reis Santana, Wilson Feitosa, José Magalhães Filho, Miguel Argeu, Helenalvo Meireles, Cé-
lia Campos, Isolda Amorim, Emília Blanco, Antônia Valadares, Marcia Telma,
Célia Miranda, Ângela Mesquita, Raimundo Lisboa, Armando Ulm, Américo
Fascio, IPC Portela, Nelson Machado, José Alberto de Carvalho, Joaquim de
Aquino, Ivanilton Santos Sousa, Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, Maria
Teresa Pacheco, Ivan Solon, Clayton Leão (Popô) (in memoriam), EPC Sandra
Andrade, DPC Tito Paraíso, Almiro José Nepomuceno, EPC José Marinho Du-
que Soares, IPC Mestre Zé Carlos, IPC Mestre Álvaro Castro (in memoriam),
EPC Soraya Maurícia Sento Sé Lobão, Jamile Hage (in memoriam), IPC Sílvia
Roberto de Sousa, José Alfaia, Manuel Maria do Nascimento, Antônivo Vida
(in memoriam), José Maria (Perito), Edvaldo Lins, José Walter Seixas, Mar-
cos Edson, Itamir Casal, Ildomar Rodeiro, Julio Lobão, Mauro Moraes, Paulo
Cunha (Satanás), Raul Barreto, Iracema de Jesus, Evilásio Bastos, Romilda,
IPC: Hélio Teixeira, IPC Indaiá, Julberto, Valmira e Louise, estes da ACADE-
POL, Nathan de Medeiros Pereira (em memória), Selenita, Waldyr Carrera e
tantos outros, estes aqui registrados em razão de pesquisa e citações dos
seus nomes, durante as entrevistas realizadas.

Homens e mulheres que honram a instituição com o seu trabalho diário. São Delegados, Investigadores, Escri-
vães, Peritos, servidores contratados e comissionados, que junto com suas famílias e em suas comunidades atu-
am como verdadeiros heróis, quase sempre anônimos, fazendo o dia a dia do serviço policial acontecer da melhor forma possível. Para estes fo-
ram realizados encontros e algumas entrevistas com objetivo de eternizar momentos do cotidiano policial, que passaremos a conhecer por meio dos seus relatos.

RELATOS

EDNA BRITO

“FALE, ESSE LADO É NO OUVIDO”

Escrivã de Polícia Classe Especial, aposentada, nascida em 28/11/1943, natural de Salvador, mora-
dora do bairro Engenho Venho de Brotas, onde vive até hoje. Ela chega muito arrumada ao Gabinete do Delegado-Geral. É uma típica mulher negra latino-
-americana, exuberante e forte. De personalidade intensa e postura marcante, a escritvã Edna é uma daquelas mulheres singulares, mas também é bom saber que ninguém passa “incólume” por ela.

Já no início da conversa ela foi logo dizendo: “Eu não queria ser professora, nem queria trabalhar para nin-
guém. Queria mesmo era ser servidora pública”. As-
sim, ingressou no Corpo de Policiamento Feminino em 1957. Foi a única aluna, já que, das 15 mulheres que ingressaram, 14 desistiram. O começo foi mui-
to duro e de muitos preconceitos, relata. Lembra-se bem do professor Joaquim Gouveia recomendando; “melhor escolher outra coisa pra fazer... que poderia até vender bananas, pois assim seria mais bem re-
compensada”.

Do ingresso, logo foi trabalhar na rede ferroviária - Leste Brasileiro. Àquela época usava uniforme e sua missão era principalmente acolher mulheres, crianças, idosos, loucos, pessoas perdidas etc... Sem dúvida, a Guarda Civil era a estrutura inicial das carreiras da Polícia Civil, registra e comple-
menta Edna:

“Fiz o curso para escrivão em 1968. Era a segun-
da turma de Escrivão e a primeira de Comissário. O treinamento foi espetacular. Era feito na Escola de Polícia, com professores memoráveis, como: Raul Sá, Regina Colins e João Carrera. Já a formação de defesa pessoal era feita na Vila Militar dos Dendezei-
ros. Durante o curso fui muitas vezes desafiada até pelo fato de ser mulher. Certa vez, o Diretor da ad-
ministração geral do estado, atual SAEB, disse que o cargo policial era para homens e que não chegaria a ser nomeada. Sorridente, complementou Edna: e olha eu aqui...”.

Durante sua fala, Edna revela uma curiosidade: a Escola de Polícia na estrutura do estado tinha uma função social peculiar junto à comunidade baiana. Curiosamente qualquer cidadão poderia se ins-
crever e fazer o curso de Comissário, entretanto para ingressar nos quadros da Secretaria da Se-
gurança Pública teria de passar por um processo seletivo e, na sequência, fazer então o curso de



formação específico para carreira para a qual fora selecionado.

Ouvir o relato da EPC Edna é constatar que, em muito, a vida dos policiais e da sua instituição, misturam-se e até se confundem. Não poderia ser diferente na trajetória de seres humanos tão intensos e dedicados à busca das boas relações, convivência e equilíbrio social. Podemos até vislumbrar que para muitos cumprir as leis, as regras, as ordens possuem uma importância até secundária neste processo, pois o que importa mesmo é o cuidado com a vida das pessoas, o sentimento de colaborar com o senso de justiça. Neste contexto, a EPC Edna destacou dois grandes eventos e a passagem memorável de diversos colegas em sua história profissional:

“Lembro-me de quando nossos autos de prisão em flagrante eram feitos em três cópias, na máquina de datilografia, em papel pautado. Ainda posso ouvir o som nostálgico das teclas, movimentando os tipos, que imprimiam as letras, números, símbolos e registravam os fatos e as histórias das ocorrências. Também ainda posso sentir o próprio toque do papel que escorregava entre meus dedos para acomodar na máquina...”.

“Lembro-me, sobretudo, de pessoas... Gente que me ensinou como se deve tratar alguém numa repartição pública e, especialmente, aqueles que procuram o serviço policial”, referindo:

“Eu não tinha mais que três dias de nomeada para o cargo de policial feminina. Estava, enfim, na escala de serviço no mês de março de 1963. O telefone

do Corpo de Policiamento Especial Feminino era o mesmo da portaria do prédio da Secretaria da Segurança Pública na Piedade, hoje, edifício-sede da nossa Polícia Civil. Lá ficavam reunidos os artífices da Marinha Mercante, e um Comissário de Polícia os organizava para serviços profissionais nas unidades policiais existentes à época. Um dos artífices veio avisar no plantão da Polícia Feminina que tinha alguém querendo falar ao telefone e mandaram que eu fosse atender. Nunca eu havia tocado num telefone em toda minha vida, até aquele momento. Dirigi-me ao balcão da portaria, e o Comissário entregou-me o aparelho e se afastou. Era um aparelho de telefone grande, daqueles da época, preto, com um lado bem pronunciado e o outro redondo e achatado. Eu, inexperienced, coloquei o aparelho em posição contrária ao lado que era para o ouvido, posicionando-o à altura da minha boca e aí, como já era de se esperar, eu nada ouvia, por mais que dissesse alô, alô, alô...

O Comissário, homem, fisicamente forte, não muito alto, loiro, com olhos verdes, e sorridente, levantou-se, veio em minha direção, com enorme delicadeza, e, pedindo-me licença, pegou o aparelho das minhas mãos, e eu, o segurava com as duas, virando-o na posição correta, dizendo, quase em um sussurro: “fale”..., enquanto apontava para a parte saliente... “este lado é no ouvido”, indicando o órgão com o dedo.

A sala estava cheia. Ninguém percebeu o que ocorria. Ali, naquele momento, eu aprendi... Eu estava “morta” de vergonha. Que papelão! A partir de então, cada vez que eu ia atender ou fazer uma ligação, via aquele homem diante de mim, numa doce lembrança! Sentia-me agraciada por ter tido uma pessoa sensível, educada, para me socorrer, em momento

difícil. Aprendi a minha primeira lição: ensinar o outro a aprender, sem diminuí-lo. Minha primeira bandeira: tratar aquele que ignora, com respeito. Todos e tudo têm a sua primeira vez.

Assim, a cada ingresso de um novo funcionário, um policial recém-nomeado ou transferido, não importando a sua procedência, classe ou função, durante 50 anos e oito meses, os acolhi com atenção, pondo-os à vontade nos seus primeiros momentos, no novo ambiente, e a cada ação de atendimento por mim praticada me sentia o Comissário WALMIR DINIZ, dizendo-me, com suavidade: “fale, esse lado é no ouvido”.

Disse do inesquecível Delegado de Polícia JOSÉ JÚDICE, salientando: “todos o conheciam, sempre de terno branco”. Contou que ele entrou na Polícia como Comissário cargo que era exclusivo de bacharel em Direito, vez que só tinha como autoridade processante, no período, o delegado auxiliar na capital. Conheceu o DPC JÚDICE, após o curso de escrivão, em 1968, quando todos os concluintes, que quisessem esperar a nomeação poderiam ser designados, sem remuneração, para estagiar nas Delegacia de Polícia, por falta de Escrivães.

“Eu fui designada para a 6ª Delegacia de Polícia Territorial, antes, denominada Circunscrição Policial – CP, e depois para a Delegacia de Proteção a Menores – DPM, atual Delegacia Especial de Crime Contra Crianças e Adolescentes – DERCA, unidade onde conheci o Delegado JOSÉ JÚDICE e o Comissário MILTON REIS. Eu trabalhava sete horas na função de policial feminina e mais seis horas pelo estágio de Escrivã. Em qualquer momento vago, os dois es-

*tavam me inquirindo sobre Código Penal, Código de Processo. Lançando questões, problemas do cotidiano policial, indagando de casos e casos de investigação. Enfim, eles foram a minha base para decolar com amor, zelo, probidade nas minhas funções não só de Escrivã, mas como de uma pessoa alerta para a justiça e atenta para não cometer erros, perceber o caminho certo e o errado, sabendo evitar envolvimento em problemas na profissão. Fui e sou feliz na carreira escolhida. Deu certo. Nunca esperei honras e nem medalhas, e as recebi, pois eles me ensinaram o caminho da humildade, da responsabilidade e do amor na profissão que abraçamos. **Ensinaram que a Polícia tinha por obrigação ser o fiel da balança diante da justiça, por isso deveria ser imparcial para que um inocente não fosse preso, valeria deixar um indiciado, sem provas, solto.***

Edna finalmente olha fixamente para outros colegas que participavam da conversa, a grande maioria “Delegados de Polícia da velha guarda” e complementa, com a voz cheia de carinho e um pouco hesitante:

“Muita saudade... Saudade daquela união entre delegado e escrivão... Corpo extensivo um do outro. Saudade da relação de confiança e parceria que vivi, da valorização e do sentimento de cumplicidade com todos os colegas com quem trabalhei. Nós, escrivães, sabíamos que o delegado tinha de ser resguardado e não exposto, já que era ele que iria decidir. Portanto, tudo mais antes disso, dependia de toda a equipe”.

EVERALDO DA SILVA

NÃO HAVIA
LUGAR PARA
COVARDES

Investigador de Polícia classe especial, aposentado, casado, com três filhos, nascido em 21 de janeiro de 1940, natural de Salvador, ingressou na Guarda Civil em 1964 depois do golpe militar. Aos 78 anos, o IPC Everaldo chega ao prédio sede da Polícia Civil sozinho, mas em suas mãos inúmeras recordações dos períodos em que esteve na ativa. Indagado sobre suas lembranças e o que faz atualmente, sorridente, responde:



FOTO CEDIDA PELO
INVESTIGADOR DE
POLÍCIA EVERALDO DA
SILVA, APOSENTADO.
INGRESSO NA
GUARDA CIVIL EM
1964. NA FOTO COM
UM COLEGA MILITAR.

“Vivo com tranquilidade e felicidade a minha vida, minha amiga... Viajo com minha esposa, aproveito os amigos, meus filhos e a família. Cumpri o meu dever funcional e fiz tudo aquilo que estava ao meu alcance da melhor forma possível, mas agora... Agora, aproveito a vida que tenho e aconselho que todo policial ao completar o seu tempo de serviço não postergue nem um dia a sua permanência na instituição. São outros tempos, outros valores, outras formas de fazer, e o trabalho policial exige muito de todos nós. Depois que o tempo passa, quando estamos mais velhos, devemos ter a tranquilidade para sair bem. Não devemos esperar o declínio. Devemos aproveitar bem a vida, certos do dever cumprido”.

Com o decorrer do tempo, passamos a enxergar que os problemas são muitos semelhantes, pouca coisa muda. Quando iniciei a carreira policial, por exemplo, existiam alguns pontos de policiamento fixo na cidade, para onde éramos escalados conforme a necessidade das ocorrências, mas se necessário era solicitado reforço. Os focos estavam na Praça da Sé, Terreiro de Jesus, Praça Castro Alves, Campo Grande, Praça Municipal, Farol da Barra e Largo do Tanque. Os problemas mais comuns estavam relacionados a desordens, brigas, furto e alguns poucos roubos. Para estes locais eram selecionados os melhores policiais, preparados e principalmente corajosos. Não havia lugar para covardes.

Praticamente todos os policiais tinham outra atividade nas horas de folga, fundamental para o complemento do salário e uma vida honesta, ressaltando:

“Hoje é exigido aos novos policiais nível superior. Com isso eles também não querem fazer outra atividade que não esteja compatível com sua formação. Isto dificulta e interfere na qualidade do profissional que é recrutado e mantido na corporação. Existem problemas com a remuneração, mas a população também não enxerga o policial da mesma forma, com o mesmo respeito. Acredito que até o treinamento do nosso pessoal tem outra direção”.

Mesmo em uma época com menor desenvolvimento tecnológico, nosso treinamento era o melhor possível. O preparo técnico, comportamental e, sobretudo, o treinamento físico eram de muita qualidade. Os professores de defesa pessoal eram campeões em suas modalidades esportivas.

Os treinamentos aconteciam com nomes como Waldemar Santana, ou o leopardo negro, conhecido como um dos primeiros pesadelos dos irmãos Gracies. Campeão brasileiro de luta livre, o mestre Santana, além de saber jiu-jitsu, tinha conhecimento da capoeira. Ele era um lutador dos mais completos da Bahia. Outro grande nome foi o mestre Yoshida, com quem os policiais aprendiam judô. O vigor físico era bastante exigido, não raro era necessário o uso da força física para conter brigões, correr para efetuar prisões e para imobilizar criminosos. Existiram problemas com droga, mas eram esporádicos. A maconha sempre foi a mais vulgar dos entorpecentes, mas havia também o ópio, o LSD, a heroína, entretanto não estavam no cotidiano da polícia.

VALQUÍRIA BARBOSA

“POESIA UM LUGAR PARA EXTRAVASAR AS EMOÇÕES”

Delegada de Polícia Classe Especial, nascida em 25 de abril de 1942 25/4/1942, ingressou na Polícia Civil em julho de 1976.

O nome desta delegada sempre esteve associado à defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência, a solução de crimes e investigações de grande repercussão na Bahia, mas, sobretudo, pelo ineditismo do porte de arma por uma mulher que chefiava pessoalmente muitas operações nas ruas da capital baiana. A DPC Valquíria começa sua fala rindo muito e dizendo:

“Histórias que o povo gosta de contar e aumentar. Realmente sempre fui apaixonada por minha profissão e a investigação quase um vício, mas nunca andei armada. Na verdade, tenho até medo de armas...” sor-

rindo e afirmando, como quem deixa a dúvida no ar... E complementa, quase gargalhando: “você sabem que até durante o curso de formação, no dia marcado para minha aula prática de tiro, houve um problema no estande e fui eu poupada do infortúnio.”

Declaradamente apaixonada por investigação, falou de outra paixão, a de escrever poesias. A poesia foi despertada na vida de Valquíria, em razão de um incêndio que ocorreu em sua residência e que a fez perder quase tudo. Depois do ocorrido, encontrou na poesia um lugar para extravasar as emoções, a solidão das decisões do cotidiano policial e da vida, vez que a profissão resulta a exigir



maior comedimento social. A paixão foi tamanha que derivou em criar um selo editorial, denominado “Ronda”, registrado na Biblioteca Nacional, há aproximadamente 12 anos, e que atualmente declara a intenção de transferir sua titularidade à Polícia Civil da Bahia. Na polícia não hesita em exaltar a relevância dos inúmeros colaboradores escrivães, investigadores e delegados, em particular o colega, DPC Vitória Regia, que sempre acreditou em seu trabalho, segundo destacou.

No mundo das inúmeras investigações que presidiu de todos os tipos e impactos sociais, lembrou-se de um emblemático furto de joias de uma jovem senhora, de tradicional família soteropolitana. Narrou que alguns receptadores presos relataram que seus produtos eram despachados para o Rio de Janeiro. De posse da informação, além das providências de praxe envolvendo o contato com os policiais cariocas, uma medida fundamental para um desenrolar exitoso da ocorrência foi recomendar à vítima que passasse a observar bem outras mulheres, e até nas cenas de novelas, pois “joias não costumam ficar escondidas...”. Não demorou a receber a notícia de que uma atriz tinha sido vista usando uma das referidas peças, sendo que a apreensão ocorreu então, por outro colega, o Delegado Valdir Gomes Barbosa.

Lembrou-se ainda da sua passagem pelo Departamento de Polícia Metropolitana – DEPOM, e da implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, durante a gestão do Secretário da Segurança Pública, Francisco Neto, Delegado de Polícia muito atuante, responsável inclusive pela defesa da institucionalização da carreira profissional de Delegado de Polícia na Bahia, sendo o Secretário de Administração, Sérgio Moisés. A DPC Valquíria defende que o modelo SAC pode ter sido

inspirado em um serviço implantado na ocasião, pelo DEPOM, por meio de um modelo de unidade móvel (delegacia móvel) de atendimento ao cidadão. O projeto SAC também ajudou a minimizar as ocorrências de assaltos na região do Calabar, ocupando parte do Shopping Barra, construído no período. A Polícia Civil, por meio do DEPOM, usava a unidade móvel com a oferta de alguns serviços como registro de Boletim de Ocorrência e RG. Posteriormente o Governo do Estado também instituiu o SAC móvel.

Outro hábito que adquiriu da conduta de investigar foi ler todos os dias os obituários. A rotina lhe rendeu inúmeros casos de sucesso, com prisão de quadrilhas inteiras, recuperação de bens e elucidação de fatos em ocorrências de muita relevância.

“Sempre busquei ter uma visão ampla de tudo que acontecia na cidade, no estado e no país. Sempre acreditei que as coisas não acontecem de forma isolada. Tudo está conectado: pensar assim me ajudou a colaborar inclusive com a investigação de outros colegas; sempre acreditei na Gestão TBC”. Rindo, não explica a sigla curiosa, e diz: “fica para a curiosidade de cada um, pois geralmente as coisas não caem no colo, precisamos buscar”. Posteriormente, sua postura inquieta e engajada resultou num movimento de desenvolvimento pessoal nas áreas de jornalismo e política, sempre voltado à melhoria da Segurança Pública. Finalizou:

“Polícia, política e mídia sempre estarão relacionadas, precisamos gerenciar isso de forma profissional, como vantagem competitiva da instituição, dos seus integrantes, e como estratégia em defesa dos interesses da própria sociedade”.

JAMISSON SANTIAGO MESSIAS

“HUMANO NA ESSÊNCIA, COM
A ALMA INUNDADA PELO
AMOR À FAMÍLIA, INSPIRAÇÃO
E SENTIDO DE TUDO, EM SUA
MISSÃO POLICIAL”

Nascido em uma família de policiais militares, com o pai oficial da PM e quatro irmãos coronéis, a vida de serviço à segurança pública parecia inevitável. O escrivão, porém, optou por seguir um caminho diferente, tornando-se o único da família a ingressar na Polícia Civil. Com emoção, ele recorda a perda de um sobrinho em confronto policial, uma dor profunda que ele carrega no coração. Sua família, entretanto, continua a ser seu maior orgulho, especialmente sua esposa, Norma, com quem está casado há mais de 30 anos, a quem chama de amor, alicerce e inspiração. Juntos, têm dois filhos e três netos, e ele ainda espera que algum deles escolha seguir sua tradição na Polícia Civil, que acrescenta ser uma “Missão Divina”.

Sua carreira começou no interior da Bahia, onde, jovem e sozinho, enfrentou o desafio de colocar ordem em pequenas cidades, como o município de Catú. Muitas vezes labutou sendo a única re-

ferência de socorro e alívio para quem mais precisava. Mesmo como escrivão, ele não se furtava de ir a campo para proteger os cidadãos, sempre com o objetivo de reduzir o sofrimento das pessoas, mesmo quando questionado sobre seu real papel de escrivão de polícia. Nesta condição de questionamento, com tranquilidade, apenas sorria e respondia que sob a coordenação do Delegado estava para cumprir a missão e não poderia deixar o seu colega investigador sozinho. Ressalta que àquela época não raro, eram apenas ele e mais um policial para atender toda natureza de ocorrências na cidade.

Ao lembrar os tempos de transição da máquina de escrever para o computador, ele sorri com nostalgia. Até o final dos anos 90, ainda se utilizava da velha máquina de escrever, e foi vivenciando na prática e estudando os procedimentos anteriores que ele se aperfeiçoou no ofício. Seu concurso foi regionalizado em Feira de Santana, mas a jornada o levou a diversas regiões, enfrentando o medo e as dificuldades até chegar à capital, onde continuou sua missão com foco incansável na solução dos problemas.

Na Delegacia Especializada de Proteção às Crianças (DERCCA), ele encontrou seu verdadeiro propósito. Inicialmente, estranhou o foco em crianças e vulneráveis, mas logo percebeu que aquilo era mais do que uma escolha profissional: era um propósito divino. Como espírita, ele acredita que seu trabalho vai além do técnico; ele busca a ce-

leridade nos processos, sempre atento aos detalhes que podem fazer a diferença na vida de uma criança. Ele lembra de um caso marcante, em que, através de registros anteriores do cartório, conseguiu fornecer os elementos necessários para a prisão de um criminoso em série que praticava crimes sexuais.

Com profunda empatia, o escrivão destaca que sua unidade se diferencia pelo acolhimento. Todos ali entendem que seu papel é reduzir a dor das famílias e proteger as crianças. Atualmente, um dos maiores desafios que ele vê é a apuração de crimes sexuais virtuais, uma realidade que sensibiliza e motiva a equipe a trabalhar com ainda mais afinco.

Ao longo de sua carreira, ele construiu amizades fortes com investigadores, especialmente Elton, um homem corajoso e de bom combate. Eles formavam uma dupla equilibrada, com Elton mais impulsivo e o escrivão trazendo o equilíbrio necessário para as situações difíceis. Ele se orgulha da parceria que manteve com juízes e promotores ao longo dos anos, sempre com o foco em fazer justiça e minimizar o sofrimento das vítimas.

Seu legado, ele acredita, está no trabalho que fez em nome da justiça, sempre com o olhar para a dor do próximo. Ele espera que, um dia, seus netos possam seguir seu caminho e dar continuidade à missão de proteger e cuidar das pessoas e que seu relato possa impulsionar a trajetória de muitos outros policiais civis que dedicam suas vidas ao cuidado e proteção das vidas alheias.

NA DERCCA,
ELE ENCONTROU
SEU VERDADEIRO
PROPÓSITO.

SR. BARTOLOMEU
ÂNGELO COSTA FILHO

“SINTO-ME MUITO
IMPORTANTE NESTA
INSTITUIÇÃO”

Ele começa lembrando do pai, um dedicado mecânico e mecânico de máquinas de datilografia, que o iniciou no ofício aos 14 anos e de quem também herdou o nome. Ajudando nos consertos das máquinas, ele acompanhava o pai em visitas às delegacias, onde a profissão já pulsava em suas mãos jovens. O pai mantinha uma oficina em casa, e foi ali, cercado pelo som ritmado das teclas batendo, que ele aprendeu o valor do trabalho. Aos poucos, foi aprendendo o ofício, e enquanto o pai ficava na oficina, ele ia às ruas, nas delegacias, para fazer a manutenção das máquinas de escrever in loco. Até 1997, esse foi o ritmo da sua vida: aprendizado, trabalho e o sentimento de pertencimento a um ofício que o conectava ao pai.

Há mais de 42 anos, ele ingressou na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Civil. Naquela época, as investigações policiais eram formalizadas em máquinas de escrever. Foi ali, no prédio-sede da Piedade, onde trabalhou por 14 anos, que conheceu muitos delegados e equipes das delegacias. Seu papel? Garantir que as máquinas, que guardavam as histórias das investigações, funcionassem perfeitamente. Seu caminho o levou à ACADEPOL, na Mouraria, onde manteve as má-

quinas de escrever usadas para a formação de escrivães. Até 1997, a datilografia ainda era exigida nos concursos de escrivão, e ele, silenciosamente, mantinha o fluxo de informações rodando. Porém, com o tempo, as máquinas começaram a desaparecer, cedendo lugar aos computadores no início dos anos 2000.

Com a chegada da tecnologia, ele migrou para o CEDEP, atual Instituto de Segurança Pública, Estatística e Pesquisa Criminal (ISPE). Lá, foi encarregado da manutenção dos armários deslizantes, onde documentos e registros criminais eram armazenados. Durante sua passagem pelo CEDEP, ele conheceu vários delegados, como: Jorge Monteiro, Livia Rosaso, Delegada Iracema, Emília Blanco, Antônio Matos, Kátia Brasil, Márcia Xavier, Dra. Elaine Nogueira, atual delegada geral adjunta e o atual diretor do Ispe Dr Omar. Para ele, isso era mais do que um simples trabalho de conserto e manutenção; era a continuação de uma jornada que começara com o pai, um caminho que ele nunca havia imaginado, mas que, de algum modo, o destino traçara.

Ao longo dos anos, aprendeu mais sobre o funcionamento do ISPE. Observou de perto o arquivamento e a incorporação dos dados criminais no acervo, mergulhando nas histórias que os papéis azuis contavam. Viu a criminalidade se transformar, passando de contravenções mais leves, como jogos de azar, para crimes graves, como assassinatos, tráfico de drogas e o surgimento do crime organizado. Hoje, já são 27 anos dentro do órgão, testemunhando o crescimento da violência e a mudança drástica no cenário criminal. Ele, que começou cuidando de máquinas, acabou ajudando a organizar os arquivos, preservando um legado

que ele sabe que logo será digitalizado, mas que sempre estará gravado na sua memória.

O tempo trouxe não só as mudanças no trabalho, mas também perdas pessoais. Ele relembra com emoção o encontro fortuito com sua esposa, quando ela lhe perguntou as horas. Aquilo marcou o início de uma vida de companheirismo e felicidade, que terminou recentemente com o falecimento dela. A saudade dela é profunda e o faz refletir sobre o esvaziamento que sente na vida. O trabalho, que sempre foi seu porto seguro, agora parece mais um testemunho silencioso de uma era que se despede.

Ainda assim, ele vê a importância da modernização e da transição dos documentos físicos para o digital. Sabe que os arquivos que cuida, alguns

deles mais antigos do que seus próprios pais, são testemunhos da história. “Há documentos aqui de 1909, 1910”, diz com olhos marejados, sentindo-se pequeno diante do peso de tantas vidas e histórias que passaram por suas mãos.

Ele sabe que, em breve, tudo será diferente, que o papel dará lugar às telas e que sua vida, assim como os arquivos que tanto cuidou, precisa de uma nova direção. Porém, ele se orgulha profundamente de ter sido parte dessa história. Para ele, cuidar desses arquivos não foi apenas um trabalho – foi uma missão. Ao olhar para o futuro, ele se pergunta em que mais poderá contribuir, mesmo sabendo que já tem tempo para se aposentar. Afinal, foram quase 30 anos cuidando de papéis que, de certa forma, também contaram a sua própria.



GENILDA
CARDOSO
DANTAS

“CHAMA DA
ESPERANÇA ACESA
NO CORAÇÃO DE
TODOS, NOVOS
E VETERANOS”

“Acredito que o processo mais difícil na administração da atividade policial é lidar com o curso natural do envelhecimento das pessoas. As mudanças ocorrem de forma muito rápida e as pessoas às vezes são esquecidas, como se não tivessem mais um lugar na organização”.

A atividade policial é dinâmica, exige disposição, um grande vigor físico e mental, deixando o ciclo de vida curto para algumas realizações, o que compromete em alguns casos a manutenção do servidor em algumas atividades.

Acrescenta Geni, como é carinhosamente chamada pela equipe, que projetos de resgate da memória institucional são fundamentais para o desenvolvimento da instituição e manutenção da chama da esperança acesa no coração de todos, novos e veteranos.

Ingressou como Agente Administrativo em 1987 para trabalhar no serviço de protocolo da instituição, onde desenvolveu suas atividades por mais de 18 anos. Atualmente trabalha no Escritório de Projetos e Processos e diz sentir grande orgulho da sua atual missão de apoio à equipe.



ADALBERTO JOSÉ
DE FREITAS

“SABIA QUE
TINHA COMO
MISSÃO PRENDER
ALGUÉM”

Investigador de Polícia, classe especial, nascido em 1930, casado e pai de 11 (onze) filhos, natural de Salvador, iniciou a atividade no serviço público em 24 de janeiro de 1952 como Guarda Civil. Quando convidado por meio de um telefonema para uma entrevista sobre sua experiência policial, logo foi avisando:

“Irei, mas sou policial do tempo antigo, comigo tem que falar olhando ‘olho no olho’”.

Com a voz firme aos 88 anos, caprichosamente vestido e usando um belo chapéu estilo Panamá, o IPC Adalberto passou a contar sob seu ingresso na Segurança Pública, inicialmente como Guarda Civil, e que, como seu número era 518, passou a ser chamado de “Dezoito”, uma alusão ao seu cadastro de ingresso na Guarda. Fez questão de destacar principalmente o relacionamento com a comunidade e o respeito das pessoas em relação ao trabalho da polícia, complementando: “Éramos muito respeitados. Minha autoridade era exercida para além de um bairro, começando na Piedade,

passando pelo 2 de Julho e chegando nos Barris. Respondia sozinho pelas atividades desempenhadas e era respeitado em qualquer estabelecimento fosse público ou privado. Se tinham algum problema, chamavam ‘o Guarda’, e nós estávamos sempre lá, para atender e resolver”.

Trabalhou durante muitos anos da Delegacia de Furtos e Roubos, lá trabalhou como encarregado da carceragem com outros 4 (quatro) colegas. Também trabalhou na 2ª Delegacia Territorial - Liberdade, onde permaneceu por 13 anos. Lembra-se dos delegados Alcides Passos, Armando Campos e Armando Lessa. Lamenta profundamente as mudanças na nomenclatura e especificação da carreira policial de investigador, considerando que depois da reforma todos os seus cursos e promoções perderam sentido, já que todos passaram a ser investigadores, sem qualquer relevância às atividades próprias dos inspetores, detetives ou comissários. Também sente falta do contato com a instituição, registrando que depois da informática, até o seu contracheque deixou de chegar a sua residência.

A vontade de ser policial teve início em casa, considerando que seu pai era Guarda Civil, na gestão do Governo Régis Pacheco e do Secretário da Segurança Pública, Laurindo de Oliveira Régis Filho (1951). Como logo cedo constituiu família, passou a trabalhar também como cobrador de ônibus para complementar o salário policial.

“Quando deixava o serviço, pegava o bonde para um novo turno como cobrador de ônibus. O salário da polícia não era suficiente para manter minha família de maneira honesta. O trabalho policial não exigia

exclusividade, não tínhamos computador, tudo era feito à caneta, mas descíamos de qualquer transporte para ajudar um colega que estivesse precisando de apoio numa ocorrência. As viaturas eram poucas e realizávamos diligência até de transporte público. Hoje, a atividade exige exclusividade e nível de escolaridade superior, entretanto a remuneração ainda precisa melhorar”

Quando foi desfeita a Guarda Civil, optou por integrar a carreira de Comissário, acreditando que na Polícia Civil teria mais reconhecimento, autoridade e respeito. Foram muitas ocorrências inesquecíveis, algumas desafiadoras em razão do risco da própria vida, outras pela novidade do fato, outras ainda pelo caráter singular, seja pelas pessoas, lugar ou circunstâncias. O treinamento na escola de polícia foi de muita qualidade, motivo de grande orgulho. Para a turma foram trazidos primeiro dois polícias americanos da Central Intelligence Agency – CIA e do FBI, criado como Escritório de Investigação denominado Federal Bureau of Investigation em 1935. Na realidade todos os métodos, padrões, equipamentos e até vestuário eram inspirados no modelo norte-americano. No início do curso, os professores até questionariam a capacidade dos alunos para o aprendizado que seria oferecido. Foi preciso contratar tradutores, mas no final a turma foi exitosa, sendo inclusive selecionados dois alunos para um curso complementar nos Estados Unidos.

Conta que em seu primeiro serviço como policial civil foi chamado pelo policial Manoel da Silva Quadros, que coordenava o serviço de investigação. Lembra que Quadros trabalhava em uma sala enor-

me no 1º andar do atual prédio da Polícia Civil na Piedade. Ao entrar na sala, logo recebeu sua primeira missão:

“Ele estava sentado em sua mesa, inclinou-se um pouco, e, abrindo uma gaveta, retirou de lá alguns papéis e disse: toma aqui este mandado de prisão e providencie o seu cumprimento. Veja a disponibilidade de um veículo na garagem e procure alguém para ir com você. Nada mais sabia do caso, apenas sabia que tinha como missão, prender alguém”.

Nesta diligência fui acompanhado pelo policial Arlindo, que depois tornou-se Delegado. Posteriormente apuramos que o indivíduo procurado teria deflorado uma jovem senhora, algo pouco comum à época. Feita campana na residência do sujeito, dias depois a prisão foi efetivada. Depois desta, muitas outras ocorrências surgiram, mais complexas e até perigosas, mas, nunca esquecerá da primeira.

CÂNDIDO AUGUSTO VACCAREZZA

“MENTE CARTESIANA”

Delegado de Polícia Classe Especial, nascido em 3.11.1945, ingressou na Polícia Civil pelo concurso de 1976, tendo tomado posse no dia 1 de setembro de 1977. Além de Bacharel em Direito, durante o curso de formação, na ACADEPOL, além das disciplinas básicas, recebeu noções de Administração, Estatística e Psicologia. O histórico acadêmico deste delegado ajuda a explicar sua trajetória na organização, sendo escolhido e ocupando por quatro vezes a chefia de gabinete, motivo pelo qual também foi escolhido para integrar o grupo de pessoas identificadas e convidadas como influenciadoras da instituição.

Cândido ingressa na Polícia Civil exatamente no ápice do processo de modernização institucional, momento ímpar para a Segurança Pública na Bahia. O Sistema Policial Civil de Carreira profissional havia acabado de ser instituído e a Polícia Civil ganhava autonomia em relação à Secretaria da Segurança Pública. Foram mudanças relevantes trazidas por um grupo de notáveis delegados na época, com destaque para: Adhemar Martins Bento Gomes, Jurandir João Moisés, José Francisco de Carvalho Neto, mais conhecido por “Netinho”, Antônio Medrado de Alcântara, este último empossado na chefia geral da Polícia Civil em 28 de outubro de 1977, na condição de Superintendente, como era denominado, o cargo de Delegado-Geral, seguido

por Jurandir João Moisés, em 16 de março de 1979, permanecendo até 1987, quando foi substituído por Américo Fászio Lopes, em 18 de março de 1987. Foi realmente uma década importantíssima para a história da Polícia Civil, os profissionais estavam engajados e havia uma liderança inspiradora do Secretário, o Cel. Luís Artur de Carvalho, com o respaldo do Governador da Bahia, Roberto Figueira Santos. Válido o registro de nomes como: Antônio Pereira de Matos, Alcides Passos Palma, Samuel Nogueira Filho, Mário Lessa Carvalho, Milton Menezes Vilas-Boas, Nelson de Almeida Pinto, Professor Raul Sá, estes últimos, inclusive, ajudaram a fazer o registro histórico da Polícia Civil.

Relata Vaccarezza que, ao ingressar na polícia, logo foi designado para uma das delegacias mais importantes, a Delegacia de Jogos e Costumes, sendo seu titular o DPC Armando Campos de Oliveira. Neste momento da conversa, uma breve pausa acontece, e Vaccarezza complementa:

“Não tenho muito orgulho do tipo de trabalho que fazíamos ali, considerando que era antes da Constituição de 1988. Sob a alegação de bons costumes, coibíamos fervorosamente todo tipo de jogo, especialmente o ‘jogo de bicho’ Eram de cinco a seis flagrantes por dia, só de repressão ao jogo, entretanto os grandes ‘banqueiros’ nunca prendemos. Outra forte atuação era a repressão ao lenocínio: as investidas e fiscalizações em hotéis e afins, casas de shows e principalmente em prostíbulos era uma constante”

“Inesquecível uma operação que realizamos na despedida do DPC Armando Campos, promovido para o Departamento de Polícia Metropolitana - DEPOM. Foi uma operação que mobilizou um grande contingente

policial e exigiu muito equilíbrio e preparo para lidar com as ocorrências, pois nesses lugares encontrávamos mulheres casadas, travestis, pessoas de destaque na sociedade, entre outras. Era exigido da equipe muito equilíbrio e cuidado com a repercussão de cada caso, mas a repressão era forte”.

O perfil técnico sempre voltado ao estudo das ciências jurídicas conduziu Vaccarezza a ser escolhido para trabalhar na Delegacia de Acidentes de Veículos, onde atuava como uma espécie de juiz de instrução, dando encaminhamento aos episódios relacionados aos acidentes. O processo seguia na modalidade judicialiforme. Nesta condição, uma ocorrência ficou marcada em sua memória, instigando-o até hoje a buscar explicações para a elucidação do evento, passando então a relatá-lo:

“Era uma noite comum na delegacia, quando fui chamado para realizar um levantamento cadavérico. A vítima já estaria no necrotério do Hospital Getúlio Vargas. Para o levantamento levei minha equipe. Íamos sempre neste tipo de ocorrência um delegado, dois investigadores, um escrivão, um médico e um perito.

Chegando ao local tratei de inteirar-me dos fatos, apurando que a ocorrência seria fruto de um acidente envolvendo um grupo evangélico, que transitava no início da BR-324, retornando de um culto, que se realizara em uma igreja situada naquelas imediações, sendo que uma das vítimas do atropelamento estava com uma criança de colo, de aproximadamente um ano de idade, uma menina, única vítima fatal. Depois de acompanhar o trabalho do médico e do perito, indaguei a minha equipe sobre a identificação dos ve-

ículos envolvidos na ocorrência, pois percebi que as anotações estavam incompletas.

Acompanhado do escrivão Frederico Cidreira e do policial Hermington Jorge, passei a pessoalmente complementar as anotações para o boletim, demonstrando como deveria ser feito, dirigindo-me ao policial civil plantonista no Posto Policial do Hospital Getúlio Vargas, onde as vítimas se encontravam, as lesionadas internadas e a criança falecida, como dito, no necrotério. Assim, fiz diversas perguntas àquele policial, como: quantas eram as vítimas, o número da placa do veículo que teria causado o acidente etc. Ainda ali, fui informado por alguém qual seria o número daquela placa, o qual foi anotei imediatamente. Na sequência, perguntei as características do veículo, e para minha surpresa, o policial disse que não havia registro. Indagados como sabiam a placa e não sabiam as características do veículo, todos silenciaram e se entreolharam, pois não havia anotação do número da placa do veículo atropelador.”

Em seu relato, o experiente delegado, conta que retornando com a equipe para delegacia, começou a investigação com apenas o número de uma placa ouvido no Posto Policial do HGV. Na delegacia havia um grande livro com todas as placas registradas. Para encurtar a história, o Agente de Polícia José Nogueira chegou ao autor do acidente, que ceifou prematuramente a vida daquela menininha. De olhos arregalados e com a fisionomia ainda desconfiada, Vaccarezza conclui:

“Até hoje, meus amigos, não se sabe como o número daquela placa chegou aos meus ouvidos, realmente prefiro acreditar que o dono do veículo estivesse lá,

já que minha mente cartesiana pensa que, se foi de outra forma, fica por conta da crença e da imaginação de quem tenha outra explicação”.

A postura controlada, assertiva e serena do DPC Cândido Vaccarezza vai se modificando durante a conversa ao relatar que, ainda no exercício da titularidade da Delegacia de Economia Popular, foi promovido para a última classe e indicado o cargo de assistente, na Assessoria de Planejamento – ASPLAN, na gestão do Secretário Cel. Antônio Bião Martins Luna, e sua atuação foi totalmente voltada para o serviço administrativo. Ao registrar que, posteriormente, assumiu a chefia de gabinete dos Delegados-Gerais Jurandir João Moisés, por duas vezes, Edgar Cavalcanti Medrado e Edmilson Nunes de Almeida, a fala de Vaccarezza vacila e a emoção toma conta de todos no grupo. Ainda com a voz embargada, ele fala da sua admiração, gratidão e infinita saudade do seu verdadeiro amigo e ex-Delegado-Geral Jurandir.

O registro do nome do DPC Jurandir Moisés ecoa unanimemente pela sala. É inquestionável sua história de competência, inspiração, mas, sobretudo o destaque por sua nobreza no trato com as pessoas, sobre sua conduta humana na defesa dos interesses da instituição e no cuidado diário com todos que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Neste momento, outros relatos foram espontaneamente acontecendo, presenciados pelos convidados, e cercados pelas imagens, em foto, de todos os anteriores Delegados-Gerais da Polícia Civil da Bahia, verdadeiras confissões de um legado intangível próprio de líderes, como foi o Delegado Jurandir João Moisés, falecido no dia 3/7/2015.



Edilamar Calasans, Joselito Bispo, Cândido Vacarezza, Bernardino Brito, Valquíria Barbosa e Edna Brito.

O FUTURO É AÍ

Ouvir e observar as pessoas e seus comportamentos, sonhos e realizações ao longo do tempo, nos ajuda a entender melhor o ponto em que começamos, onde estamos no contexto institucional, social, legal e político, e quais as possibilidades de identificação e/ou construção de oportunidades futuras.

Percebemos que as crenças e teorias do Direito e os modelos oferecidos pelo estado, já não são suficientes para atender de maneira satisfatória a esse quadro de mudanças estruturais, seja pela natureza das coisas, seja pela velocidade de transformação ou incapacidade de adaptação das instituições a estas mudanças.

A história da polícia respalda sua tendência ao positivismo e sua vertente tradicional formalista. Por outro lado, a falência de instrumentos para atender aos anseios de produção jurídica capaz de oferecer ao cidadão segurança e eficiência na tutela jurisdicional, acrescida ao fato das tentativas de privilegiar o social em detrimento do estatal, sem conseguir oferecer soluções para os problemas que se impõem, resulta em nos conduzir para uma reflexão sobre o conflito entre a normatividade e a efetividade da ação policial, influenciando então as novas gerações a buscar novas formas de fazer a junção entre a norma e seus benefícios concretos.

Como um aceno para o futuro, incluímos no roteiro de entrevistas a fala de mais um policial civil, um “novato”, ainda propositalmente aqui posto sem rosto, sem nome, iniciando sua trajetória, mas com a caneta plena de tinta e, nas mãos, as novas páginas a serem escritas na história futura da institui-

ção. Um registro das percepções dos valores, legados e desafios já experimentados, mas que serão amplamente vivenciados nos próximos anos.

Com apenas dois anos de trabalho efetivo na Polícia Civil e pouco mais de 30 anos de idade, nosso “novato” inicia seu relato declarando seu amor e seu sonho desde muito cedo de ser um policial, seguindo, como alguns, o exemplo da própria família. Fazendo uma citação ao Garantismo, teoria jusfilosófica, defendida por Luigi Ferrajoli no fim do século XX, assegura:

“Somos a única instituição do estado imparcial no levantamento dos fatos, com aptidão para investigar. Diferentemente do Ministério Público, que integra um polo

da ação penal, somos garantistas. Temos como função precípua a reconstrução dos fatos passados como elemento fundamental do processo penal, verificando a congruência entre a acusação imputada e o lastro probatório produzido, sem tomar partido de quaisquer das partes envolvidas. Isto é um grande diferencial para a preservação dos direitos fundamentais do cidadão”.

Sobre o trabalho desenvolvido nos últimos 24 meses, relata que sua primeira experiência depois da posse foi na Delegacia Territorial da Liberdade, esclarecendo que constatou grandes limitações estruturais do ambiente, passando pelo tecnológico, considerando que os sistemas informacionais não favorecem o trabalho de investigação em redes so-

ciais abertas e outras ferramentas, além de haver deparado com servidores com mais de 20 anos de serviço que nunca tinham feito uma investigação com quebra de sigilo telefônico, por exemplo; citou outros entraves, como os relacionados à deficiência no quadro de servidores. Ressalta a carência de efetivo como um grande problema a ser superado, tanto para o serviço de atendimento ao público, quanto para a efetiva investigação. Mesmo assim, encontrou policiais dispostos, dedicados à missão e comprometidos com o resultado. De lá pra cá, já participou de várias diligências e levantamentos em local de crime, passando a relatar um evento que lhe marcou:



Foto: Alberto Meraux



Foto: Éloi Correa

“Havia acabado de chegar à delegacia, era cedo, antes das 8h, mas o Coordenador de Investigação já estava lá, e logo tratou de me comunicar a ocorrência de um homicídio em nossa área.

Existia a notícia de possíveis testemunhas ainda no local. O crime tinha acabado de ocorrer. Não poderíamos perder tempo... Imediatamente embarquei na viatura descaracterizada da unidade e seguimos direto para o local do fato.

Antes mesmo de chegar ao local, o rádio da viatura já anunciava que o homicídio não havia sido consumado, portanto a vítima fora socorrida. O nosso plantão do posto policial no hospital, com eficiência, já atualizava a situação da ocorrência.

Estando a vítima sob os cuidados médicos no hospital, resolvemos seguir com a diligência para levantamento de informações sobre o crime, suas circunstâncias, coleta de evidências, testemunhas e possível autoria. Chegando lá, a cena era de uma verdadeira festa de largo. Havia muitas pessoas no local, na rua, no entorno da residência e até no seu interior. Éramos apenas eu, o Coordenador Serafim e o Investigador Brás. Ao avistar as pessoas, logo me dei conta da inferioridade numérica da equipe, e de que, em razão da adrenalina para atender à ocorrência, sequer pensei no básico cuidado de vestir o colete balístico. Estava armando, mas desprotegido...

Na sequência, entramos no imóvel, mas quando ainda constatávamos as evidências do crime, pelo celular, Serafim recebe a notícia de um informante anunciando a aproximação de dez homens armados, chegando ao local para “terminar o serviço...”.

Na rua, que a esta altura já estava deserta, voltei-me aos colegas veteranos indagando sobre o que faríamos. Numa tranquilidade inimaginável, disse Serafim

que eu deveria abrigar-me atrás de um poste e que ele ficaria escudado pela viatura, enquanto Brás buscaria a proteção de um arbusto... Complementando: ‘92, (como são chamados os delegados, no código fonético da Polícia Civil), fique atento, a primeira imagem que aparecer dos caras, abrimos fogo ...”

Eu perguntei, já atrás do poste: ‘Você tá vendo alguma coisa?’ Foi então que ouvi a voz de Brás, berrando: ‘92, não confia muito na visão de Serafim que ele é meio cego de um olho...’ Rapidamente lembrei que, de fato, Serafim sofria de diabetes.

Considero aquele dia o meu batismo policial. Pois, caso passado, até hoje não tenho certeza da existência dos dez homens. O que sei foi que a tentativa de homicídio foi elucidada e os autores presos. Meus companheiros de trabalho, Serafim e Brás, estão bem, graças a Deus, e que assim possamos permanecer ainda por muitos anos!”

O relato do “novato”, além do susto pitoresco, aponta para a relevância do processo de aprendizado e integração dos novos policiais na verdadeira rotina de uma delegacia. O registro de sua vivência prática, serve de reforço para o constante processo de modernização institucional, sobre as recomendações feitas durante os cursos de formação e aperfeiçoamento das carreiras policiais, para que os policiais não desprezem a necessidade de executar minimamente o planejamento de uma ação no atendimento de uma ocorrência, inclusive checando o equipamento e as condições da equipe, dentre outras precauções, bem como a atenção de acolher adequadamente os “novos” servidores ao ambiente de trabalho, gerenciando cuidadosamente os riscos próprios da função policial.

3

SÍMBOLOS, CRENÇAS, PRINCÍPIOS E VALORES

Por definição da Lei Orgânica, são símbolos institucionais da Polícia Civil do Estado da Bahia: o hino, a bandeira, o brasão e o distintivo de serviço ostensivo. Encontramos, porém, outras referências simbólicas, como o estandarte, a flâmula e o selo.

PARA ENTENDER E RECONHECER OS SÍMBOLOS INSTITUCIONAIS, ANTES, PORÉM, DEVEMOS CONHECER SEUS PRINCÍPIOS BASILARES E PRECEITOS ÉTICOS:

- Servir à sociedade como obrigação fundamental;
- Preservar a ordem, repelindo a violência;
- Promover, respeitar e fazer respeitar os direitos e garantias fundamentais;
- Adotar como princípio fundamental o companheirismo e a união;
- Respeitar a dignidade da pessoa sujeita ao processo investigatório;
- Pautar as ações pela verdade e responsabilidade, como fundamentos da ética do serviço policial;
- Adotar medidas preventivas contra perturbações da ordem pública, ainda que fora de serviço ou quando solicitado, adotando as providências que se fizerem necessárias;
- Observar os princípios de competências e atribuições dos órgãos e dos seus dirigentes;
- Exercer as atribuições policiais com probidade, discricção e moderação, observando os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e interesse público.



PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

LEGALIDADE
IMPESSOALIDADE
MORALIDADE
EFICIÊNCIA
HIERARQUIA FUNCIONAL
DISCIPLINA FUNCIONAL
UNIDADE DE DOUTRINA E A UNIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA, APLICADOS À INVESTIGAÇÃO POLICIAL
INTERDISCIPLINARIDADE DA INVESTIGAÇÃO
INDIVISIBILIDADE INSTITUCIONAL E DA INVESTIGAÇÃO
AUTONOMIA NA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL
A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
AUTONOMIA NA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL

REFERÊNCIA HISTÓRICA

O Decreto nº. 26.287, de 10 de agosto de 1978, definiu como símbolos da Polícia civil, o brasão, o selo e a insígnia; indicando os modelos e a descrição respectiva. Em 11.04.1981, através do Decreto nº. 27.904, foram ainda instituídos os símbolos heráldicos da Polícia Civil do estandarte e a bandeira. Os referidos símbolos, embora criados tendo como referência iniciais as atribuições da Secretaria da Segurança Pública, foram especificamente adotados como símbolos da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA, BAHIA. Através da Lei nº. Lei nº 11.370, de 4 de fevereiro de 2009, outros símbolos foram incorporados ao Art. 7º. São símbolos institucionais da Polícia Civil do Estado da Bahia: o hino, a bandeira, o brasão e o distintivo de serviço ostensivo.

HINO DA POLÍCIA CIVIL

Poema: Delegado Geraldo Artur Reis de Castro
Música: Maestro Alcyvando Linguari da Luz

Em defesa de legais valores
Na batalha do bem contra o mal
No combate, em duros labores
Entre a vida e a morte, o fanal.

Ela tomba nos braços da história
Ressucita nos sonhos de mil
Não deseja pra si honra ou glória
É polícia, é forte, é viril

No respeito à lei se filia
Rediviva no seu ideal
É Polícia Civil da Bahia
Mantedora da paz social.

Pôr do sol tem o herói Tiradentes
Alicerce de raça e de luta
No brasão e bandeira presentes
Simbolismo de honra e labuta.

Suas cores definem em concreto
A imagem de sua grandeza
No azul de um céu descoberto
E no branco da paz, a pureza.

No amor de seus filhos certeza
Do dever que comandamos é guia
No pulsar desses peitos, nobreza
É Polícia Civil da Bahia.



Delegado Geraldo Artur Reis de Castro



Maestro Alcyvando Linguari da Luz



Ouça o Hino da
Polícia Civil



A BANDEIRA

De construção retangular, medindo 90 cm de altura por 135 cm de comprimento, deverá atender aos seguintes requisitos:

Campo vermelho com duas faixas de azul ultramar, contendo dois filetes brancos, com 1 cm de altura, cada um, que as unem ao primeiro; as faixas filetadas serão costuradas aos bordos superior e inferior, tendo cada uma 10 cm de altura. Centrado

sobre o campo vermelho, junto à tralha, o brasão da Polícia Civil com 62 cm de altura, pleno e em suas cores, tendo, entre sua extremidade lateral direita e o bordo da tralha, 7 cm de afastamento. O pano será costurado a uma guarnição branca, de igual tecido e comprimento, com 2 cm de altura, na qual se prende a adriça. Em seu todo, será confeccionado em tecido “filete” ou “tergal”.

A BANDEIRA CONTA COM OS ACESSÓRIOS DENOMINADOS ROSETA E TALABARTE, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS, CONFORME DESENHOS:

A bandeira deve ser hasteada sempre durante os dias úteis, no horário de expediente; nos dias de festa ou luto, nacionais ou estaduais; da Polícia Civil. Devendo ficar no frontispício do edifício-sede da Polícia Civil do estado, bem como, em todas as dependências policiais. Também poderá ser hasteada em mastro ou adriça, nas sedes em que haja representação policial civil, bem como, poderá ser conduzida em formaturas, desfiles ou mesmo individualmente, ou ainda distendida sobre ataúde, até o momento do sepultamento dos mortos em cumprimento do dever ou dos seus altos dirigentes.

ROSETA: circunferência, formada por três faixas proporcionais de 3,5 centímetros de largura, cada uma, sendo que a primeira e a interna são de cor azul e a mediana de cor vermelha; duas fitas integrantes do conjunto, nas dimensões de 11 centímetros de largura e 75 centímetros de comprimento, cada uma que sobressai da roseta, sendo que cada fita conterá duas faixas de igual tamanho, uma azul e outra vermelha e, nas extremidades, franjas na cor branca.



TALABARTE: faixa de 10 centímetros de largura por 1,80 metro de comprimento, dividida por sete partes longitudinais e proporcionais entre si, nas cores azul e vermelha, alternadamente; acompanhado de suporte do mastro da bandeira, a ser confeccionado em metal. O talabarte poderá constituir-se acessório do estandarte quando necessário.



O BRASÃO POLICIAL

A cruz pátea de prata, de pé aguçado, simboliza a Bahia, aludindo à figura da Ordem de Cristo que ostentavam as caravelas do Descobrimento, ao marco de fé que foi firmado no Brasil para a primeira missa e a catequese - eventos destacados na formação da nacionalidade, implantados no território baiano. Determina sua estilização em prata, por diferença, a significação da integridade, da equidade e da vitória sem sangue. As torres e a bordadura, de prata, destacam as atribuições da Secretaria de Segurança Pública. A bordadura, por sua construção dentada, dá um fecho de proteção às figuras inscritas no escudo e retrata as ameias fortificadas do castelo - símbolo heráldico da segurança adequado à entidade.

As torres, como peça do tabuleiro, complementam a representação associando a segurança a uma ideia da polícia, objetivos principais da Secretaria. A estrela adotada como insígnia, é símbolo de estado, cuja representação consta no Pavilhão Nacional. Os ramos de carvalho assumidos como suportes, são indicadores da atividade policial inerente à Secretaria.



Descrição: Escudo-Azul, uma cruz pátea de prata, de pé aguçado, cheia do primeiro, acompanhada de duas torres de prata, lavrada e aberta de preto; bordadura dentada, do mesmo metal. Insígnia: estrela de cinco pontas, de prata. Suportes: dois ramos de carvalho, com folhas e frutos, de prata.

O **SELO PERSONALIZADO** é uma peça decorativa utilizada em correspondências oficiais, contendo, sobre um campo vermelho na primeira imagem, raios que partem da estrela do brasão, ao centro, o brasão da Polícia Civil, emoldurado por dois listéis de cor azul-marinho, sendo o listel superior, com duas dobras nas extremidades e inscrita a expressão “POLÍCIA CIVIL” e, no listel inferior, também com duas dobraduras, a inscrição “DA BAHIA”. Todo o selo será margeado por pontilhado na cor branca.



NOVO PADRÃO DO DISTINTIVO DE SERVIÇO POLICIAL

DESCRIÇÃO DO NOVO DISTINTIVO DE SERVIÇO

O novo padrão consiste: em um escudo metálico com 8,5 cm de altura e 6,44 cm de largura, de campo dourado com raios de luz que partem da estrela do brasão; o brasão da Polícia Civil em suas cores e formas, com 3,8 cm de altura, guardadas as suas proporções e encimado por um listel dobrado onde se insere a palavra POLÍCIA em preto, com fonte Arial Black e, na parte inferior, outra faixa dobrada, onde se insere a palavra CIVIL, também em preto com fonte Arial Black; abaixo do listel inferior, centralizado e em corpo menor a sigla do estado da Bahia: BA.

Em 2018 a Polícia Civil iniciou estudos visando instituir normas voltada à padronização de cores, *layout* das unidades policiais, novo modelo da carteira funcional, distintivo e vestimentas padronizadas que atendessem às necessidades excepcionais e especiais da instituição ou dos órgãos que a compõem.



“O MOVIMENTO ACOMPANHA O DESEJO DE RESGATE IDENTITÁRIO DA POLÍCIAS CIVIS DO BRASIL, INCLUSIVE NA ADOÇÃO “DO PRETO E DO BRANCO” COMO PADRÃO DE COR, REPRESENTATIVA DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO - A BAHIA BUSCARÁ SUAS ORIGENS, FORTALECENDO SUA IDENTIDADE HISTÓRICA”.

Bernadino Brito Filho,
Delegado Geral, 2018.
Reportando-se ao último encontro
de Delegados-Gerais do Brasil



Padrão atual usado na Polícia Civil da Bahia.

CURIOSIDADE

Algumas vezes ouvimos o uso do termo insígnia como representativo do Brasão ou do Distintivo policial. Na verdade, insígnia é um sinal ou marca que identifica uma instituição, um cargo ou um estatuto de uma determinada pessoa. As insígnias são, normalmente, usadas sob a forma de emblemas ou distintivo. São os elementos simbólicos característicos da marca. No brasão, por exemplo, a presença das torres, segundo a simbologia heráldica, são originalmente representativas da Secretaria de Segurança Pública, associadas a uma ideia de política, principal objetivo da Secretaria, mas que hoje integram a identidade da Polícia Civil do Estado da Bahia.

O ESTANDARTE

Este é um símbolo emblemático e representativo do Delegado-Geral. Um tipo de bandeira, ricamente bordada em tecido de seda, grosso, com duas frentes e aplicações feitas em fio nas cores ouro e prata em toda a extensão dos seus três bordos externos, com franjas douradas, de 4 cm de altura. Este tipo de “bandeira” não se presta a ser hasteada, podendo em algumas situações ser levada como “guia” representativa da insígnia emblemática da figura do representante máximo da Polícia Civil. Utilizada por diversas instituições, o termo “estandarte” é aplicado por várias corporações civis ou militares, ou até comunidades religiosas e pessoas de famílias reais. Ocasionalmente o termo é usado como significando uma bandeira em geral.

Como atributo permanente do Delegado Geral da Polícia Civil, o estandarte deverá ser firmado de modo destacado em seu Gabinete de Trabalho e ostentará sobre seu pano, no espaço compreendido pela faixa superior, junto à haste, e, em volta da lança, respectivamente, as medalhas, insígnias e colares de ordens honoríficas conferidas à Polícia Civil.

DESCRIÇÃO DO ESTANDARTE: retângulo na vertical, medindo de pano 142 cm de comprimento por 96 cm de altura, retângulo na vertical com a extremidade inferior terminando por um vértice, obedecendo às seguintes disposições:

Em campo vermelho, com duas faixas de azul-ultramar e dois filetes de cor prata com 1 cm de altura, que as unem ao primeiro, as faixas filetadas serão costuradas sobre os bordos superior e inferior do campo e terão 10 cm de altura;

Sobre o campo vermelho, no seu centro, o brasão da Polícia Civil da Bahia, pleno, nas cores próprias, com 52 cm de altura, guardadas as suas proporções;

O brasão está envolvido em dois listéis dobrados, forrados e orlados de azul-ultramar, dispostos sobre o campo vermelho em seus limites superior e inferior, com 2 cm de menor afastamento dos filetes;

O listel superior, com 7 cm, apresenta duas dobras centrais e duas nas extremidades, mostrando o forro e três secções frontais inscritas, respectivamente, com as expressões “9” precedidas de uma

folha de carvalho vazada e disposta em faixa, “DE JULHO DE” e “1976”;

O listel inferior, com 8 cm de altura e com abertura maior, igual a 114 cm, apresenta duas dobras centrais e duas nas extremidades, mostrando nestas últimas o forro e três secções frontais inscritas, respectivamente, com as expressões “SSP”, “POLÍCIA CIVIL” e “BAHIA”;

O pano do estandarte será ornamentado em toda a extensão dos seus três bordos externos, com franjas douradas, de 4 cm de altura;

O pano ajustar-se-á à haste por uma dobra inteira, do mesmo, mantidas suas cores e divisões, e,

por um cordão dourado, de 15 mm de diâmetro e dois metros de comprimento, cujas pontas sustentam duas borlas de idêntico metal, que atravessam o tecido na meia altura da faixa superior, distando 3 cm da costura da dobra;

O cordão será ajustado com duplo laço voltado para frente, ficando as borlas com um desnível comum, igual à altura de uma delas;

Confeccionado em tecido de seda, grosso, o estandarte terá duas frentes, com aplicativos e bordados feitos a fio nas cores de ouro e prata.



A FLÂMULA

A flâmula da Polícia Civil do Estado da Bahia é um retângulo na vertical com a extremidade inferior terminando por um vértice, medindo de pano 30 cm de largura por 42 cm de altura, que será usada em circunstâncias de cerimônias simbólicas específicas autorizadas, pelo Delegado-Geral.

Especificações:

1) Sobre o campo vermelho, no seu centro, o brasão da Polícia Civil da Bahia, pleno, nas cores próprias, com 21,7 cm de altura, guardadas as suas proporções;

2) O brasão está envolvido em dois listéis dobrados, forrados e orlados de azul-ultramar, dispostos sobre o campo vermelho em seus limites superior e inferior, com 2 cm de menor afastamento dos bordos;

3) O listel superior, com 4,5 cm de altura, apresenta duas dobras nas extremidades, mostrando o forro e na secção frontal inscrita a expressão “POLÍCIA CIVIL”;

4) O listel inferior, com 4,5 cm de altura, apresenta duas dobras nas extremidades, mostrando o a inscrição “DA BAHIA” na secção frontal;

5) O pano será ornamentado em toda a extensão dos seus três bordos externos, com franjas douradas, de 3 cm de altura;

6) O pano ajustar-se-á a uma haste de metal prateado na parte superior com duas ponteiros esféricas de igual metal, por uma dobra inteira de pano azul-ultramar costurada no bordo externo, nas ponteiros será fixado um cordão dourado rente.

MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL CIVIL

Medalha do Mérito Policial Civil “Cruz da Ordem”, instituída pelo art. 105, da Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 foi modificada pelo Decreto nº 18.283 de 23 de março de 2018, passando a ser outorgada pelo Governador do Estado da Bahia.

CURIOSIDADE

Em sua origem a Cruz da Ordem está associada à fé cristã, criada com a finalidade de proteger os peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, mais precisamente no caminho de Jafa a Cesareia, quando eram vítimas de ladrões em todo o percurso. Fundada após a Primeira Cruzada, por Hugo de Payens, em 1118, com o apoio de mais oito cavaleiros, entre eles André de Montbard, foi reconhecida oficialmente por meio da emissão da bula papal *Omne datum optimum*, em 29 de março de 1139 pelo papa Inocêncio II. A organização cresceu rapidamente em poder, possuindo uma grande infraestrutura econômica decorrente de doações.



Medalha Cruz da Ordem

Também conhecidos como Templários ou Cavaleiros Pobres de Cristo, os combatentes da Ordem levavam uma forma de vida austera. Destemidos, não tinham medo de morrer para defender os cristãos que saíam em peregrinação. Se capturados, os Cavaleiros da Ordem rechaçavam com desprezo a liberdade oferecida em troca da possibilidade de renúncia à fé cristã. Os registros históricos apontam que, embora não fossem muito numerosos, eram respeitados e temidos.

A Medalha do Mérito Policial Civil representa o reconhecimento aos servidores policiais civis ou pessoas que contribuíram para o engrandecimento institucional da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Simboliza sobretudo a integridade, dedicação, coragem, equidade, justiça e trabalho destas pessoas e organizações em prol da sociedade baiana, elevando a imagem e a reputação da instituição policial. A honraria será constituída de diploma e respectiva Medalha, cuja solenidade de outorga sempre ocorrerá, anualmente, pelo Governador do Estado da Bahia.

Na proposição de concessão é feita a qualificação da pessoa ou entidade a ser agraciada, com indicação da conduta íntegra, serviços prestados e condecorações que lhe tenham sido outorgadas, repercutindo para o engrandecimento institucional da Polícia Civil e pontuando para promoção, por merecimento, quando for servidor da Polícia Civil.

LIDERANÇAS

SEUS GRANDES MARCOS E LEGADOS

Buscando enfatizar e reconhecer a atuação daqueles que ajudaram a engrandecer a Polícia Civil por meio do seu esforço pessoal, do seu comando e do trabalho em equipes, será utilizada a galeria de fotos das principais lideranças da Polícia Civil do Estado da Bahia, seus Delegados-Gerais no período de 1966 a 2018.

Portanto, fazendo um recorte temporal de aprofundamento de informações mais detalhadas dos eventos da última década, serão destacados os principais marcos e legados representativos de cada período desses gestores, bem como pessoas que colaboraram para que a instituição alcançasse a notoriedade e o destaque como uma instituição das mais sólidas e eficientes no combate ao crime e à violência, estando entre as melhores polícias do Brasil.

TODO CANDIDATO A
QUALQUER UM DOS CARGOS
DAS CARREIRAS POLICIAIS
SÃO SUBMETIDOS A
INVESTIGAÇÃO SOCIAL.

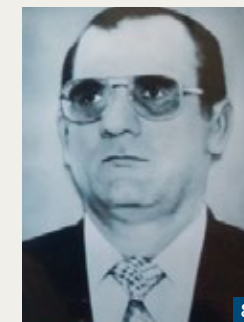
NO INÍCIO DOS TEMPOS

LIDERANÇAS DO PERÍODO (1966-1971)



1. RUY DE LIMA PESSOA (4 de julho de 1966); **2.** NIVALDO LINS COSTA (17 de outubro de 1966); **3.** LEMAM DE SANTOS PALMEIRA (24 de outubro de 1966); **4.** RENATO TEIXEIRA BESSA (11 de abril de 1967); **5.** CLAUDIONOR DORIA LACERDA (5 de maio de 1967); **6.** MÁRIO DE MOURA CONCEIÇÃO (23 de março de 1971)

LIDERANÇAS DO PERÍODO (1977-1990)



7. ANTÔNIO MEDRADO DE ALCÂNTARA (28 de outubro de 1977) e **8.** JURANDIR JOAO MOISES (16 de março de 1979); **9.** JURANDIR JOÃO MOISÉS (15 de março de 1983); **10.** AMÉRICO FÂSCIO LOPES (18 de março de 1987); **11.** JURANDIR JOÃO MOISÉS (6 de setembro de 1989); **12.** JOÃO BARBOSA LARANJEIRA DE CARVA (23 de janeiro de 1990)

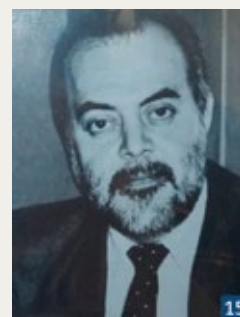
LIDERANÇAS DO PERÍODO (1990-1997)



13



14



15



16



17



18

13. EDGAR CAVALCANTI MEDRADO (14 de março de 1990); **14.** JOSÉ CARLOS TRAVESSA DE SOUZA (16 de março de 1991); **15.** FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETO (5 de junho de 1991) e **16.** ALTAMIRANDO ALVES RODRIGUES (11 de março de 1992); **17.** JURANDIR JOÃO MOISÉS (16 de março 1995); **18.** ALTAMIRANDO ALVES RODRIGUES (6 de janeiro de 1999)

LIDERANÇAS DO PERÍODO (2003-2011)



19



20



21



22



23



24

19. VALDIR GOMES BARBOSA (4 janeiro de 2003); **20.** JACINTO ALBERTO CORREIA DA SILVA (20 de fevereiro de 2003); **21.** EDMILSON NUNES DE ALMEIDA (2 de janeiro de 2005); **22.** JOAO BARBOSA LARANJEIRA DE CARVA (2 de janeiro 2007); **23.** JOSELITO BISPO DA SILVA (22 de fevereiro de 2008) e **24.** HÉLIO JORGE PAIXÃO (4 de fevereiro de 2011)

LIDERANÇAS DA ÚLTIMA DÉCADA ATÉ OS DIAS ATUAIS



JOSELITO BISPO DA SILVA (2008-2011)

Nascido em 23/8/1948, casado, filho de João Catarino da Silva e Edith Bispo Ribeiro, natural de Nazaré (BA), embora tenha ingressado no serviço público em 3/1/1969 (Guarda Civil), só em 11/10/80 tomou posse como Delegado de Policia.

Foco da gestão: Mais integração entre as Polícias Civil e Militar, redimensionamento das áreas de combate à criminalidade e violência, além de uma maior integração entre as unidades policiais e a comunidade; fortalecimento das relações entre as polícias, a justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o sistema penitenciário.

O DPC JOSELITO BISPO DA SILVA ingressou no serviço público estadual por meio de concurso para a Guarda Civil em 3/1/1969, e posteriormente prestou novo concurso para o cargo de delegado de Polícia, sendo nomeado em 11/10/80. É Graduado em Direto pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL), com especialização em Direito Penal e Processual Penal pela Fundação Orlando Gomes/UFBA e em Direito Público e Gestão em Políticas Públicas. Atua como docente na ACADEPOL, na Academia da Polícia Militar, e em universidades públicas e particulares, ministrando disciplina jurídica e de investigação policial. Ocupou diversas funções de direção e ministrou aulas de metodologia da investigação policial e disciplinas jurídicas. Atuou inicialmente como chefe de Seção de Roubos e Extorsões na Delegacia de Repressão a Furtos Roubos. Exerceu titularidade das seguintes delegacias: Tóxico e Entorpecentes, Repressão a Furtos e Roubos, Sexta Territorial por dois períodos, Décima Segunda, Diretor do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), do Departamento de Crimes Contra Vida (DCCV), em 2005 passou a desenvolver suas atividades na ACADEPOL, de onde saiu em 22/2/2008 por ter sido indicado pelo Secretário da Segurança Pública Antonio Cesar Nunes e nomeado pelo Governador Jaques Wagner, Delegado-Geral da Policia Civil do Estado da Bahia.

DESTAQUES DA GESTÃO

Algumas das principais realizações (2008-2011):*

Concursos para os cargos de Delegado de Polícia, Investigador e Escrivão; Mudança no regime de trabalho e horário de funcionamento das Delegacias de Polícia da Capital, RMS e interior do estado; Formalização dos pedidos de implantação das gratificações de Titulação e Substituição; Formalização das mudanças de classes em razão da aprovação da Lei Orgânica; Elaboração e publicação da Lei Orgânica da Polícia Civil; Criação da GAJ e revisão da política de pagamento das gratificações e outras vantagens dos servidores da Polícia Civil; Redimensionamento das áreas das unidades operacionais, compatibilizando ao padrão de Regiões Integradas de Segurança Pública e Áreas Integradas de Segurança Pública (RISP e AISP); Implantação das novas Estruturas Administrativas e Operacionais; Autonomia Administrativa e Financeira da Polícia Civil da Bahia.

*Dados levantados de fevereiro de 2008 a dezembro 2010.



HÉLIO JORGE PAIXÃO (2011-2015)

Nascido em 1/6/1967, casado, filho de José Lacerda Paixão e Maria Isabel Oliveira Paixão, natural de Salvador, ingressou na PCBA em 31/10/1995.

Foco da gestão: Melhorar o desempenho das unidades policiais e departamentos da PCBA; combater o narcotráfico e colaborar na redução das taxas de homicídio no estado, criando um Departamento de Homicídios visando qualificar ainda mais, a investigação desta modalidade de crime; implantar na Polícia Civil projeto que integre a atividade de investigação às Bases Comunitárias de Segurança Pública e priorizar o fim da superlotação de presos em todas as delegacias da Bahia.

DESTAQUES DA GESTÃO

Algumas das principais realizações (2011-2015):*

Criação e estruturação do Departamento de Homicídios de Proteção à Pessoa – DHPP, com fortalecimento do processo de investigação desta modalidade; Criação e padronização do Serviço de Investigação de Local de Crime – SILC; Participação no processo de construção e implementação do Programa Pacto Pela Vida - PPV; Realização de concurso público para Delegados, Investigadores e Escrivães; Deflagração do processo de redução do número de presos custodiados em Delegacias; Promoção de servidores.

*Dados levantados de fevereiro de 2011 dezembro 2014.



BERNARDINO BRITO FILHO (2015-2020)

ATUAL DELEGADO-GERAL
DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

Nascido em 2/8/1966, solteiro, filho de Bernardino Brito e Agda de Oliveira Brito, natural de Muritiba (BA), ingressou na PCBA em 31/10/1995.

Foco da gestão: Melhoria das condições de trabalho da PCBA, particularmente no interior, renovação do quadro de pessoal, normatização e profissionalização da carreira policial civil, transparência da gestão, retirada da custódia de presos das delegacias e especialização e qualidade da investigação policial.

Formado em Direito pela Universidade Católica de Salvador (UCSal) e pós-graduado em Direito Público pela Universidade Salvador (UNIFACS), Bernardino Brito ingressou na carreira policial em 22/1/1986 como aluno a oficial da Polícia Militar, formado na turma Antônio Factum Pitta, saindo aspirante a oficial em dezembro de 1988, tendo, ainda, cursos de extensão nas áreas do Direito Eleitoral e Direito Administrativo, com foco em procedimentos disciplinares. Em 12/12/1995 tomou posse como Delegado de Políca. Possui experiência em docência em estabelecimentos públicos e privados no Ensino Médio e Superior. Na Polícia Civil, assumiu a titularidade das Delegacias Territoriais (DT) de Rui Barbosa, Conceição de Feira, Muritiba, Santo Amaro e Coordenador Regional do município de Juazeiro, chegando ao cargo de diretor do Departamento de Polícia do Interior (Depin), em 2007, onde permaneceu até ser nomeado delegado-geral adjunto em 2011, sendo posteriormente conduzido ao cargo de Delegado-Geral em 4/2/2015, pelo Governador Rui Costa.

DESTAQUES DA GESTÃO

Algumas das principais realizações (2015-2018):*

Melhoria e ampliação da rede física no interior do estado, com implantação de Distritos Integrados de Segurança – DISEP e DEAMs, com execução de aproximadamente R\$ 7 milhões em equipamentos (móbi-liário e informática), por meio do suporte logístico do DEPAF à Direto-ria Geral da SSP, PM, BM e DPT, inaugurando e dotando de meios para fazer funcionar todas as novas unidades implantadas; Fortalecimen-to das Corregedorias Regionais no interior do estado; Investimento em capacitação de servidores no interior do estado; Estruturação do DRACO, com fortalecimento da Repressão Qualificada; Desempenho operacional positivo das equipes, com reconhecimento e pagamento de premiação em 2018 (PDP); Implantação do Escritório de Projetos e Processos; Regularização do pagamento das gratificações GAJ e GAPJ; Realização de concurso público para Delegados, Investigadores e Escrivães; Redução substancial do número de presos custodiados em delegacias; Lançamento do Programa de Valorização do Servidor Policial Civil; Regulamentação da Medalha de Mérito Policial Civil: “Or-dem do Mérito”; Promoção de servidores; Autorização do Projeto do Inquérito Digital no SEI.

*Dados levantados de fevereiro de 2011 dezembro 2014.



Equipe de Gestores da Polícia Civil (2015-2020): (da esquerda para a direita) Delegados André Augusto de Mendonça Viana (COE), Elaine Nogueira da Silva (ACADEPOL), Francisco José Oliveita Guedes Chagas (DEMEP), Élvio Brandão de Oliveira (DCCP), Ivo Carvalho Tourinho (POLINTER), Maria Fernanda Porfírio de Souza (DEPOM), Gildécio José de Souza (DEPAF), José Eduardo de Oliveira Barbosa (DIP), Bernardino Brito Filho (Delegado-Geral), Marcia Xavier Barbosa (CDEP), Heloísa Campos de Brito (Delegada Geral-Adjunta), Kátia Maria Brasil Adube (CORREPOL), Flávio Augusto de Andrade Góes (DEPIN), José Alves Bezerra Júnior (DHPP), Fábio Santos da Silva (CFPC), Marcelo Costa Sansão (DRACO), IPC Valter Souza Barbosa (CTIT) e o jornalista Antônio Jorge Ferreira dos Santos Silva – Tony (Ascom).



HELOÍSA CAMPOS DE BRITO (2021-)

ATUAL DELEGADA-GERAL
DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

Nascida em 30/03/1972, casada, filha de Aloízio Menezes de Brito e Eveni Campos de Brito, natural de Jaguaquara-BA, ingressou na PCBA em 14/05/1996. Foco da gestão: excelência na investigação criminal, aperfeiçoamento na produção do conhecimento, consistência e integração nas bases de dados, fortalecimento institucional, valorização e cuidado com os servidores, padronização de procedimentos.

Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. É especialista Internacional em Segurança Pública pela Università Degli Studi Di Padova, em Gestão Estratégica em Segurança Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui experiência em administração pública, gestão de pessoal e investigação criminal. Foi Diretora do Departamento de Polícia Metropolitana (DEPOM), Corregedora-Chefe da Corregedoria da Polícia Civil, Diretora da Academia de Polícia Civil (Acadepol) e Delegada-geral Adjunta

Laureada com a Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier "Tiradentes" (Governo do Estado da Bahia), Medalha do Mérito da Segurança Pública (Governo do Estado da Bahia), Medalha do Mérito da Casa Militar do Governador, Medalha do Magistério com Menção Honrosa, (Secretaria de Segurança Pública).

Dados levantados de dezembro
de 2020 a janeiro 2022

DESTAQUES DA GESTÃO

Algumas das principais realizações (2020-2022):*

Aquisição de equipamentos para modernização, fortalecimento da investigação criminal, fortalecimento da inteligência, incluindo rastreadores, drone térmico, miras de visão rápida, e software de georeferenciamento, software de extração de dados, estruturação da rede de Inteligência, transferência do Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e a montagem do CyberLAB, além da reestruturação do serviço de interceptação telefônica. Adquiriu também material para melhorar o atendimento policial e para valorização do servidor abrangendo equipamentos médicos. Também realizou intervenções na rede física em unidades da capital, RMS e interior, além da nova sede da ACADEPOL (ações em andamento). Foram criados protocolos e capacitações para atendimento de grupos vulneráveis; atendimento à mulher; idoso; criança e adolescente; local de crime, dentre outros. Também houve avanço na oferta de serviços tecnológicos, especialmente com a implantação do Inquérito Policial Digital, através do sistema PPE/SINESP e elaboração do Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária. Ainda no campo da tecnologia, ocorreu a modernização do parque tecnológico, com a aquisição de novos microcomputadores, novos pontos de rede (ponto lógico), projetores e scanners. Autorizado um novo concurso público com previsão de vagas para: 150 Delegados, 150 Escrivães e 700 Investigadores. O Desdobramento da Estratégia foi deflagrado, além de planos setoriais elaborados. Realizadas visitas técnicas sistemáticas nas unidades operativas. Também ocorreram ações de valorização e cuidado com o servidor, como a reestruturação do CRH, realização de parceria estratégica com o Ministério da Justiça e órgãos estaduais, como a Defensoria Pública. Apresentou iniciativas de ações sociais direcionadas para os que mais precisam.



Foto: Haackel Renato Dias Silva

Equipe de Gestores da Polícia Civil: (da esquerda para a direita) Artur Fernando Guimarães de Jesus Costa (COPJ), Márcia Xavier Barbosa (Ouvidoria), Rogéria da Silva Araújo (DEPIN), Omar Andrade Leal (ISPE), Edenir de Macedo Cerqueira (CORREPOL), Thomas Victor Rodrigues Galdino (DEIC), Márcia Pereira dos Santos (DRACO), Cleandro Pimenta Bastos Neto (CFPC), Giovanna de Andrade Bomfim (CCF), Marcos Cesar da Silva (CORE), Laura Maria Cerqueira Lima Moura (DIALOG), Elaine Nogueira da Silva (Delegada Geral Adjunta), HeLoísa Campos de Brito (Delegada-Geral), Leandro Sady Rodrigues (DGTI), Arthur José Pedreira Gallas e Souza (DEPOM), Ivo Carvalho Tourinho (DIP), Maurício Ribeiro Chaoúí (Chefe de Gabinete), Christhiane Inocência Xavier Rodrigues Coelho (POLINTER), Cristiano Marcos Pitangueira Manguieira (DEPAF), José Alves Bezerra Júnior (DENARC), José Fernando Oliveira dos Santos (ACADEPOL), Andréa Barbosa Ribeiro Magalhães Ribeiro (DHPP), Bárbara Santos Lima (DPSV), Andreza Caroline do Amaral Teixeira e Patrícia Barreto Oliveira (CCI)

GALERIA DE FOTOS COTIDIANO







GALERIA DE FOTOS

OUTORGA DA MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL CIVIL
“CRUZ DA ORDEM”



5

POLÍCIA
CIVIL
EM NÚMEROS

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM CARÁTER PERMANENTE - 2024

Cargo	Ocupados	Capital	RMS	Interior	Feminino	Masculino
Delegado de Polícia Civil	907	393	42	472	322	585
Escrivão de Polícia	871	304	50	517	452	419
Investigador de Polícia	4047	1804	341	1902	697	3350
Total	5825	2501	433	2891	1471	4354

Fonte: BW RH Bahia/Base de dados até 31.08.2024

PRODUTIVIDADE E AÇÕES POLICIAIS - 2016 A 2021

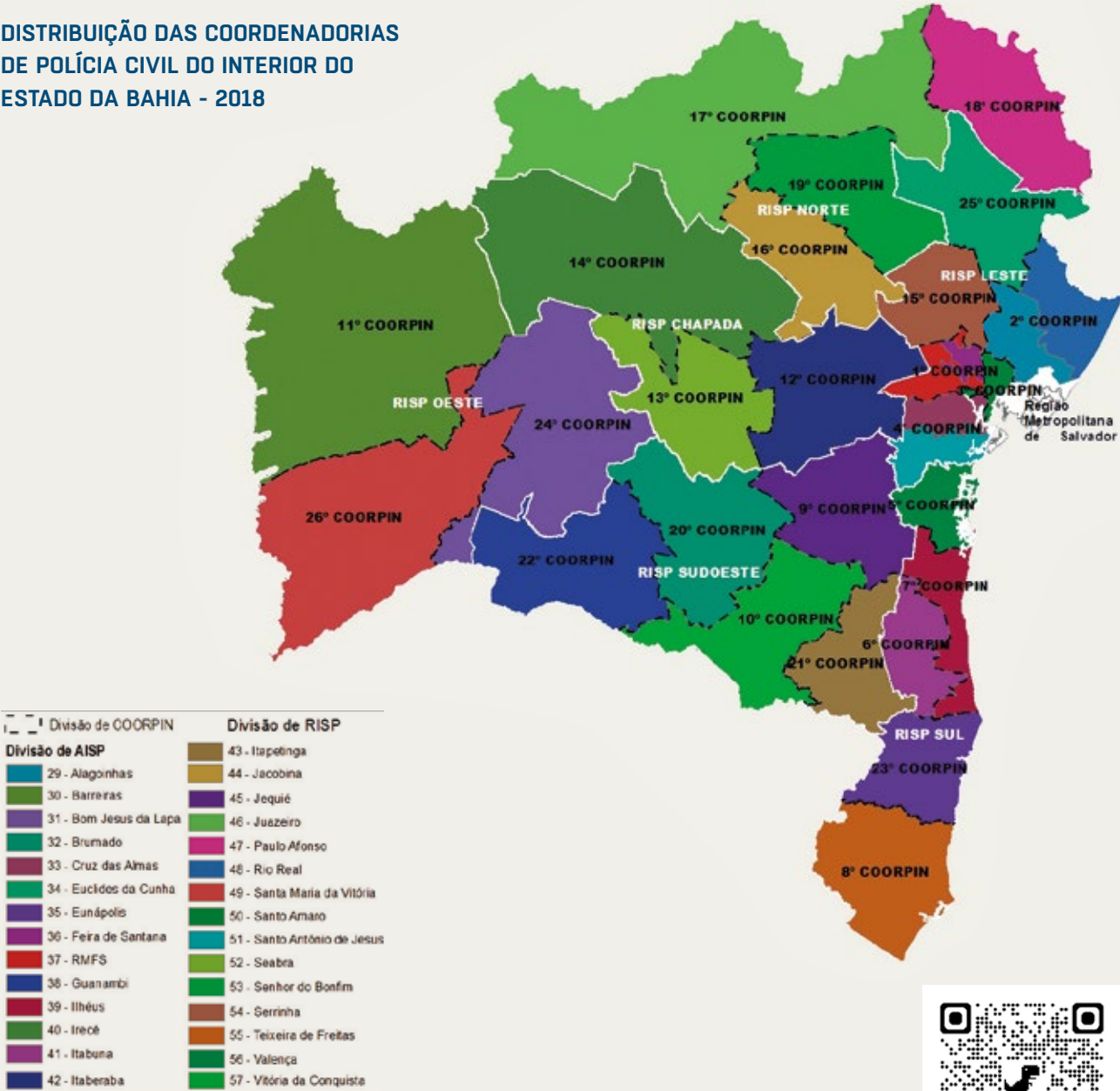
Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Inquérito remetido com autoria	40.441	44.295	46.247	45.466	36.025	29.818	23.313	33.365
Mandado de prisão cumprido	4.503	4.528	3.942	3.623	2.497	2.434	17.831	18.530
Prisão em flagrante	19.148	21.268	20.539	18.448	14.556	12.192	4.767	6.247
Armas apreendidas	6.062	6.389	5.344	4.463	3.991	3.356	5.109	6.346
Drogas apreendidas (kg)	18.715	7.791	8.828	8.552	13.960	12.721	9.561	6.647

Fonte: CDEP/ SGE/ BI

Acesse a versão
online das tabelas



DISTRIBUIÇÃO DAS COORDENADORIAS DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA - 2018

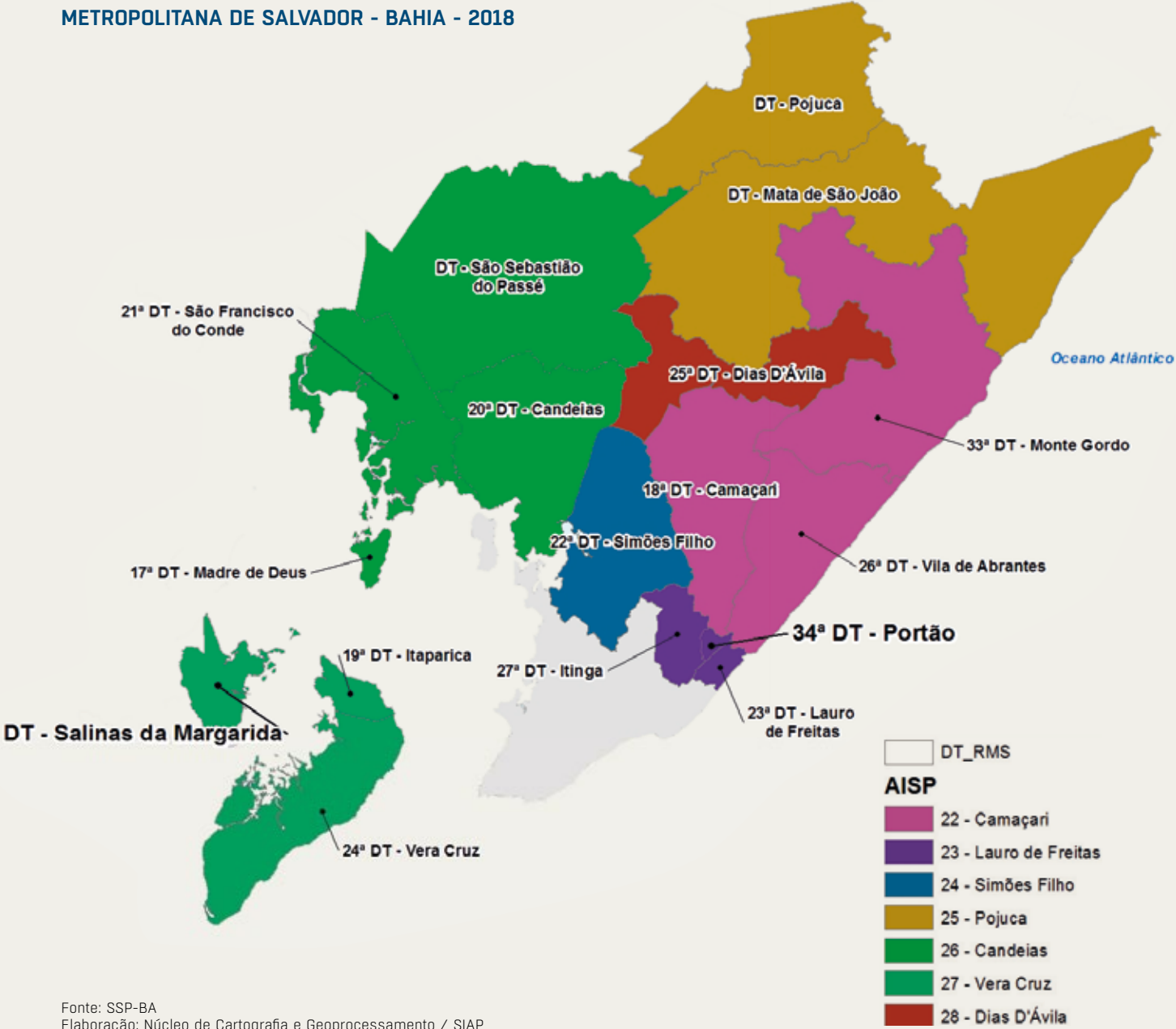


Fonte: Portaria nº 621 de 25 de agosto de 2015 /SSP-BA
Elaboração: Núcleo de Cartografia e Geoprocessamento - NCGEO - SIAP/DAO



Acesse a versão online dos mapas

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (AISP) E DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS TERRITORIAIS (DT) DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR - BAHIA - 2018



Fonte: SSP-BA
Elaboração: Núcleo de Cartografia e Geoprocessamento / SIAP





UMA BREVE VISITA AO FUTURO

Entendendo que qualquer organização para vislumbrar o futuro necessita visitar, conhecer e analisar o seu passado, percebe-se a relevância que envolveu a decisão de se buscar organizar esta publicação.

O desafio fundamental foi superar a escassez de registros formais preexistentes, a diversidade temporal e espacial constatada durante o processo de coleta de evidências históricas, mas, sobretudo, honrar o prazo estabelecido para conclusão da tarefa.

Tendo como motor o imenso desejo de reconhecer o trabalho diário de tantos colaboradores, valerosos integrantes do corpo policial civil de carreira profissional, em sua labuta diária, esta obra foi organizada para provocar diferentes sensações.

Sim, porque é muito bom poder capturar lembranças, perceber sonhos, influenciar aspirações, e até acalantar algumas duras frustrações.

Melhor ainda, é poder alimentar a chama que aquece a alma de todo policial, reforçando suas crenças e impulsionando de forma corajosa o seu desejo de oferecer uma contribuição decisiva para aqueles que precisam.



COMO CONCLUSÃO DESTE TRABALHO SÃO APRESENTADOS ALGUNS DOS PROJETOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA, ORGANIZADOS DE FORMA PRÁTICA E SIMPLES, COMO ALGUÉM QUE, DANDO UMA RÁPIDA ESPIADA NO FUTURO, APENAS FEZ UMA LISTA DE RECORDAÇÕES.

PROJETOS

- PROGRAMA DE MELHORIA DA GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA
- PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO POLICIAL CIVIL
- INQUÉRITO DIGITAL - SINESP/PPE
- PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA NÚCLEOS E GRUPOS ESPECIAIS
- ASSESSORIA EXECUTIVA DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA – AEXPJ
- SALAS ESPECIAIS DE ESCUTA E INTERROGATÓRIO QUALIFICADO
- ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR
- PLANTÃO SOCIAL
- CONTROLE INTERNO
- OUVIDORIA DA PCBA
- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E HABILITAÇÃO PARA CARREIRA POLICIAL CIVIL
- DESCENTRALIZAÇÃO DO DEPIN
- REQUALIFICAÇÃO DA REDE FÍSICA
- NOVA SEDE DA ACADEPOL
- MUSEU DA INVESTIGAÇÃO
- SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS SOB CUSTÓDIA POLICIAL]
- COORDENAÇÕES ESPECIALIZADAS - COERCID, CCF, CECOR-LD, CYBER-LAB

REFERÊNCIAS

• MARIK, KAREL. *UMA VISÃO SISTÊMICA ATUAL DO DIREITO PENAL*. 2011.

• KANT DE LIMA, ROBERTO; MISSE, MICHEL. APUD, MIRANDA, ANA PAULA MENDES. VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE, SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL: UMA BIBLIOGRAFIA. BIB: *REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, RIO DE JANEIRO, V. 50, P. (45-123), 2000. P. 827.

• GOMES, BENTO; MARTINS, ADHEMAR; MOISÉS, JURANDIR JOÃO; CARVALHO NETO, JOSÉ FRANCISCO. *MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA/GESTÃO DO SECRETÁRIO CEL. LUIZ ARTUR DE CARVALHO*. BAHIA,1977.

• GOMES, BENTO; MARTINS, ADHEMAR; MOISÉS, JURANDIR JOÃO; CARVALHO NETO, JOSÉ FRANCISCO. *REALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SSP/GESTÃO DO SECRETÁRIO CEL. LUIZ ARTUR DE CARVALHO*.BAHIA,1979.

• GARCIA, ANNA PAULA: *QUEM CALA, CONSENTE?* VIOLÊNCIA DENTRO DE CASA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS / ANNA PAULA GARCIA OLIVEIRA – SALVADOR, 2005. 147F.

• ALMEIDA, MARIA DO SOCORRO MORAIS; DE SOUSA CANUTO, REGINALDO; *POLÍCIA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA*. SALVADOR, 2011.

• GONÇALVES, ALISSON BARBOSA. *RESPINGO DE MODERNIDADE NA SECRETARIA DE POLÍCIA DA BAHIA 1900-1920*. SALVADOR, 2013.

• PALMA, ALCIDES PASSOS. *HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA*. EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA, 1978.

• BAHIA. SECRETARIA DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO; COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *A GRANDE SALVADOR: POSSE E USO DA TERRA*. SALVADOR, [S.N], 1978. PAGINAÇÃO IRREGULAR, IL. MAPAS COLOR E FOTOS EM P&P. (BIBLIOTECA DA FACULDADE MÁRIO LEAL FERREIRA).

• NASCIMENTO, ANNA AMÉLIA VIEIRA. *DEZ FREGUESIAS DA CIDADE DO SALVADOR: ASPECTOS SOCIAIS E URBANOS DO SÉCULO XIX*. SALVADOR: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 1986. 204 P.(CONSULADO NO ACERVO DA BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA).

Direitos desta edição reservados.
Nenhuma parte pode ser reproduzida sem a expressa autorização

GRUPO DE TRABALHO

- Ilma Leonor Magarão Paiva Keysselt - Organização e realização das entrevistas
 - Edilamar Calazans Matos de Oliveira
 - Demétrio Varela
 - Maria da Paixão Silva
 - Maria Dulce Cidreira
 - Osvaldo Silva

COLABORAÇÃO NA REVISÃO DA PESQUISA HISTÓRICA

- Prof^o. Charles D'Almeida Santana – Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica PUC/SP (2001) e professor titular de História da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/BA
- Demétrio Varela da Cunha – Investigador da Polícia Civil da Bahia, licenciado em História pela FAINTVISA/PE, bacharel em Direito pela Faculdade UNINASSAU/BA.
- Francisco Soares Senna, especialista em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos, professor aposentado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA (Consulta histórica sobre o Campo de Santana)

REVISÃO DE TEXTO

- Prof^a. Arlete Silva Santos – Doutora em Letras e Linguística pela UFBA

FOTOS

- IPC Demétrio Varela da Cunha
- Jorge Luiz Pimenta de Souza
- Haeckel Renato Dias Silva – Fotógrafo da Assessoria de Comunicação da PCBA
 - Arquivo próprio da PCBA
- Banco de fotos da Secretaria de Comunicação Social – SECOM
- Fundação Gregório de Matos



